



# CAPÍTULO III

## Crescimento e consolidação

### Novos Estatutos

---

### ÍNDICE

Matrículas	184	Pedido de livros à Gulbenkian	227
Serviço de inscrição: Normas	185	Fatura e lista das obras enviadas	231
Corpo docente	186	Agradecimento Gulbenkian	232
Horário escolar	188	Agradecimento à Livraria Portugal	232
Habilitações do Corpo docente	191	Bibliotecas infantil e juvenil	233
Assembleia-geral de Professores	193	Telefonema para más notícias	238
Orçamento	193	11.º Ano vs 12.º Ano!	244
Alunos	194	Exames 1983	244
Ata da reunião de 23 de outubro	194	16 de abril: Assembleia de Professores	247
Horário da Secretaria	196	PASSEIO ANUAL: Parco d'Abruzzo	251
Serviço de empréstimo de livros	196	Brasileira incluída em lista de exames	255
Atividades extracurriculares	197	Crisma condiciona aulas	255
Maria de Lourdes Silos de Brito	198	Exame do 6.º ano de escolaridade	256
Subsídio 1982	199	Exames   Calendário – inscrições	261
Telefonemas	199	Instruções finais	263
Eleição do novo Conselho Diretivo	200	Tardamente enviado...	284
Sede de ler jornais e revistas	200	Cumprimento escrupuloso	285
Primeiro ofício de 1982/83	201	Exames de 2ª época (outubro 1983)	286
ESTATUTOS	203	Avaliação do 12.º Ano	288
Memorandum João Peixoto	207	Resultados exames 12.º Ano	288
Apresentação Estatutos aos SEBSPE	215	12.º Ano – <i>Alemão é alemão!</i>	289
Boas Festas de Natal!	216	Exames do 12.º Ano	290
Mapas/inquéritos sobre exames	218	Última Assembleia-geral de Professores	291
Avaliação no início do II período	220	Agradecimento às Irmãs Ursulinas	292
Financiamento e fiscalidade da Educação	222	Uma nova oferta de livros	292
12.º Ano de Escolaridade – Italiano	222	Contabilidade	297
Saudações de Salamanca	223	Um ofício em jeito de balanço	301
Aluna escreve à Escola – 12.º Ano	224	O fascínio discreto da Gulbenkian	302
<i>Dichiarazione</i>	226	Língua e Literatura Italiana: Programas	302

---

# Antes da abertura do ano letivo

## Matrículas

Para abrir este capítulo, nada melhor do que observar com atenção a lista dos professores, publicada nas páginas seguintes, com os dados pessoais de cada um (apresentaremos depois as suas habilitações), e deslocar-se mentalmente até à Secretaria da Escola onde, depois das férias do verão, decorriam as matrículas. Nesse ano de 1982-83, foram emanadas regras claras a serem cumpridas por quem desempenhava essa importante tarefa de acolhimento e registo dos alunos que iriam frequentar os diferentes níveis de ensino. Começamos por reproduzir a folha que continha essas normas, especificando que se tratava das «principais». De facto, às 7 inicialmente «lavradas» nessa «folha de inscrições», acrescentava-se, à mão, uma oitava, que dizia: *Anotar na alínea Observações os casos de alunos cujos pais são emigrantes, escrevendo "Pais (pai-mãe) emigrante(s)".*

## Normas principais para o serviço de inscrição

1. Os Alunos que desejarem inscrever-se no ano letivo de 1982-83, podem fazê-lo, no prazo estabelecido (1/9-15/10/82), cumprindo as formalidades previstas: deverão apresentar-se pessoalmente na Secretaria da Escola, munidos de toda a documentação que permita o exato preenchimento da folha de inscrição – documento de identificação pessoal (passaporte válido), duas fotografias com o próprio nome escrito por trás, eventual certificado de estudos anteriormente completados, se não tiver sido Aluno da Escola Portuguesa de Roma (EPR); devem também pagar por inteiro no ato de inscrição a taxa [propina] prevista.

2. Cada boletim deve ser minuciosamente preenchido em todas as suas partes, de maneira bem legível (em letras de imprensa ou boa caligrafia): o ou a Encarregado/a do serviço de inscrições deverá verificar pessoalmente a exatidão dos dados transcritos e ocupar-se das partes que lhe estão reservadas (últimos 4 pontos da folha).

3. Os boletins dos Alunos que tiverem anteriormente frequentado a EPR deverão ser completados, ao cuidado do/da Encarregado/a do Serviço de Inscrições, com os nomes de todas as matérias de que se fez exame, incluindo a classificação final obtida em cada uma delas (usar as siglas c.p., c.g. e c.c. para os ciclos preparatório, curso geral e curso complementar, respetivamente, para diferenciar os cursos); no caso de o Aluno se inscrever pela primeira vez, deverá ser apresentado e constar em anexo diploma ou certificado dos estudos feitos: os dados significativos desse documento (nome da escola frequentada, cursos feitos, resultados, etc.) serão transcritos para a folha de inscrição.

4. Para o presente ano letivo, ressalvando a NOTA ao fundo da folha de Inscrição, aplicar-se-ão as seguintes taxas de inscrição:

PRIMÁRIA:	10.000 libras;
CICLO PREPARATÓRIO:	15.000 libras;
CURSO GERAL NOTURNO:	20.000 libras;



CURSO COMPLEMENTAR LICEUS 25.000 liras.  
 12º ANO DA ESCOLARIDADE: 30.000 liras.

5. Cada boletim de inscrição, depois de ter sido devidamente preenchido, deve ser assinado pelo Aluno e pelo Encarregado ou Encarregada do Serviço de Inscrição. Os boletins, classificados segundo os cursos e por ordem alfabética, serão entregues semanalmente ao Coordenador da Escola.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADES - SEBSP  
 ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA - Ano lectivo 19\_\_/\_

**BOLETIM DE INSCRIÇÃO**

-Nome completo \_\_\_\_\_

-Pai \_\_\_\_\_

Mãe \_\_\_\_\_

-Freguesia \_\_\_\_\_

-Concelho \_\_\_\_\_ Nação \_\_\_\_\_

-Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_

-Nº de passaporte \_\_\_\_\_ Emitido em \_\_\_\_\_

-Válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_ Data de entrada em Itália \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_

-"Soggiorno" por motivo de \_\_\_\_\_ Válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_

-ENDEREÇO completo \_\_\_\_\_

-Família onde mora/trabalha \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

-MATERIAS QUE PRETENDE FREQUENTAR NO PRESENTE ANO LECTIVO:

-Curso \_\_\_\_\_

1	2	3	4
5	6	7	8

-MATERIAS CONCLUÍDAS EM ANOS PRECEDENTES NESTA ESCOLA E RESULTADOS:

1	2	3	4
5	6	7	8

-Eventual diploma ou certificado de outro estabelecimento de ensino, em anexo 1) \_\_\_\_\_

-Observações \_\_\_\_\_

-Pagou a quantia de \_\_\_\_\_ liras, da qual foi passado regular recibo.  
 DATA \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 19\_\_ O ALUNO \_\_\_\_\_  
 O Encarregado do Serv. de Inscrições \_\_\_\_\_

1) Ver norma nº 3

**NOTA:** Se a Assembleia dos Professores o julgar indispensável ou necessário para o melhor funcionamento da Escola e legitimamente o deliberar, poderá vir a ser pedidos Alunos, no decurso deste ano outro contributo financeiro, no valor e segundo as modalidades que serão oportunamente comunicados.

6. Uma das duas fotografias entregues pelo Aluno será colada perfeitamente no ângulo da folha que lhe está reservado; a outra será conservada num envelope para cada curso, para outros usos de secretaria.

7. Ao Aluno será passado regular recibo da taxa que tiver pago no ato de inscrição: os recibos serão numerados progressivamente, registando na parte que se conserva na secretaria todos os dados previstos na mesma: nome do Aluno, importância paga, data, curso, assinatura.

NORMA DAS NORMAS: todas as normas são para ser escrupulosamente observadas.

*SERBA ORDINEM ET ORDO SERBAVIT TE!*

Roma, Setembro de 1982.

\*\*\*

Conservam-se diversos modelos de fichas de inscrição, algumas muito simples, baseadas em impressos recebidos dos SEBSP, como se mostrou no capítulo anterior, mas adaptadas às condições e circunstâncias concretas em que a Escola atuava em Roma. Mostra-se aqui, em miniatura (o papel utilizado tinha as dimensões de 21,6x33 cm), o

tamanho de folha mais comum na década de oitenta (em Roma), e repare-se na anotação final que avisava previamente os alunos sobre a possibilidade de lhes ser solicitado um *outro contributo financeiro, se a Assembleia dos Professores o julgar indispensável, ... e legitimamente o deliberar*. Garantir o financiamento da Escola, mesmo funcionando em regime de voluntariado (parcialmente remunerado) era, pois, também nesse ano, uma preocupação e um problema por resolver.

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

Nesse ano de 1982-83, o documento seguinte revela a intenção de auscultar a comunidade escolar no sentido de ir ao encontro dos desejos e ambições dos alunos e envolvê-los diretamente na vida da Escola. A folha, em que sobressai o carimbo redondo então utilizado na Escola, terminava com duas linhas vazias destinadas a «Observações» e a recolher outros da-

dos que os alunos quisessem exprimir. Os dados recolhidos destinavam-se a "fins internos" e serviam obviamente também para os coordenadores pedagógicos poderem fazer um melhor acompanhamento da vida escolar e das dificuldades dos alunos.



ANO LECTIVO DE 1982-83

Q U E S T I O N Á R I O

(Para fins internos da Escola)

Nome \_\_\_\_\_

Ano de escolaridade (Curso) \_\_\_\_\_

ONDE VIVEM OS TEUS PAIS? \_\_\_\_\_

Número de Irmãos \_\_\_\_\_, E DE Irmãs \_\_\_\_\_.

PROFISSÃO DA CADA UM E LUGAR ONDE A EXERCEM:

PAI \_\_\_\_\_

MÃE \_\_\_\_\_

IRMÃOS 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

5. \_\_\_\_\_

6. \_\_\_\_\_

Actividades a organizar na Escola no presente ano lectivo:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

Em quais delas poderás colaborar ou participar? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

DIA DA SEMANA E HORÁRIO? \_\_\_\_\_

TENS INTENÇÃO DE CONCLUIR OS ESTUDOS NA ESC. PORT.? \_\_\_\_\_

PROJECTOS PARA DEPOIS DOS ESTUDOS? \_\_\_\_\_

### **Corpo docente**

A lista do corpo docente da EPER em 1982-83 foi elaborada em diferentes versões, integrando mais ou menos dados dos professores conforme as finalidades a que se destinavam: integrando dados pessoais, organizadas esquematicamente por níveis de ensino/disciplinas e inseridos nos respectivos horários de aula. Valerá a pena reproduzi-las aqui, para comparação e documentação integral deste período escolar.

1. Alfredo de Oliveira Dinis (SJ)	16.04.52	Abrantes (P)	Ec-cg	P. za del Gesù, 45	6795131
2. Ana Joaquina Fonseca Matias	04.08.46	Beselga de Penedono (P)	Port-IV	Via Cassia, 600	365904
3. Angelina Coelho Cabral	10.03.36	Ponta do Sol/Madeira (P)	Port-III	Via Martino V, 26	6233277
4. Antónia Vitorina Gomes	28.09.51	Santo Antão (CV)	Ing/II-cp	Via Luigi Pulci, 33	425648
5. António Carlos da Cruz Semedo Varela	09.11.59	S. Vicente (CV)	Mat/I-cg	Via Bart. Capasso, 25	4954374
6. Bernardino Alexandre de Brito	18.02.52	S. Nicolau (CV)	Cul-II	V. le Cesare Pavese, 163	4954374
7. Carolina Maria Ramos Pimentel	25.03.56	S. Nicolau (CV)	Ing/I-cp	V. Fed. Mastrigli, 15/c	3272762
8. Etelvina Pires Lopes Nunes	25.12.56	Proença-a-Nova (P)	Cul-III	Via Carlo Dossi, 25	8276260
9. Eugène Philippe-Dramou (SJ)	08.08.54	N'zerekore (Guiné-Kon.)	Fr-cg	P. za del Gesù, 45	6795131
10. Fernando Bernardo de Pinho	05.08.49	Arouca (P)	Pol-cc	V. Bernezzo, 7	6963125
11. Henrique Luis Oliveira	30.08.48	S. Nicolau (CV)	Port/I-cp	Via Casilina, 634	2753274
12. Ilda Joaquina de Meneses	10.05.47	Santana/Madeira (P)	Port-I	V. Viglena, 10	3564080
13. Ivan Bougaardt (SJ)	29.03.32	Cape Town (Africa do S.)	Ing-12ª	P. za del Gesù, 45	6795131
14. João Geraldo Kolling (SJ)	11.04.51	Palmeira das Missões (B)	C. Amb-cg	P. za del Gesù, 45	6795131
15. João da Silva Peixoto	31.01.56	Paços de Ferreira (P)	Hist-cc	Via Nicolò V, 3	6376855
16. José Ornelas Carvalho (SJC)	05.01.54	Madeira (P)	Port/II-cp	Via Casale S. Pio V, 20	620864
17. José Pires Lopes Nunes (SJ)	04.10.51	Proença-a-Nova (P)	Mat-IV	P. za del Gesù, 45	6795131
18. José da Silva do Adro	15.12.54	Vide-entre-Vinhas (P)	Hist-cp	V. Costantino Maes, 50	8394588
19. Maria Amélia Aniceto Pereira	25.11.34	Mafra (P)	Mat/II-cp	V. Casalotto Nuovo, 36	6962343
20. Maria Carlota	03.08.51	Lobito (Angola)	Fr-cp	V. di Val Cannuta, 134	6221542
21. Maria Carvalho Lopes da Cruz	29.03.35	Arrabal-Leiria (P)	Des-cp+cg	Via Panisperna, 261	6790536
22. Maria Filomena Gomes Araújo	14.01.53	S. Nicolau (CV)	Cul-I+IV	Via dell'Arancio, 68	6791767
23. Maria de Lourdes Jesus	28.10.55	S. Nicolau (CV)	Mat/I-cp	Via Germanico, 101	5926493
24. Maria de Lourdes Ferreira Martins	20.07.53	Ribafeita/Viseu (P)	Port-II	Via Adelaide Ristori, 26	384477
25. Maria do Rosário da Silva Durães	23.11.41	Lisboa (P)	Port/I-cg	Via Giamb. Pagano, 42	8119698
26. Maria Dulce Araújo Évora	28.01.61	Sal (CV)	Mat-III	Via Dino Penazzato, 105	2583274
27. Mariagrazia Russo	03.03.57	Roma (I)	It-oc+Port-12ª	Via dei Portoghesi, 4/7	—
28. Maria Manuela de Oliveira Tap. Borges	23.02.45	Celorico de Basto (P)	Mat+F/Q-cg	Via Germanico, 107	314031
29. Maria Odete Martins (ICF)	09.05.50	Vilar Barroco (P)	Fr-12ª	Via Germanico, 107	314031
30. Maria Olívia Dias	09.05.50	Vilar Formoso (P)	C. Amb.-cp	V. Casale S. Pio V, 20	620864
31. Nestor Adolfo Eckert (SCJ)	07.03.52	Boavista do Buricá (BR)	Alem-12ª	Via Nicolò V, 3	6376855
32. Querubim José Pereira da Silva	22.12.46	Branca (Alberg. a-Velha)	Port/II-cg	Via Cola di Rienzo, 28	3564142
33. Rufina Marques da Fonseca	21.02.48	Olivdeira da Azemeis (P)	Mat-I+II	Via di San Valentino, 9	877012
34. Virginia Maria Abrantes Amaral	13.01.63	Lisboa (P)	Ing-cg		

NB.: Agradece-se que sejam comunicadas à Secretaria da Escola todas as imprecisões ou modificações nos dados aqui apresentados.

# ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA

VIA DEI PORTOGHESI, 2 - TEL. 6542496  
00186 ROMA - Italia

ANO LECTIVO DE 1982-83

## LISTA DOS PROFESSORES

### ENSINO BÁSICO:

I <sup>a</sup> :	<u>Português:</u>	Ilda Joaquina de Meneses
	<u>Aritmética:</u>	Rufina Marques da Fonseca
	<u>Cultura:</u>	Maria Filomena de Araújo
II <sup>a</sup> :	<u>Português:</u>	Maria de Lurdes Martins
	<u>Aritmética:</u>	Eufina Marques da Fonseca
	<u>Cultura:</u>	Bernardino Alexandre de Brito
III <sup>a</sup> :	<u>Português:</u>	Angelina Coelho Cabral
	<u>Aritmética:</u>	Maria Dulce Araújo Evora
	<u>Cultura:</u>	Etelvina Pires Nunes
IV <sup>a</sup> :	<u>Português:</u>	Ana Joaquina Matias Fonseca
	<u>Aritmética:</u>	José Pires Lopes Nunes
	<u>Cultura:</u>	Maria Filomena Araújo

### CICLO PREPARATÓRIO:

<u>Português I:</u>	Henrique Luis Oliveira
<u>Português II:</u>	José Ornelas Carvalho
<u>Matemática I:</u>	Maria de Lourdes Jesus
<u>Matemática II:</u>	Maria Amélia Aniceto Pereira
<u>História:</u>	José da Silva do Adro
<u>Francês:</u>	Maria Carlota
<u>Inglês I:</u>	Carolina Maria Ramos Pimentel
<u>Inglês II:</u>	Antónia Vitorina Gomes
<u>Ciências Naturais:</u>	Maria Olívia Dias
<u>Desenho:</u>	Maria Carvalho Lopes

### CURSO GERAL LICEAL NOCTURNO:

<u>Português I:</u>	Maria do Rosário Silva Durães
<u>Português II:</u>	Querubim José Pereira da Silva
<u>Matemática I:</u>	António Carlos Semedo Varela
<u>Matemática II:</u>	Maria Manuela de Oliveira Tapoda Borges
<u>Francês:</u>	Eugène-Philippe Dramou
<u>Inglês:</u>	Virgínia Maria Abrantes Amaral
<u>Intr. à Economia:</u>	Alfredo de Oliveira Dinis
<u>C. do Ambiente:</u>	João Geraldo Kolling
<u>Físico-químicas:</u>	Maria Manuela de Oliveira Tapoda Borges
<u>Desenho:</u>	Maria Carvalho Lopes

### CURSO COMPLEMENTAR DOS LICEUS NOCTURNO:

<u>Intr. à Política:</u>	Fernando Bernardo de Pinho
<u>História:</u>	João da Silva Peixoto
<u>Italiano:</u>	Mariagrazia Russo

### 12º ANO DA ESCOLARIDADE:

<u>Português:</u>	Mariagrazia Russo
<u>Francês:</u>	Maria Odete Martins
<u>Inglês:</u>	Ivan Bougaardt
<u>Alemão:</u>	Nestor Adolfo Eckert

## **Horário escolar**

O horário das aulas aparece no novo ano letivo com uma apresentação mais "apurada", em células de tabela preenchidas à máquina (elétrica), mas com os horários ainda manuscritos. Aparece, pela primeira vez formalmente, nos horários, a referência à lecionação das matérias do 12.º Ano, apenas três disciplinas, entre as quais o Alemão (disciplina lecionada pelo professor Nestor Adolfo Eckert, jesuíta brasileiro), que viria a revelar-se uma proposta de formação... impossível de manter na EPER, faltando aos alunos os pressupostos (bases mínimas) para atingir o grau requerido nesse nível de escolaridade.

ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA - Ano lectivo de 1982-83 - HORÁRIOS DAS AULAS

ENSINO  
BÁSICO

Iª CLASSE

	Quinta-feira	Domingo
16.00	CULTURA	ARITMÉTICA
17.00	ARITMÉTICA	PORTUGUÊS
18.00	"	"
19.00	PORTUGUÊS	

IIª CLASSE

	Quarta-feira	Domingo
	ARITMÉTICA	PORTUGUÊS
	"	"
	CULTURA	ARITMÉTICA
	PORTUGUÊS	

IIIª CLASSE

	Quarta-feira	Domingo
16.00	PORTUGUES	PORTUGUES
17.00	"	CULTURA
18.00	ARITMÉTICA	ARITMÉTICA
19.00	"	

IVª CLASSE

	Terça-feira	Quinta-feira	Domingo
	ARITMÉTICA	ARITMÉTICA	CULTURA
	"	"	PORTUGUÊS
	PORTUGUÊS	PORTUGUÊS	"
	"	"	

CICLO PREPARATORIO

	Quarta-feira
16.00	MATEMÁTICA I-II
17.00	INGLÊS / FRANCÊS
18.30	PORTUGUÊS I-II

	Sexta-feira
16.00	MATEMÁTICA I-II
17.00	INGLÊS / FRANCÊS
18.00	PORTUGUÊS I-II
19.00	HISTÓRIA

	Domingo
15.30	HISTÓRIA
16.30	DESENHO
17.30	C. DA NATUREZA

CURSO GERAL

	Terça-feira
15.30	INGLÊS / FRANCÊS
16.30	PORTUGUES I-II
17.30	MATEMÁTICA I-II
18.30	FÍSICO-QUÍMICAS
19.30	INTR. À ECONOMIA

	Quinta-feira
15.30	FÍSICO-QUÍMICAS
17.00	MATEMÁTICA I-II
18.30	INGLÊS / FRANCÊS
19.30	PORTUGUES

	Domingo
16.00	C. DO AMBIENTE
17.30	DESENHO

CURSO COMPLEMENTAR

	Terça-feira	Quinta-feira	Domingo
16.00	INTR. POLÍTICA	HISTÓRIA	INTR. POLÍTICA
17.00	"	"	HISTÓRIA
18.00	ITALIANO	INTR. POLÍTICA	"
19.00	"	"	

12º ANO DA ESCOLARIDADE

	Terça-feira	Sexta-feira
16.00	PORTUGUÊS	PORTUGUÊS
17.00	"	"
18.00	ALEMÃO	INGLÊS/FRANCÊS
19.00	"	"

ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA - Ano lectivo de 1982-83 - HORÁRIOS DAS AULAS

ENSINO BÁSICO

Iª CLASSE

	Quinta-feira	Domingo
16.00	FILOMENA ARAÚJO	RUFINA FONSECA
17.00	RUFINA FONSECA	ILDA MENEZES
18.00	"	"
19.00	ILDA MENEZES	

IIª CLASSE

	Quarta-feira	Domingo
	RUFINA FONSECA	LURDES MARTINS
	"	"
	BERNARDINO LE BRITO	RUFINA FONSECA
	LURDES MARTINS	

IIIª CLASSE

	Quarta-feira	Domingo
16.00	ANGELINA CABRAL	ANGELINA CABRAL
17.00	"	ETELVINA PIRES
18.00	DULCE ÉVORA	DULCE ÉVORA
19.00	"	

IVª CLASSE

	Terça-feira	Quinta-feira	Domingo
	JOSE PIRES NUNES	JOSE PIRES NUNES	FILOMENA ARAÚJO
	"	"	ANA J. MATIAS
	ANA JOAQUINA MATIAS	ANA JOAQUINA MATIAS	"
	"	"	

CICLO PREPARATORIO

	Quarta-feira
16.00	Mª de Lourdes / Mª Amélia
17.00	CAROLINA ANTÓNIA / CARLOTA
18.30	Henrique Oliveira / J. Damas

	Sexta-feira
16.00	Mª de Lourdes / Mª Amélia
17.00	CAROLINA / ANTÓNIA / CARLOTA
18.00	Henrique Oliv. / J. ORNELAS
19.00	JOSE DO ADRO

	Domingo
15.30	JOSE DO ADRO
16.30	MARIA E. LOPES
17.30	OLIVIA DIAS

CURSO GERAL

	Terça-feira
15.30	VIRGINIA AMARAL / DRAMON
16.30	Mª do ROSÁRIO / QUERUSIM
17.30	VARELA / MANUELA BORGES
18.30	MANUELA BORGES
19.30	A. DINIS

	Quinta-feira
15.30	MANUELA BORGES
17.00	VARELA MANUELA BORGES
18.30	
19.30	

	Domingo
16.00	JOÃO KOLLING
17.30	MARIA E. LOPES

CURSO COMPLEMENTAR

	Terça-feira	Quinta-feira	Domingo
16.00	F. PINHO	JOÃO PLEXOTO	F. PINHO
17.00	"	"	JOÃO PLEXOTO
18.00	MARIAGRAZIA	FERNANDO PINHO	"
19.00	"	"	

12º ANO DA ESCOLARIDADE

	Terça-feira	Sexta-feira
16.00	MARIAGRAZIA	MARIAGRAZIA
17.00	"	"
18.00	NESTOR HECKERT	ODETE / I. Boughart
19.00	"	"

## Habilitações do Corpo docente

Em cinco páginas de «carta velina», cujo original se conserva, as habilitações dos professores distribuídos por níveis de ensino e matérias lecionadas, eram precedidas pelo seguinte

### QUADRO GERAL DOS PROFESSORES

**PRIMÁRIA:** Dez professores para doze disciplinas, sete portugueses e três cabo-verdianos, três com títulos universitários.

**CICLO PREPARATÓRIO:** Dez professores para onze disciplinas, cinco portugueses, quatro cabo-verdianos e um angolano, quatro com títulos universitários.

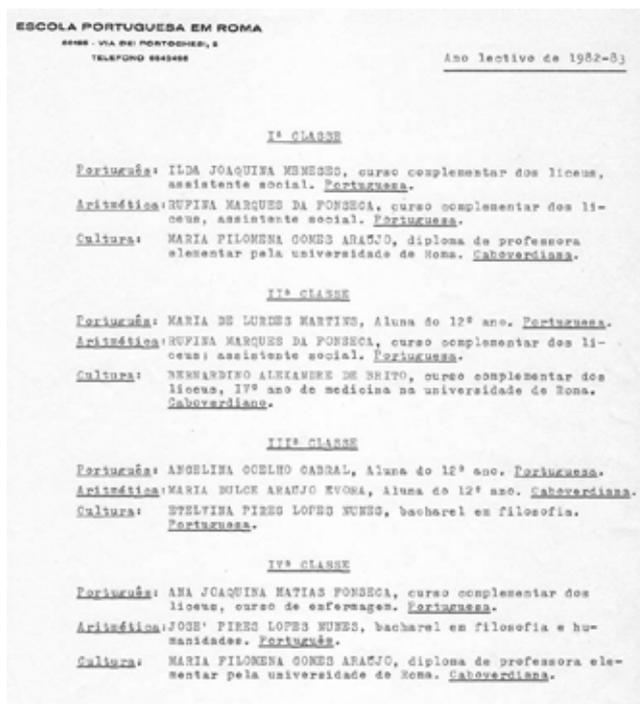
**CURSO GERAL:** Nove professores para dez disciplinas, seis portugueses, um cabo-verdiano, um brasileiro e um da Guiné-Conacri, sete com títulos universitários.

**CURSO COMPLEMENTAR:** Três professores para três disciplinas, dois portugueses e um italiano, todos com títulos universitários.

**12º ANO:** Quatro professores, de nacionalidades diferentes (portuguesa, italiana, brasileira e sul-africana), para igual número de disciplinas. Todos com títulos universitários.

**TOTAL GERAL:** Trinta e quatro professores para trinta e nove disciplinas. Dezanove com experiência de ensino nos anos anteriores e 14 a ensinar pela primeira vez. Vinte e um são portugueses, oito cabo-verdianos, um angolano, dois brasileiros, um da Guiné-Conacri e um da África do Sul. Vinte com títulos [diplomas] universitários, cinco com títulos de institutos de ensino superior e seis a frequentar cursos em diferentes faculdades universitárias romanas.

**NOTA:** Fica garantida em cada nível de estudos a presença de professores com habilitações para a sua coordenação pedagógica.



### Iª CLASSE

**Português:** ILDA JOAQUINA MENESES, curso complementar dos liceus, assistente social. Portuguesa.

**Aritmética:** RUFINA MARQUES DA FONSECA, curso complementar dos liceus, assistente social. Portuguesa.

**Cultura:** MARIA FILOMENA GOMES ARAUJO, diploma de professora elementar pela universidade de Roma. Cabo-verdiana.

### IIª CLASSE

**Português:** MARIA DE LURDES MARTINS, Aluna do 12º ano. Portuguesa.

**Aritmética:** RUFINA MARQUES DA FONSECA, curso complementar dos liceus; assistente social. Portuguesa.

**Cultura:** BERNARDINO ALEXANDRE DE BRITO, curso complementar dos liceus, IVº ano de Medicina na universidade de Roma. Cabo-verdiano.

### IIIª CLASSE

**Português:** ANGELINA COELHO CABRAL, Aluna do 12º ano. Portuguesa.

**Aritmética:** MARIA DULCE ARAUJO ÉVORA, Aluna do 12º ano. Cabo-verdiana.

**Cultura:** ETELVINA PIRES LOPES NUNES, bacharel em Filosofia. Portuguesa.

### IVª CLASSE

**Português:** ANA JOAQUINA MATIAS FONSECA, curso complementar dos liceus, curso de Enfermagem. Portuguesa.

Aritmética: JOSÉ PIRES LOPES NUNES, bacharel em Filosofia e Humanidades. Português.  
Cultura: MARIA FILOMENA GOMES ARAUJO, diploma de professora elementar pela universidade de Roma. Cabo-verdiana.

#### **CICLO PREPARATÓRIO DOS LICEUS (noturno)**

Português I: HENRIQUE LUIS OLIVEIRA, bacharel em Teologia. Cabo-verdiano.  
Português II: JOSE ORNELAS CARVALHO, bacharel em Teologia. Português.  
Matemática I: MARIA DE LOURDES JESUS, curso complementar dos liceus. Curso universitário de Medicina. Cabo-verdiana.  
Matemática II: MARIA AMÉLIA ANICETO PEREIRA, curso complementar dos liceus, curso universitário de Medicina. Portuguesa.  
História: JOSÉ DA SILVA DO ADRO, curso complementar dos liceus. Português.  
Francês: MARIA CARLOTA, licenciatura em ciências sagradas. Angolana.  
Inglês I: CAROLINA MARIA RAMOS PIMENTEL, curso universitário de línguas e literatura estrangeira. Cabo-verdiana.  
Inglês II: ANTÓNIA VITORINA GOMES, curso complementar dos liceus, curso de Inglês junto da FAO. Aluna do 12º ano. Cabo-verdiana.  
Ciências Naturais: MARIA OLÍVIA DIAS, curso universitário de Matemática. Portuguesa.  
Desenho: MARIA CARVALHO LOPES, Diploma de magistério primário; Curso de línguas e literatura estrangeira pela universidade de Roma. Portuguesa.

#### **CURSO GERAL LICEAL (noturno)**

Português I: MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA DURÃES, grupo de professores adjuntos do 8º grupo. Profissionalizada. Diploma de Ciências Pedagógicas pela universidade de Coimbra. Portuguesa.  
Português II: QUERUBIM JOSÉ PEREIRA DA SILVA, bacharel em Filosofia. Licenciatura em Teologia. Professor na Escola Aires Barbosa de Isgueira (Aveiro) de 1976 a 1979. Professor na Escola secundária de Estarreja, 8º grupo. Português.  
Matemática I: ANTÓNIO CARLOS DA CRUZ SEMEDO VARELA, 2º ano do curso universitário de Engenharia Eletrónica na universidade de Roma. Cabo-verdiano.  
Matemática II: MARIA MANUELA DE OLIVEIRA TAPODA BORGES, licenciatura em Ciências Físico-químicas. Ex-professora do Colégio do Ramalhão (Sintra); ex-responsável pelo Laboratório de betão no Porto de Sines. Portuguesa.  
Intr. à Economia: ALFREDO DE OLIVEIRA DINIS, licenciado em Filosofia. Português.  
C. do Ambiente: JOÃO GERALDO KOLLING, licenciado em Ciências Sociais e Filosofia. Brasileiro.  
Físico-químicas: MARIA MANUELA DE OLIVEIRA TAPODA BORGES, como acima  
Inglês: VIRGÍNIA MARIA ABRANTES AMARAL, curso complementar dos liceus, IVº ano do curso de Germânicas na Universidade de Roma. Portuguesa.  
Francês: Eugène-Philippe Dramou, bacharel em Filosofia e Teologia. Da Guiné-Conacri.  
Desenho: MARIA CARVALHO LOPES, Diploma magistério primário; Curso de Línguas e Literatura estrangeira pela universidade de Roma. Portuguesa.

#### **CURSO COMPLEMENTAR DOS LICEUS (NOTURNO)**

Introd. à Política: FERNANDO BERNARDO DE PINHO, licenciado em Filosofia, doutorado [Laurea/licenciatura] em Sociologia pela Universidade de Roma. Português.  
História: JOÃO DA SILVA PEIXOTO, licenciado em Teologia pelo I.C.H.T. do Porto. Universidade Gregoriana de Roma. Português.  
Italiano: MARIAGRAZIA RUSSO, licenciatura em Língua e Literatura portuguesa pela

Universidade de Roma, bolsa do Estado Italiano na Universidade de Lisboa. Italiana.

### 12º ANO DA ESCOLARIDADE

Português: MARIAGRAZIA RUSSO (como acima)  
Francês: MARIA ODETE MARTINS, curso universitário Línguas e Literatura modernas. Portuguesa.  
Inglês: IVAN BOUGAARDT, bacharel em Teologia, ex-professor de inglês na Zâmbia. Sul-africano.  
Alemão: NESTOR ADOLFO ECKERT, licenciado em estudos sociais, bacharel em Teologia, língua mãe alemã. Brasileiro.

Roma, 10 de novembro de 1982.

### **Primeira assembleia-geral de Professores**

A 1ª reunião dos professores deste ano letivo teve lugar no dia 23 de outubro, no Instituto de S. António, e tinha a seguinte lista de itens a serem abordados como "ordem de trabalhos":

1. Entrega do material [*documentação*] sobre o novo ano letivo/Alunos-Professores
2. Leitura da ata da reunião precedente (26.6.82) (recordar ao seu redator que a traga...)
3. Apresentação pessoal dos professores
4. Breve exposição sobre o atual modo de funcionamento/gestão da EPR
5. Sugestões para o novo ano, sobre a lecionação, programas, coordenação dos vários níveis de ensino, etc. Espaço para debate
6. Programação de reuniões a nível de ciclos
7. Questões práticas: frequência, pontualidade, intervalos entre as aulas, etc.; comportamento uniforme a adotar; registos (livros de sumários, avaliação)
8. Secretaria da EPR: como organizá-la
9. Hipótese de orçamento (comunicação: critérios)
10. Retribuição/contributos: aos professores, demais pessoal
11. Apresentação do novo estatuto: leitura, breve discussão dos pontos essenciais (criação do eventual "Círculo dos Amigos da EPR")
12. Contactos a estabelecer: Gulbenkian, UNESCO, COR UNUM, MISEREOR...

### **Orçamento**

A proposta de orçamento apresentada neste momento era ainda um esboço para ser... revisto e alterado nessa primeira assembleia de professores e, de facto, na versão definitiva, data de 30 de outubro, tinha a formulação «oficial» que se apresenta a seguir:

<u>Para o orçamento:</u>	
Subsídios aos professores (a 5.000 libras/Hora)	14.000.000 ca.
Livros professores	200.000
Material chancelaria (giz, quadros, registos...)	200.000
Contributo Colégio Ursulinas	750.000
" " porteiros Santo António (100+150.000)	250.000
Pessoal secretaria + biblioteca...	1.000.000 → 1.500.000
Tratamento económico diferenciado professores	(550.000) ca
Actividades circunsculares (cineforum, passeio)	500.000
Contributo Conselho Diretivo = 750.000	
	<hr/>
	17.450.000 ca

### ORÇAMENTO (Previsão)

Subsídios aos 34 professores.....	14.800.000 Liras
Livros para os professores.....	200.000
Material de chancelaria.....	200.000
Contributo Colégio Ursulinas.....	750.000

Contributo porteiros do Instituto S. Antônio	250.000
Secretaria e Biblioteca (serviço).....	1.450.000
Tratamento económico diferenciado professores	550.000
Atividades circum-escolares .....	500.000
Contributo Conselho Diretivo.....	750.000
Total	19.450.000

Nota: esta previsão de despesas para o corrente ano letivo foi apresentada e aprovada na primeira assembleia de professores, de 23 de Outubro de 1982.

## Alunos

Igualmente interessantes são os dados estatísticos apresentados nessa reunião, documentados em tabela, ainda sem versão definitiva:

Dados sobre os Alunos:  
Número de Alunos: TOTAL - 273

Iª Classe:	28		
IIª " :	32	=	40,29% da EPR
IIIª " :	29	=	
IVª classe:	24		
Ciclo preparatório:	53	=	19,41% "
Curso Geral:	80	=	29,30% "
Curso complementar:	20	=	7,32% "
12º ano:	7	=	2,56% "

Distribuição por nacionalidades, percentagens

	<u>PORTUGUESES</u>	<u>CABOVERDIANOS</u>	<u>BRASIL</u>	<u>ANG.</u>	<u>MOÇ.</u>	<u>ESP.</u>
Iª CLASSE	1	27	-	-	-	-
IIª CLASSE	1	31	-	-	-	-
IIIª CLASSE	-	29	-	-	-	-
IVª CLASSE	1	23	-	-	-	-
CICLO PREPARAT.	9	43	1	-	-	-
CURSO GERAL	35 (12,8% - 43,7%)	38 (13,9% - 47,5%)	3	1	2	1
C. COMPLEMENTAR	11 (4% - 55%)	7 (2,5% - 35%)	1	1	-	-
12º ANO	5	2	-	-	-	-
	<u>63 (23,07%)</u>	<u>200 (73,26%)</u>	<u>4</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
				<u>(3,29%)</u>		

## Ata da reunião de 23 de outubro

Dessa primeira assembleia-geral de Professores conserva-se a respetiva Ata, duas páginas, redigidas pelo Professor brasileiro Nestor Adolfo Kolling.

### Primeira reunião de Professores

#### Ata N. 1

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 1982, às 15.30 horas, teve lugar no Instituto de Santo António dos Portugueses, a reunião dos Professores da Escola Portuguesa de Roma, com a finalidade de organizar o novo ano escolar. Foi proposta e seguida a ordem do dia, dactilografada e distribuída no início da reunião, contendo os dados essenciais para uma introdução geral dos novos Professores na realidade da Escola (anexo). Feita a entrega a cada Professor de outro material relativo aos Professo-

res e ao novo ano escolar, procedeu-se à apresentação pessoal de cada Professor, seguida de uma exposição feita pelo Conselho Diretivo sobre o modo de funcionamento e gestão tradicional da Escola, nos seus aspetos essenciais: dificuldades, carências, regime de voluntariado, etc. Foi confirmado com leves modificações tudo o que tinha sido organizado pelo Conselho Diretivo, relativamente aos horários, quadro dos professores, etc. Um ponto sobre os quais o Conselho Diretivo chamou os Professo-

res presentes a pronunciar-se foi a secretaria da Escola: funções e modo de funcionamento. É necessário que seja estabelecida uma secretaria, como exigência da própria Escola. Foram apresentados motivos convincentes sobre a sua importância para o bom funcionamento da Escola e pronta solução dos problemas dos Alunos. Pôs-se o problema dos encargos financeiros derivantes da sua gestão (nova verba a introduzir no orçamento), mas houve acordo unânime sobre o essencial. O Conselho Diretivo encarregar-se-á de apresentar à próxima reunião uma proposta concreta, para o seu funcionamento durante os dias de aula feriais. Quanto ao orçamento, o Conselho Diretivo apresentou o montante das despesas previstas para o próximo ano, ilustrando as diferentes alíneas, num total de mais ou menos 17.000.000 de liras. Foi considerado um orçamento possível, a ser apresentado ao Ministério da Educação de Portugal e Cabo Verde, considerando que uma Escola com 275 Alunos e 34 Professores precisa de mais recursos do que os que até agora recebeu, também para uma maior profissionalização do seu pessoal. A verba a obter, superior à do ano passado sobretudo devido a um novo critério de compensação económica do trabalho de cada Professor, na base de uma "paga" horária – ainda simbólica – de 5.000 liras, deveria ser garantida pelos Ministérios da Educação de Portugal e de Cabo Verde e pelas taxas de inscrição dos Alunos (também aumentadas este ano, mas ainda incomparavelmente inferiores às de outros estabelecimentos de ensino do mesmo género). No caso que estes contributos não bastassem, impor-se-ia tomar contactos oficialmente com organismos internacionais como a UNESCO, COR UNUM, MISEREOR, ou a Gulbenkian. O Conselho Diretivo observou também que seria muito interessante intensificar o relacionamento com o Ministério da Educação, com a finalidade de encontrar os canais próprios para facilitar a vida da Escola. O material até agora recebido através dos SEBSPE revelam boa vontade para com a Escola.

Na segunda parte da Reunião foi lido o texto do novo Estatuto da Escola, ainda por aprovar, fruto do trabalho realizado no ano passado por uma comissão de professores, na base de um primeiro esboço de estatuto preparado para a Escola pelo Prof. Dr. Leo Magnino. Este estatuto, entregue ao fim do ano passado aos SEBSPE, em Lisboa, foi bem acolhido por toda a Assem-

bleia, que concordou também com a necessidade de fundar um organismo, associação ou entidade que se torne ao mesmo tempo garante e responsável jurídica e formalmente pela Escola, como foi solicitado pelos SEBSPE. Para o estudo do novo estatuto da Escola e a constituição de uma organização que esteja por detrás dela ou que com ela se identifique, foi nomeada nova comissão, formada pelos professores Mariagrazia Russo, Alfredo de Oliveira Dinis, Carolina Maria Ramos Pimentel, João da Silva Peixoto, José Pires Lopes Nunes, Fernando de Pinho, Maria Manuela de Oliveira Borges e Querubim José Pereira da Silva.

No fim da reunião insistiu-se para que cada

1ª REUNIÃO DOS PROFESSORES - Acta N. 1 (cont.) - 2.

curso de que os que até agora recebeu, também para uma maior profissionalização do seu pessoal. A verba a obter, superior à do ano passado sobretudo devido a um novo critério de compensação económica do trabalho de cada Professor, na base de uma "paga" horária – ainda simbólica – de 5.000 liras, deveria ser garantida pelos Ministérios da Educação de Portugal e de Cabo Verde e pelas taxas de inscrição dos Alunos (também aumentadas este ano, mas ainda incomparavelmente inferiores às de outros estabelecimentos de ensino do mesmo género). No caso que estes contributos não bastassem, impor-se-ia tomar contactos oficialmente com organismos internacionais como a UNESCO, COR UNUM, MISEREOR, ou a Gulbenkian. O Conselho Diretivo observou também que seria muito interessante intensificar o relacionamento com o Ministério da Educação, com a finalidade de encontrar os canais próprios para facilitar a vida da Escola. O material até agora recebido através dos SEBSPE revelam boa vontade para com a Escola.

Na segunda parte da Reunião foi lido o texto do novo Estatuto da Escola, ainda por aprovar, fruto do trabalho realizado no ano passado por uma comissão de professores, na base de um primeiro esboço de estatuto preparado para a Escola pelo Prof. Dr. Leo Magnino. Este estatuto, entregue ao fim do ano passado aos SEBSPE em Lisboa, foi bem acolhido por toda a Assembleia, que concordou também com a necessidade de fundar um organismo, associação ou entidade que se torne ao mesmo tempo garante e responsável jurídica e formalmente pela Escola, como foi solicitado pelos SEBSPE. Para o estudo do novo estatuto da Escola e a constituição de uma organização que esteja por detrás dela ou que com ela se identifique, foi nomeada nova comissão, formada pelos professores Mariagrazia Russo, Alfredo de Oliveira Dinis, Carolina Maria Ramos Pimentel, João da Silva Peixoto, José Pires Lopes Nunes, Fernando de Pinho, Maria Manuela de Oliveira Borges e Querubim José Pereira da Silva.

No fim da reunião insistiu-se para que cada Professor tome conhecimento das condições da própria classe, do ponto de vista do nível de conhecimento da matéria, situação dos livros, etc. A próxima reunião ficou convocada para o dia 30 de Outubro, à mesma hora, no mesmo local – para a eleição dos novos órgãos da Escola. Para que tudo conste, lavrei a presente acta, que, depois de aprovada, será por mim assinada. Roma, 23/x/1982.

*Querubim José Pereira da Silva*  
(MISEREOR ABOLDO ECKERT)

Professor tome conhecimento das condições da própria classe, do ponto de vista do nível de conhecimento da matéria, situação dos livros, etc. A próxima reunião ficou convocada para o dia 30 de outubro, à mesma hora, no mesmo local – para a eleição dos novos órgãos da Escola. Para que tudo conste, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será por mim assinada. Roma, 23/x/1982.

## Horário da Secretaria

Um dos pontos abordados na assembleia-geral de 23 de outubro, como refere a ata, foi a necessidade de «estabelecer uma secretaria, como exigência da própria Escola», apresentando-se «motivos convincentes sobre a sua importância para o bom funcionamento da Escola e pronta solução dos problemas dos Alunos» e referindo os respetivos encargos económicos. Na reunião seguinte, estava definido da seguinte forma, como se vê nesta cópia da versão original do documento, o funcionamento dos seus serviços, distribuídos por quatro professores, quatro dias por semana:

### ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA

VIA DEI PORTOGHESI, 2 - TEL. 6542496  
00186 ROMA - Italia

Roma, 31 de Outubro de 1982

#### SECRETARIA DA ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA

A Assembleia dos Professores da Escola Portuguesa de Roma, reunida no dia 30 de Outubro de 1982, decidiu constituir, dependente do Conselho Directivo, a Secretaria da Escola, que desempenhará as funções que lhe são inerentes, e funcionará nos horários e com as pessoas que a seguir se indicam:

TERÇAS-FEIRAS: das 18.00 às 20.30 horas - Fernando de Pinho (coordenação geral e expediente ordinário);

QUARTAS-FEIRAS: das 16.00 às 19.00 horas - Maria de Lurdes Martins (expediente ordinário);

QUINTAS-FEIRAS: das 16.00 às 17.00 e das 19.00 às 20.30 horas - Rufina Marques Fonseca (Vice-responsável e expediente ordinário);

SEXTAS-FEIRAS: das 18.00 às 20.00 horas - Mariagrazia Russo (responsável pela biblioteca e expediente ordinário).

	<u>TERÇA-F.</u>	<u>QUARTA-F.</u>	<u>QUINTA-F.</u>	<u>SEXTA-F.</u>
15.30				
16.00		M <sup>a</sup> de Lurdes	Rufina M.	
16.30		M <sup>a</sup> de Lurdes	Rufina M.	
17.00		M <sup>a</sup> de Lurdes		
17.30		M <sup>a</sup> de Lurdes		
18.00	Fernando P.	M <sup>a</sup> de Lurdes		Mariagrazia
18.30	Fernando P.	M <sup>a</sup> de Lurdes		Mariagrazia
19.00	Fernando P.		Rufina M.	Mariagrazia
19.30	Fernando P.		Rufina M.	Mariagrazia
20.00	Fernando P.		Rufina M.	

O trabalho da Secretaria é coordenado pelo Conselho directivo. O tempo de trabalho efectuado, devidamente documentado, é equiparado ao da leccionação.

São estes os horários normais em que todos -- Professores e Alunos -- se podem dirigir ao pessoal encarregado, que, encontrando-se a leccionar na Escola nos dias em que prestam serviço na Secretaria, poderá contudo atender eventuais questões verdadeiramente urgentes e inadiáveis.

## Serviço de empréstimo de livros

Um dos serviços garantidos – e controlados – pela Secretaria era o empréstimo de livros, que passou a estar sujeito a registo «oficial» e fiscalização. Para isso foi elaborada esta ficha...

FICHA DE LIVROS RETIRADOS  
(Para conservar na Scretaria)

NOME \_\_\_\_\_

CURSO/CICLO/CLASSE \_\_\_\_\_

1. <u>Disciplinas</u>	<u>Autor/Titulo/Casa Editora</u>	<u>Preço</u>
<input type="text"/>	1. _____	_____
	2. _____	_____
	3. _____	_____

6. <input type="text"/>	3. _____	_____
	1. _____	_____
	2. _____	_____
	3. _____	_____

DATA: Roma, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1982.

Quantia entregue \_\_\_\_\_

Resto devolvido \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO ENCARREGADO DO SERVIÇO \_\_\_\_\_ TOTAL \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO ALUNO \_\_\_\_\_

**Atividades extracurriculares**

O plano de atividades circum-escolares foi pela primeira vez nesse ano objeto de programação anual e constou em folha-cartaz expressamente elaborada para oportuna difusão na Escola e teve o aspeto que se pode aqui ver em cópia fiel do original (título a tinha da china vermelha, utilizando para o efeito um dos normógrafos de que a EPER se dotara).

**ATIVIDADES CIRCUMESCOLARES**

VISITAS GUIADAS (ROMA E ARREDORES)

28.11.82: MUSEUS DO VATICANO

12.12.82: MUSEU DA CIVILIZAÇÃO ROMANA (EUR)

**NATAL:** Atividades a organizar (Cineforum?)

9.01.83: BASÍLICA DE SÃO PAULO FORA DOS MUROS (José Ornelas)

23.01.83: FORUM ROMANUM

- 6.02.83: COLISEU - BASÍLICA DE S. CLEMENTE (Nestor Eckert)
- 20.02.83: AVENTINO: S. Maria in Cosmedin, S. Sabina. etc  
(Mariagrazia Russo)
- 6.03.83: MUSEUS CAPITOLINOS, Praça Venezia, Teatro de Marcello
- 20.03.83: O S T I A A N T I C A
- 10.04.83: PANTEÃO, SANT'IVO ALLA SAPIENZA, PRAÇA NAVONA (Nestor E.)
- 17.04.83: V I L L A A D R I A N A (Tivoli), José Pires
- 25.04.83 (Segunda-feira): Passeio anual (?)
- 1.05.83: Festa dos Trabalhadores: PICNIC EM VILLA PANFILI
- 15.05.83: CERVETERI (Túmulos Etruscos)
- 29.05.83: TERMAS DE CARACALLA, VIA APPIA ANTICA

\*\*\*\*\*

nota: As visitas realizam-se nos dias indicados (Domingos), na parte da manhã, normalmente das 10.00 às 12.30 horas. O lugar e a hora exacta onde os participantes se devem encontrar no dia da visita serão comunicados vez por vez na Secretaria da Escola, onde se recebem os nomes dos participantes e se dão todas as informações particulares. Por motivos particulares poderá haver alterações neste calendário, que serão oportunamente comunicadas também pela Secretaria da Escola. Recorda-se que as VISITAS GUIADAS são apenas uma parte das actividades circunvescolares da Escola Portuguesa de Roma.

17set82

### **Maria de Lourdes Silos de Brito**

Endereçado aos SEBSPE em 17 de setembro de 1982, o ofício 23/81-82 retoma o caso da aluna Maria de Lourdes Silos de Brito: *Aguardamos que a Aluna Maria de Lourdes Silos de Brito regressasse das férias para a informar da possibilidade de efetuar o exame "ad hoc", de modo a comprovar e substituir a equivalência de estudos do diploma da escola média Italiana ao nível do ciclo preparatório, que a seu tempo apresentou.*

No ofício, solicitava-se a elaboração e o envio da prova de exame, bem como das normas a cumprir para a sua realização e pedia-se desculpa pelo incómodo que este processo tem

*vindo a provocar, desde há bastante tempo, e esperando desta forma definir finalmente de modo equivo a situação escolar desta Aluna: a equivalência atribuída, ou concedida, era claramente por baixo, inferior ao número equivalente de anos de escolaridade, mas terá permitido porv tage pecif recoi pedi havi*

	Bolletta telefonica	Nº	47663	A
Conversazione eseguita dall'apparecchio Nº <u>3894</u>				
<u>DE PINHO</u> SIG. FERNANDO. Pede				
Numero richiesto <u>VALONGO (P)</u> <u>9410106</u>				
Data <u>3-9-82</u> Ora <u>16:40</u> Durata <u>10 min.</u> Qual. <u>57A70</u>				
Oper. <u>1853</u> Importo L. <u>10.350</u>				

00001 - d/ta 70

**Subsídio 1982**

Com a data de 30 de setembro de 1982 (ofício P.R./10.1.5, nº 6383), os SEBSPE comunicavam à Embaixada a atribuição à Escola de um subsídio de seiscentos contos. Duas anotações à mão (Dr. Ataíde) indicam que o embaixador analisou a questão com o Conselheiro Cultural. O conteúdo deste ofício é substancialmente idêntico ao que anunciou a atribuição do *mesmo* subsídio no ano anterior, em 11 de agosto de 1981, mas com duas diferenças: o montante global é menor (600 contos, em vez de 650) e desaparece a condição de que uma parte fosse "gasta" em Portugal. As finalidades são as mesmas.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**  
 Serviços de Ensino Básico e Secundário Português no Estrangeiro

EMBaixADA DE PORTUGAL  
 ENTRADA  
 Proc. 5-243-A2  
 Data 11 de 10-1982

Exmº Senhor  
Instituto de Cultural em Roma  
Pia Salvia 298-A  
00199 Roma  
Italia

Sua referência: Nossa referência: PR P.R./10.1.5 Ofício nº: 30 SET.82- 6383

Assunto: SUBSIDIOS - 1982  
- ENSINO PARTICULAR

*Pedir esclarecimento, se se trata de um subsídio extraordinário... A Embaixada encarega-se de fazer o pedido*

Por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação e Administração Escolar, de 3 de Agosto de 1982, foi concedida a verba de 600.00 (seiscentos mil contos) para apoio ao ensino português na Escola Portuguesa de Roma. São objetivos deste Ministério a expansão e melhoria do ensino e para os atingir apelamos para o auxílio de V. Exª. Assim, pensamos que a verba referida, deverá ser entregue aos responsáveis pelos cursos, para ser gasta em despesas relacionadas com:

- a) Melhoria das condições dos professores que se deseja, sempre que possível, seja atribuída com contrapartida na sua formação;
- b) Equipamento de audio-visuais, incluindo cassetes e discos;
- c) Equipamento de maquinaria e material para duplicação;
- d) Material de papeleria: cartolina, cadernos e outro material;

*Dr. Ataíde  
 7/ outubro  
 26.10.82*

*Paulo Pinheiro  
 Conselheiro Cultural  
 Lisboa 26 outubro 8-10-1982*

Rua D. João V. 30-1200 L. 5000 - Te. 657111/2

setembro 1982

Città del Vaticano

GOVERNATORATO  
 SERVIZIO DEL TELEFONO

Sig. DE PINHO P. Ferdinando  
 Radio V.  
 S.C.V.

*Telefonema para assinatura Lisboa*

OGGETTO: SFT 1982

Conversazioni telefoniche mese di \_\_\_\_\_

Telefono Nº 3894 090247

Bolletta Nº \_\_\_\_\_

Ammontare L. 10.350=

IL CAPO DEL SERVIZIO

*[Signature]*

Il pagamento va effettuato presso l'Ufficio Telegrafico entro 15 giorni dal ricevimento della presente bolletta.  
 Il mancato pagamento oltre il tempo concesso, dopo avere esplicita le altre modalità, comporta l'interruzione del numero telefonico con relativo onere da pagare (L. \_\_\_\_\_) per rinnovarlo e per la ricattivazione del medesimo.

**090247**  
per quittance

**Telefonemas**

Para tratar de assuntos urgentes em Lisboa, nomeadamente encomendar manuais escolares, a Escola recorreu muitas vezes aos serviços telefónicos do Vaticano, efetuando as chamadas a partir do escritório da Secção Portuguesa da Rádio Vaticano, onde desde 1975 até 1996 trabalhou quem aqui escreve.

Essa "comodidade" convinha à Escola, tendo em conta a forma peculiar em que era necessário realizar muitas tarefas de gestão ordinária, de caráter burocrático, não se podendo recorrer a "funcionários" remunerados, mesmo que, formalmente, se tratasse de um "abuso": mas é preciso dizer que nunca os compromissos com a entidade empregadora, a Rádio Vaticano (RV), sofreram prejuízo ou

ficaram comprometidos, dado que havia "velocidades muito diferentes" para realizar o serviço prestado à Santa Sé, e a quem se dividia entre as duas funções – redator, na RV; coordenador, na EPER – foram sempre unanimemente reconhecidas capacidades de boa *performance*, especialmente no primeiro papel, graças a um bom desempenho na área das *maquinarias* eletrónicas, indispensáveis na aceleração dos processos materiais de produção de conteúdos imateriais (emissões radiofónicas!).

As faturas telefónicas chegavam no final do mês, eram fiáveis, permitiam documentar de forma transparente a contabilidade da Escola e tinham permitido poupar tempo e energias! Por vezes, durante um certo tempo, uma pessoa amiga da Escola, *funcionária* nos serviços centrais telefónicos italianos (SIP) *facilitou* vários telefonemas da EPER para Portugal (sem custos para o utilizador), atuando como uma sua benfeitora.

30out82

### **Eleição do novo Conselho Diretivo**

*Aos trinta dias do mês de outubro de 1982 reuniram-se os professores da Escola Portuguesa de Roma para tratar de assuntos referentes ao funcionamento da mesma Escola e eleger o novo Conselho Diretivo.*

*Depois de lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Conselho Diretivo apresentou a proposta de funcionamento da Secretaria da Escola, com quatro pessoas encarregadas, uma das quais com funções de coordenação geral e outra com a tarefa específica de organizar de maneira funcional a biblioteca da Escola: cfr. esquema da proposta, anexa. Frisou-se que o trabalho deverá obedecer a critérios racionais, deverá ser bem articulado entre as várias pessoas e, sendo [a gratificação desse] trabalho equiparada à dos professores, o horário de abertura deverá ser reduzido, sempre que possível. O pessoal da Secretaria assinará num registo de presenças o horário efetuado.*

*Outro problema abordado brevemente foi a formação global dos Alunos. Dadas as características da Escola relativamente aos seus Alunos, decidiu-se incentivar as atividades circum-escolares, sem introduzir formas de "formação" em setores demasiado específicos, por exemplo, no campo [da educação] sexual, que não poderiam ser devidamente desempenhadas. Entre as atividades a organizar, mencionaram-se sessões de cinema, visitas guiadas, em Roma e arredores, o jornal de parede, ini-*

*ciativas a nível de grupo. Mariagrazia, a este propósito, informou ter a intenção de recolher e elaborar o material necessário para, em conjunto com os Alunos do Curso Complementar e do 12º ano, realizar uma gramática da língua cabo-verdiana, o crioulo.*

*Quanto aos outros aspetos da organização do novo ano, horários, pessoal docente, etc., manteve-se tudo como estava.*

*Por fim, não obstante os professores presentes fossem apenas 18, decidiu-se de comum acordo proceder à eleição do novo Conselho Diretivo, pois que a mesma situação se verificaria numa eventual reunião sucessiva, e atendendo à urgência de designar os novos encarregados da Escola. Feita a votação e apurados os resultados, segundo o estatuto ainda em vigor, ficou nomeado coordenador da Escola Fernando Bernardo de Pinho, e membros do mesmo Conselho, com funções de coordenadores pedagógicos do Ensino Básico e do Curso Geral, respetivamente José Pires Lopes Nunes e Maria Amélia Aniceto Pereira. Este conselho, a ser integrado com os dois Alunos [delegados de ciclo], nos termos do atual estatuto, durará até à aprovação do novo Estatuto, atualmente em estudo.*

*Sem mais a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para que tudo constasse, lavrei esta ata que, se aprovada, será por mim assinada.*

(NESTOR A. ECKERT)

4nov82

### **Sede de ler jornais e revistas**

Em 4 de novembro de 1982, a Escola dirigiu à Direção dos Serviços de Coordenação de Ação Externa do IAACP (Instituto de Apoio à

Emigração e Comunidades Portuguesas), um pedido de oferta de assinatura, para os 275 *Alunos matriculados neste ano letivo, desde a*

1ª classe até ao 12º ano da escolaridade, os seguintes órgãos de informação: *O Jornal de Notícias* (diário); *Jornal* (semanário); *O Expresso* (idem). Pedia-se muito, argumentando que aquelas publicações podiam *ser consideradas especializadas em questões da emigração, tema a que dedicam numerosos serviços* [no sentido italiano do termo: peças, reportagens], e que à Escola só chegavam *irregularmente, pela mão de algum professor que os recebe...*: pedia-se

muito, para receber... pouco, ou melhor, nada: não consta ter havido qualquer *envio regular* dessas ou de outras publicações. O Jornal era por vezes disponibilizado à Escola depois de ter sido lido na Secção Portuguesa da Rádio Vaticano, que era assinante, e alguns outros órgãos de informação chegavam pela mão de professores que residiam no Colégio Português ou dos Jesuítas. Os portes de correio eram proibitivos.

10nov82

### Primeiro ofício de 1982/83

A 10 de novembro de 1982, seguia para a responsável pelos SEBSPE (Maria Teresa Carvalho Rio) o primeiro ofício desse ano, contendo, em 7 anexos, a "documentação sobre o ano letivo de 1982/83". Tinha o aspeto e o conteúdo aqui respetivamente reproduzidos, com a qualidade possível.

Ex.ma Senhora  
D. Maria Teresa Carvalho Rio  
Responsável pelos S.E.B.S.P.E.  
Av.ª D. João V, 30 — LISBOA

Apresento à atenção de V. Ex.cia a documentação essencial relativa ao presente ano letivo da Escola Portuguesa de Roma.

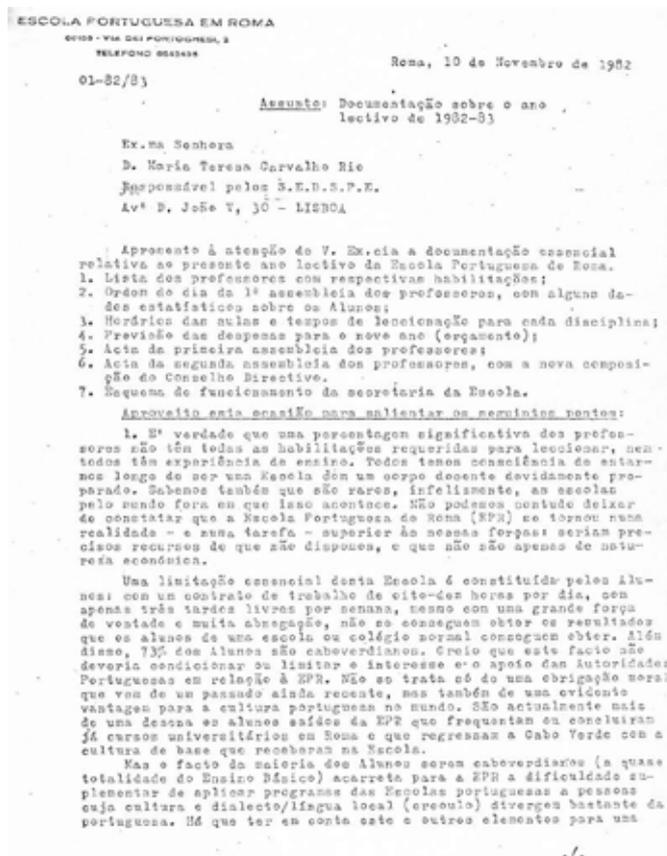
1. Lista dos professores com respetivas habilitações;
2. Ordem do dia da 1ª assembleia dos professores, com alguns dados estatísticos sobre os Alunos;
3. Horários das aulas e tempos de lecionação para cada disciplina;
4. Previsão das despesas para o novo ano (orçamento);
5. Ata da primeira assembleia dos professores;
6. Ata da 2ª assembleia dos professores, com a nova composição do Conselho Diretivo.
7. Esquema de funcionamento da secretaria da Escola.

Aproveito esta ocasião para salientar os seguintes pontos:

1. É verdade que uma percentagem significativa dos professores não tem todas as habilitações requeridas para lecionar, nem todos têm experiência de ensino. Todos temos consciência de estarmos longe de ser uma Escola com um corpo docente devidamente preparado. Sabemos também que são raros, infelizmente, as es-

*colas pelo mundo fora em que isso acontece. Não podemos contudo deixar de constatar que a Escola Portuguesa de Roma (ERR) se tornou numa realidade – e numa tarefa – superior as nossas forças: seriam precisos recursos de que não dispomos, e que não são apenas de natureza económica.*

*Uma limitação essencial desta Escola é constituída pelos Alunos: com um contrato de trabalho de oito-dez horas por dia, com apenas três tardes livres por semana, mesmo com uma*



grande força de vontade e muita abnegação, não se consegue obter os resultados que os alunos de uma escola ou colégio normal conseguem obter. Além disso, 73% dos Alunos são cabo-verdianos. Creio que este facto não deveria condicionar ou limitar o interesse e o apoio das Autoridades Portuguesas em relação a EPR. Não se trata só de uma obrigação moral que vem de um passado ainda recente, mas também de uma evidente vantagem para a cultura portuguesa no mundo. São atualmente mais de uma dezena os alunos saídos da EPR que frequentam ou concluíram já cursos universitários em Roma e que regressam a Cabo Verde com a cultura de base que receberam nesta Escola.

Mas o facto de a maioria dos Alunos serem cabo-verdianos (a quase totalidade do Ensino Básico) acarreta para a EPR a dificuldade suplementar de aplicar programas das Escolas portuguesas a pessoas cuja cultura e dialeto/língua local (crioulo) divergem bastante da portuguesa. Há que ter em conta este e outros elementos para uma avaliação global das nossas dificuldades e necessidades.

Espero que a visita do Senhor Ferreira Martins, dos Serviços que V. Ex. cia dirige, prometida para o fim do presente ano letivo, na qualidade de Inspector dos exames, se não puder ser efetuada antes, com outra motivação, seja útil também sob este aspeto.

2. Este ano foram aumentados os tempos de leção no Curso Geral (mais duas horas por semana) e no ciclo preparatório (meia hora a mais). Além disso, na última assembleia de professores do ano passado ficou também decidida uma alteração importante para o futuro desta Escola, relativamente ao curso geral: tendo em consideração a necessidade de conseguir melhores resultados, sobretudo nas disciplinas de Português e Matemática, bem como nas línguas estrangeiras, os Alunos que iniciaram neste ano letivo o Curso geral poderão concluí-lo somente daqui a três anos, havendo assim um desdobramento das referidas disciplinas pelos três anos. Pensou-se que esta modificação da estrutura da Escola era essen-

cial e urgente.

3. Tendo em conta quanto se disse, a EPR tem procurado intensificar as relações com os Serviços de que V. Ex. cia é Responsável, no sentido de conseguir o máximo apoio, não só financeiro para o magro balanço anual – uma escola com estas dimensões, mesmo funcionando em "regime de voluntariado", precisa de muito mais dinheiro – mas também e sobretudo no campo didático, normativo, formal.

Tentamos motivar as pessoas com habilitações residentes em Roma para lecionar, para colaborar na EPR. Além dos estudantes sacerdotes ou religiosos que frequentam cursos universitários em vários ateneus romanos – para os quais a parte económica não é essencial, e que constituem ainda a parte mais qualificada do corpo docente, mas cuja disponibilidade de tempo e o número são muito reduzidos, a restante parte dos professores deve diariamente enfrentar o problema de viver numa cidade cara como Roma, dedicando a Escola uma parte importante do próprio tempo, que, para os melhores, poderia ser utilizada em atividades bem remuneradas. É por isso que, tendo-se decidido corresponder uma compensação mínima por hora, a verba destinada ao reembolso das despesas dos professores é este ano superior à dos anos anteriores. Contamos com a compreensão de V. Ex. cia. para a diferença.

4. Finalmente, cumpre-me uma vez mais recordar que a EPR continua a funcionar em instalações insuficientes para o número de Alunos e sem garantia formal de continuidade: um problema a ser enfrentado a nível diplomático?

5. Quanto ao novo estatuto da Escola, que inclua um organismo que esteja por detrás dela ou que com ela se identifique, em breve contamos apresentar à atenção de V. Ex. cia o resultado das propostas que neste momento estão a ser estudadas por uma especial comissão de professores (cf. Ata da 1ª assembleia de professores).

Com os mais respeitosos cumprimentos,

Resume-se em poucas linhas o conteúdo desta carta de apresentação da documentação «inicial» do novo ano letivo, sobre a organização escolar e as questões/problemas que iriam ocupar uma parte do tempo dos professores, especialmente a criação de uma «entidade» que constasse como responsável pela Escola, conferindo-lhe personalidade jurídica: a adoção de novos estatutos fez parte desse processo de consolidação e afirmação da EPER, constituindo

sempre uma espécie de «espada de dois gumes»: quase dez anos mais tarde, viria de facto a «consumar-se» o reconhecimento oficial, constituindo porém, ao mesmo tempo, uma barreira intransponível, devido à impossibilidade da atribuição de fundos suficientes para um seu funcionamento «oficial», com sede e orgânico garantidos, mantendo a fisionomia «tradicional» dos seus alunos. A referência, nesse ofício, à preponderante percentagem de alunos cabo-verdianos traduzia essa preocupação, sendo apresentada (com a boa-fé e ingenuidade de sempre) como uma mais-valia para que a EPER fosse reconhecida por aquilo que era, sem complexos de inferioridade ou sentido de culpa por os seus alunos não serem todos de "puro sangue" lusitano...

## Estatutos

---

Não se pode escrever a História da EPER sem incluir um capítulo especial sobre o longo e atribulado percurso da elaboração (e aprovação dos) seus Estatutos, que coincidiu com os esforços e o trabalho realizado no percurso decenal da sua afirmação até ao reconhecimento oficial e formal... Esta primeira versão dos Estatutos da EPER, depois de várias edições de *Memoriais*, já apresentados, tem a data de outubro de 1979 e, como também as versões sucessivas, é muito breve. Apesar da data, a sua elaboração deve ser anterior à Revolução de 1974 e à independência de Cabo Verde (julho de 1975), pois destinava-se a *alunos de nacionalidade portuguesa*.

### **I – QUADRO DISCENTE**

*A Escola é geralmente composta de alunos trabalhadores, maiores de 15 anos, de nacionalidade e língua portuguesa; que dispõem de duas ou três tardes por semana para frequentarem os seus cursos.*

### **II – PLANO DE ENSINO**

*A Escola faculta anualmente os cursos do Ensino Básico e Liceal Noturno em regime intensivo. Oferece aos alunos a possibilidade de concluir a Alfabetização em quatro anos. O Ciclo Preparatório, o Curso Geral e o Curso Complementar do Liceu podem ser feitos em dois anos cada um.*

### **III – QUADRO DOCENTE**

*Os professores prestam a sua colaboração em regime de voluntariado, na medida em que a Escola, como instituição particular, não possui ainda um estatuto oficial que vincule o governo português a suportar financeiramente o seu funcionamento.*

### **IV – DIREÇÃO DA ESCOLA**

**1. A Escola é dirigida pelos seguintes órgãos:** Assembleia de Professores, Assembleia de Alunos e Conselho Diretivo. Do Conselho Diretivo fazem parte cinco ele-

*mentos, dos quais 3 professores eleitos pela Assembleia de Professores e responsáveis, respetivamente, pela orientação pedagógica da Alfabetização, Ciclo Preparatório e Cursos Geral e Complementar do Liceu; e dois alunos, representantes cada um pelos dois ciclos superiores da Escola, eleitos pelos respetivos colegas de curso.*

*Um dos três professores que constituem o Conselho Diretivo é eleito previamente pela Assembleia de Professores para Coordenador da Escola, com funções de porta-voz do Conselho Diretivo junto das autoridades governativas e de convocador das reuniões do mesmo Conselho.*

#### **2. Funções da Assembleia de Professores**

- controlar a aplicação do Estatuto da Escola;
- aprovar o Orçamento anual, bem como o Plano de Ensino;
- eleger entre os Professores de cada grau de ensino (Alfabetização, Preparatório e Liceu), um representante no Conselho Diretivo. Destes três representantes, dois devem possuir, na medida do possível, uma licenciatura universitária, para assegurar o bom nível pedagógico da Escola.

#### **3. Funções da Assembleia de alunos**

- controlar a aplicação do Estatuto da Escola,
- dar parecer acerca do Orçamento anual da Escola, bem como do plano de ensino.

- *aprovar o plano de atividades circum-escolares e o seu financiamento.*
- 4. Funções do Conselho Diretivo**
- *elaborar o plano de ensino para o ano ou dois anos seguintes imediatamente após os exames do ano letivo em curso e assegurar o seu cumprimento ao longo do ano;*
  - *fazer o Orçamento para propor à Assembleia de Professores;*
  - *escolher os professores necessários para completar o quadro docente;*
  - *resolver os problemas decorrentes das relações com as autoridades governativas.*
- NB. Os alunos que fazem parte do Conselho Diretivo não têm poder de decisão sobre questões de carácter pedagógico.*
- 5. Para o funcionamento dos órgãos diretivos da Escola é necessário um quórum mínimo de dois terços.**

#### **V – FINANCIAMENTO DA ESCOLA**

*As despesas da Escola são cobertas com os subsídios dos Ministérios da Educação de Portugal e de Cabo Verde e com o montante da quantia paga pelos alunos no ato de inscrição.*

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

Marcando cada uma das fases sucessivas do seu "historial", outras edições surgiram à medida que progrediam as diligências – e se alimentavam esperanças – de ver devidamente reconhecidos, também do ponto de vista formal, a existência e o trabalho da EPER. O Estatuto – referido então sempre no singular – era uma exigência para o almejado reconhecimento. Foram separadamente elaborados estatutos, que se integravam de modo quase sobreposto, para a EPER e para a AEPER, a entidade, sob forma de «Associação», que a tutelava (ou *tutelaria*, porque todos esses esforços não conseguiram surtir de imediato os resultados pretendidos).

Pode-se considerar o trabalho de elaboração dos estatutos da EPER uma verdadeira odisseia e, simultaneamente, um dos exercícios mais gratificantes de democracia, confronto e partilha de saberes, obrigando a uma persistente (e teimosa) atividade, de carácter teórico e prático, incluindo a (ou começando pela) procura de fontes e versões de estatutos de organismos análogos à EPER que lhe pudessem servir de modelo. O trabalho foi em grande parte levado a cabo em grupos de trabalho (comissões «ad hoc»), implicando o estabelecimento de numerosos contactos com entidades estatais e civis de Roma, e deslocações físicas às suas sedes: "deslocar-se" fisicamente em Roma era, então como ainda hoje, a tarefa mais árdua, ingrata e extenuante para resolver questões burocráticas, e a burocracia era, além disso, desmotivadora. Faltava sempre um papel, havia sempre uma outra entidade a contactar, um aperfeiçoamento a introduzir nos pedidos, um novo contacto a fazer... Especialmente em Roma (Itália, e não só), a burocracia é a principal «inimiga» da boa vontade de um cidadão cumpridor das suas obrigações formais para com o Estado...

O trabalho de elaboração dos Estatutos da EPER partiu de um esboço redigido em italiano pelo Prof. Leo Magnino – havia sido essa uma das razões para a sua participação na última assembleia-geral de professores do ano letivo anterior –, contendo os elementos indispensáveis para a elaboração de um documento dessa natureza. Essa proposta foi depois trabalhada por uma comissão constituída para o efeito, formada por alguns professores, que a enriqueceu e lhe deu a forma própria de documento legal, articulando o seu conteúdo em títulos, artigos e alíneas. Pode parecer quase banal, mas esse era um mundo desconhecido e misterioso pelo menos para uma parte dos *aprendizes do ofício* incumbidos de levar a cabo essa tarefa.

As diversas edições dos Estatutos – da AEPER e da EPER – tiveram versões em português e italiano. Do seu *fieri* guardam-se também versões das fases intermédias de elaboração – como as que a seguir se reproduzem, em miniatura, e que correspondem às primeiras quatro das sete páginas da edição final dos Estatutos da AEPER: dão uma ideia do referido iter «atribulado», mas normal, que conduziu à sua versão definitiva.

ASSOCIAÇÃO DOS COOPERADORES DA ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA

Projecto de Estatuto:

Cap. I: Constituição, natureza e fins

Art. 1º - Constituição, denominação e sede

§ 1 - É constituída a ASSOCIAÇÃO DOS COOPERADORES DA ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA (ACEPER) com sede em Roma, Itália, a seguir designada por Associação.

§ 2 - A Associação reger-se-á pelo presente estatuto e ainda por eventuais regulamentos internos e determinações validamente aprovados pela Assembleia Geral.

Art. 2º - Natureza

§ 1 - A Associação é estritamente apertidária, respeitando todas as legítimas opções (religiosas, intelectuais, políticas e económicas) dos seus associados que não constituem ou impedem a prossecução das suas finalidades.

§ 2 - A Associação não tem fins lucrativos, devendo todos os seus recursos patrimoniais e receitas económicas estar ao serviço da consecução das suas finalidades estatutárias.

Art. 3º - Finalidades

§ Único: A Associação tem como finalidades:

- a) Manter e sustentar a ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA, em especial pelo seu estatuto, profissões e cultura;
b) Promover o ensino e difusão da Língua Portuguesa em Roma e na Itália;
c) Promover a cultura portuguesa residente em Itália.

Cap. II: Associados

Art. 4º -

Os Associados podem ser ordinários ou (e) beneméritos.

Art. 5º - Associados Ordinários

§ 1 - São associados ordinários:

- a) Os Associados fundadores que participam neste acto; e quanto pagarem a quota anual fixada pelo Conselho Directivo;

§ 3) ser dispensado da quota de quota os Associados Ordinários em função do Conselho Directivo.

b) Os docentes da EPER que constem da lista de professores em vigor e que sejam igualmente associados beneméritos;

c) Aquelas pessoas que, sob a apresentação de, pelo menos, dois Associados, requeriram e obtenham do Conselho Directivo a admissão, paguem a joia de inscrição e satisfaçam a quota anual fixadas pelo Conselho Directivo.

§ 2 - Ficam privados do legítimo exercício dos seus direitos os Associados Ordinários que não pagarem a quota anual, até 15 de Dezembro de cada ano, e pagamento da quota anual.

Art. 5º -

Podem fazer parte da Associação na qualidade de Associados Ordinários ou (e) beneméritos os cidadãos, as pessoas jurídicas ou entes de facto de Portugal, Itália e outros países, principalmente lusófonos, e que sejam admitidos segundo as modalidades fixadas nos artigos 6º e 7º do presente Estatuto.

Art. 7º - Associados beneméritos

§ 1 - São Associados Beneméritos aqueles que, dando contributos de particular relevo, como tal sejam declarados pelo Conselho Directivo.

§ 2 - A qualificação de Associado Benemérito é acumulável com a de Associado Ordinário.

§ 3 - São considerados Associados Beneméritos os membros do Conselho Directivo da EPER que tenham desempenhado a função de Presidente ou Vice-Presidente da Associação.

Art. 8º -

São direitos dos Associados Ordinários:

- a) Eleger e ser eleitos para os órgãos directivos;
b) Beneficiar da redução de propinas, para si ou para familiares seus dependentes na EPER;
c) Participar activamente na vida da Associação.

Art. 9º -

São direitos dos Associados Beneméritos:

- a) Ser informados das actividades da Associação;
b) Fazer interpelações e propostas à Assembleia Geral.

Cap. III: Órgãos Directivos

Art. 10º

§ 1 - São órgãos directivos da ACEPER:

- a) A Assembleia Geral (AG);
b) O Conselho Directivo (CD);
c) O Presidente;
d) O Conselho Fiscal (CF).

Art. 11º -

§ 1 - O Associado eleito pode ser reeleito para sucessivos mandatos, mantendo-se em funções até à tomada de posse do seu sucessor.

§ 2 - Não poderá pertencer ao CF o associado que, enquanto exerce o mandato no CD.

Art. 12º - Assembleia Geral

§ 1 - A AG, órgão máximo da Associação, é convocada por todos os Associados Ordinários no legítimo uso dos seus direitos, e pode funcionar em sessão ordinária ou extraordinária.

§ 2 - Os membros da AG impedidos por motivos de saúde ou de outro carácter de exercer pessoalmente as suas funções, podem, desde que não tenham sido impedidos por motivos de saúde ou de outro carácter, delegar a sua participação nestes Actos Associativos de sua confiança através de carta dirigida à Presidência da AG, facto que será registado na acta da respectiva sessão.

§ 3 - A AG ordinária e extraordinária é convocada:

- a) Pelo Presidente, por iniciativa própria;
b) Pelo Presidente, obrigatoriamente, a requerimento de um mínimo de 10 membros da AG, do qual um não pode ser Presidente ou Vice-Presidente;
c) Pelo CF sempre que haja fundada suspeita de irregularidade administrativa;
d) Pelo Vice-Presidente ou qualquer membro da CD, no caso de comprovado impedimento ou inércia do Presidente, por deliberação maioritária do mesmo CD ou nos termos da alínea b) deste § 3;
e) Em último caso, devido a causas de força maior, quando nenhuma das outras formas de convocação previstas seja praticável, a AG pode autococonvocar-se se o desejar um dos seus membros.

§ 3 - A data, a hora e a ordem de trabalhos das sessões da AG devem constar em convocatória assinada pelo(s) seu(s) autor(es) legítimo(s), e que deve chegar ao conhecimento dos Associados Ordinários no legítimo uso dos seus direitos com, pelo menos, quinze dias de antecedência, para a reunião ordinária, e § para as extraordinárias.

§ 4 - A reunião da AG será válida em primeira convocatória se nela participarem, pelo menos, 25% dos associados, ao menos cinquenta por cento dos seus membros e, em segunda convocatória, com qualquer número desde que superior a um terço dos associados no legítimo uso dos seus direitos.

§ 5 - As reuniões da AG são presididas pelo Presidente, nos casos previstos nas alíneas a) e b) do § 2 deste artigo ou por um dos membros do CF, ou do CD, ou eleito ad hoc pela AG respectivamente, nos casos previstos nas alíneas c), d) e e) do mesmo §.

§ 6 - Os debates e deliberações da AG constarão sempre em actas redigidas pelo Secretário da AG por esta eleito para um mandato de 2 anos ou, na sua ausência, por um secretário eleito ad hoc pela Assembleia, actas que, uma vez aprovadas, serão transcritas e conservadas no Livro de Actas da AG da ACEPER.

§ 7 - A AG reúne ordinariamente uma vez ao ano em data a fixar anterior a 15 de Dezembro.

§ 8 - Compete à AG:

- a) Eleger o CD, o Presidente, e CF e os seus substitutos;
b) Aprovar o orçamento preparado pelo CD e apontas elaboradas pelo CD e visadas pelo CF;
c) Deliberar sobre qualquer assunto que os restantes órgãos directivos entendam submeter à sua apreciação ou aprovação;
d) Apreciar e decidir sobre qualquer interpelação ou proposta dos Associados da Associação.

§ 9 - A AG reúne em sessão extraordinária sempre que seja necessário deliberar sobre alterações ao Estatuto, a adopção de regulamentos internos ou actos de excepcional importância para a vida da Associação, ou sobre qualquer outro assunto de interesse dos associados que a AG entender necessário deliberar.

§ 10 - Só serão válidas as alterações ao Estatuto aprovadas por uma maioria qualificada de dois terços de todos os Associados Ordinários no pleno e legítimo exercício dos seus direitos.

## **Assembleia de Professores – ESTATUTOS**

Da reunião efetuada depois de terminadas as aulas do 1º período, a 18 de dezembro, o professor Nestor Eckert elaborou a ata, seguidamente transcrita, que ilustra não só o tema debatido e as decisões tomadas nessa assembleia, mas também a visão e as perspetivas de futuro que se vislumbravam, naquele momento, para a Escola.

*Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de 1982 reuniram-se os Professores da Escola Portuguesa de Roma para tratar de assuntos referentes aos Estatutos da Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER e da mesma Escola.*

*Iniciando a reunião, F. de Pinho apresentou a todos o Professor Leo Magnino, que colaborou com a Escola dando o seu contributo para a elaboração do estatuto, e o senhor José de Oliveira Ferreira, que acompanha com interesse, de fora, as atividades da Escola.*

*Após uma breve síntese das últimas atividades desenvolvidas pelo Conselho Diretivo (encontros a vários níveis, sobretudo Embaixadas, para a apresentação da documentação relativa ao novo ano escolar e despacho da administração ordinária), passou-se ao tema principal da ordem do dia: a apresentação dos Estatutos, elaborados a partir de um esboço preparado pelo Prof. João Peixoto, o qual, juntamente com o Prof. Querubim da Silva, não puderam estar presentes na reunião. João Peixoto deixou um memorandum que apresenta os critérios seguidos na elaboração dos Estatutos (ver em anexo «CartaJoaoPeixotoCD-18dez82-Estatutos-1/2/3/4») que o Conselho Diretivo fez próprio e leu à assembleia.*

*José Pires apresentou um esquema do funcionamento da nova realidade, do ponto de vista administrativo: quantas pessoas serão necessárias para fazer funcionar os vários órgãos – mínimo, oito; máximo, quinze.*

*Foram feitas também algumas observações e ligeiras modificações ou correções aos estatutos, em parte devido a imprecisões cometidas ao copiar os estatutos. O Conselho Diretivo encarregar-se-á de as introduzir nas versões que passarem a circular de futuro.*

*Nos estatutos deve ficar também esclarecido quem é o secretário da Associação e as suas funções, bem como quem é, e que funções exerce o secretário do Conselho Diretivo: se são pessoas diferentes ou a mesma pessoa. Quanto à ideia de contratar efetivamente al-*

*guns professores, é importante – observou-se – saber bem como funcionam as leis italianas neste sentido, para evitar eventuais reivindicações sindicais futuras, por parte das pessoas contratadas, em oposição aos compromissos assumidos no momento da aceitação do cargo. Recomenda-se prudência e a não adoção de documentação escrita que possa servir de base a essas reivindicações, que estariam em contradição com o espírito da Escola.<sup>1</sup>*

*O Prof Magnino forneceu além disso úteis esclarecimentos sobre a legislação italiana no que diz respeito à Associação e ao seu registo oficial. Concordou-se em registar em Itália apenas a Associação e deixar reconhecida pelas Autoridades portuguesas a Escola, que atuaria no âmbito da Associação, segundo o estatuto da mesma.*

*A partir das contribuições dadas pela assembleia, pode-se deixar ao encargo do Conselho Diretivo a responsabilidade de ulteriores passos a serem dados (registro, contactos, esclarecimentos jurídicos, etc.).*

*O Conselho Diretivo pediria, ao fim da mesma reunião, ao Prof. Magnino, que se deverá deslocar a Portugal no princípio de janeiro, para entrar em contacto com os SEBSPE, após envio da necessária documentação aos mesmos Serviços por parte do Conselho Diretivo, para eventuais esclarecimentos pessoais e para conseguir uma eventual resposta sobre toda a matéria o mais solícita possível. O Prof. Magnino aceitou o encargo.*

*Na parte final da reunião, decidiu-se que até ao dia 15 de janeiro do próximo ano se farão reuniões por ciclos, que se concluirão em assembleia plenária para avaliação global do andamento do ano letivo no primeiro trimestre.*

*Sem mais, foi encerrada a presente reunião, da*

<sup>1</sup> – Esta precaução não correspondia obviamente a qualquer intenção de violar/desrespeitar direitos dos trabalhadores, mas pretendia acautelar responsabilidades, nomeadamente económicas, que pudessem recair sobre pessoas individuais, responsáveis por uma associação que dificilmente teria meios (humanos e materiais) para responder eficazmente a possíveis reivindicações sindicais.

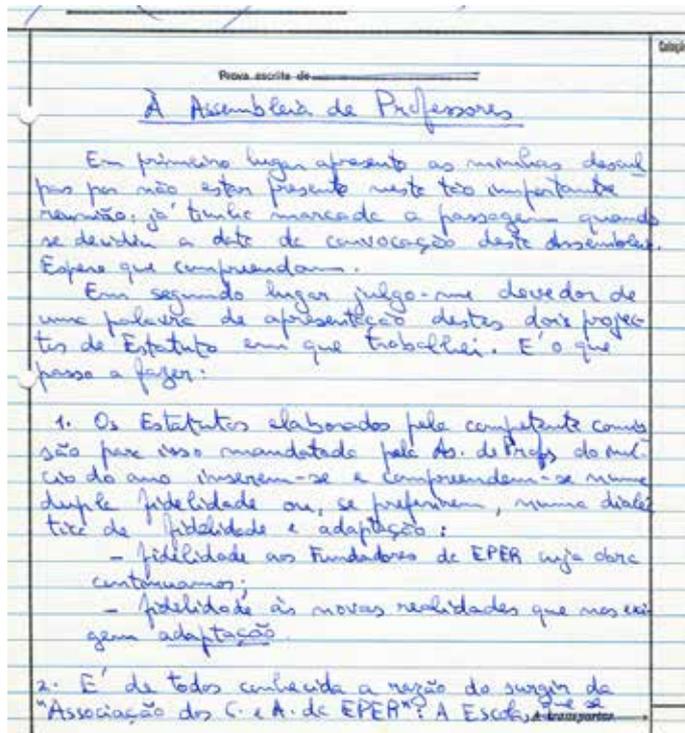
qual, para que tudo constasse lavrei a presente ata que, se aprovada, será por mim assinada. Roma, 18 de dezembro de 1982.

(NESTOR A. ECKERT)

\*\*\* \*\*

## Memorandum João Peixoto

O memorandum deixado pelo Prof. João Peixoto para a reunião desse sábado sintetizava aquela que seria a sua intervenção na assembleia. Além de revelar o profissionalismo desse professor, refere o resultado do trabalho realizado pela comissão que se responsabilizara pela elaboração da *modura jurídica* então considerada indispensável para garantir o futuro da Escola – fiel ao seu passado e aberta às mudanças necessárias. Utilizou para isso a mesma folha de papel que os alunos recebiam para realizarem exames (e testes): é possível imaginar, e crer, que se terá sentido nessa posição de *aluno*, na (fácil) tarefa de *debitar matéria* para a assembleia (preencheu todas as 4 páginas da folha) e quem hoje escreve sente-se na pele do aluno que copia apontamentos de um mestre transpondo, para letra de forma, a caligrafia do autor do texto.



### À Assembleia de Professores

*Em primeiro lugar, apresento as minhas desculpas por não estar presente nesta tão importante reunião: já tinha marcado a passagem quando se decidiu a data da convocação desta assembleia. Espero que compreendam.*

*Em segundo lugar julgo-me devedor de uma palavra de apresentação destes dois projetos de Estatuto em que trabalhei. É o que passo a fazer:*

*1. Os Estatutos elaborados pela competente comissão para isso mandatada pela Ass. de Profs do início do ano inserem-se e compreendem-se numa dupla fidelidade ou, se preferirem, numa dialética de fidelidade e adaptação:*

- fidelidade aos Fundadores da EPER cuja obra continuamos;*
- fidelidade às novas realidades que nos exigem adaptação.*

*2. É de todos conhecida a razão do surgir da "Associação dos C. e A. da EPER": a Escola, que se pretende institucionalizada e reconhecida, não se pode "autofundar" ou "auto-criar" como que "ex-nihilo" (é a velha história do ovo e da galinha). Tem de haver uma entidade ou pessoa de direito que a assuma como própria e a*

*dote, assim, de "personalidade jurídica".*

*A solução que encontramos foi a de recorrer ao direito de associação: os Professores – como "herdeiros" e continuadores dos Fundadores da Escola – e, eventualmente, mais alguém a convidar, assumem-se como Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER. A associação assim fundada tem a finalidade mais importante já bem expressa no próprio nome. E também o nome diz ou antecipa como devem entender-se os futuros associados que, por adesão (regulamentada no estatuto) venham a entrar na Associação.*

*O Estatuto traça o quadro formal segundo o qual a Associação se estruturará e organizará as suas atividades. Não apresenta nada de especialmente original, uma vez que adota, em linhas gerais, o modelo comum a todas as associações. O mais original do projeto reside na vinculação da Associação à Escola (o C.D. é a maioria absoluta do Conselho de Administração da EPER e dele faz parte o Diretor da Escola; os bens desta, respeitadas a sua finalidade e gestão autónoma, integram o património da Associação, etc.).*

*Por tudo isto, a criação desta Associação não é um mero expediente; pelo contrário, concreti-*

za um projeto de participação e promoção de toda a comunidade de língua portuguesa residente em Roma, projeto em que o lugar central é, obviamente, ocupado pela Escola. Não falo já dos eventuais benefícios de ordem material que a criação desta Associação com personalidade jurídica reconhecida nos poderá trazer.

3. O principal motivo que nos levou a criar esta Associação foi – repita-se – o de dar suporte jurídico à institucionalização da Escola. Desde o momento em que os seus Estatutos estejam aprovados, a Assembleia de Professores (com mais alguém que seja convidado) transformar-se-á em (ou melhor, adquirirá também a condição de) Assembleia Geral da nova Associação [prescindindo aqui do processo indispensável de formalização e registro da associação]. Nesta condição aprovará os Estatutos da Escola.

Estes baseiam-se e inspiraram-se nas anteriores redações e projetos, bem como (v. g., no caso da assembleia de professores por ciclos) na experiência já feita. Mais uma vez se nota a vinculação da Escola à Associação, através do Conselho de Administração. Contudo, a au-

tonomia e capacidade de iniciativa própria da Escola é amplíssima, uma vez que o C. de Adm. funciona sobretudo como “para-vento” e órgão supremo de recurso. É também patente a valorização de um conceito amplo de participação.

Decisivo para manter o “estilo” da Escola é, a meu juízo, o art.º 2, §6. Contudo, o realismo e a evolução da situação financeira da Escola devem postular uma abertura neste domínio. Daí o §7 do mesmo artigo. No seu conjunto, os dois §§ dão nova forma ao que já era previsto no “norma transitória” do anterior projeto de revisão. Este duplo tipo de professores insere-se na dupla fidelidade de que inicialmente falei. Outros pontos igualmente importantíssimos deste Estatuto são o §2 e o §4 do art.º 1: este, porque consigna um grande leque de possibilidades no que ao currículo se refere (até agora a Escola proporciona somente o currículo dos cursos noturnos que, como se sabe, está em vias de extinção...); aquele, porque define de algum modo a Escola e estabelece as “regras” do relacionamento – que é vital – da EPER com as autoridades.

P. João Peixoto.



Conservam-se cópias das diversas versões e etapas por que passou a elaboração destes documentos estruturantes da Escola, que teve na altura também a designação de «cooperativa» [Ver ficheiro, em anexo, «Estatuto EPER Outubro1979-VersaolItaliana»], e da sua Associação. Tratou-se de um longo e difícil processo, com avanços e recuos, por fases sucessivas, implicando reuniões frequentes e debates, que mereceriam uma abordagem separada e específica.

A versão de junho de 1982 serviu de base para a elaboração da versão definitiva (com 8 páginas), aprovada em 16 de abril de 1983 [«StatutoEPER-16abr83»] e difere bastante dela. Apesar do espaço que requer, é necessário comparar ambas as versões, para se entrar no *âmago* da vida da EPER daqueles anos. A sua análise revela algum (ou muito) amadorismo da parte dos seus *reda(u)tores*, mas *ser pau para toda a colher* era uma das características da equipa que então *fazia das tripas coração* para que a EPER se consolidasse e afirmasse, e estivesse equipada com as condições que se impunham em cada contexto.

Os *instrumentos jurídicos* foram *cosidos* à medida da Escola e não se recorreu a um procedimento que seria hoje *natural* – copiar/colar –, também porque não havia, à mão de semear, estatutos de escolas equiparáveis, embora seja perceptível a existência de algum *esquema* que lhe terá servido de modelo.

Apresenta-se aqui, primeiro, a versão elaborada em junho de 1982, que serviu de ponto de partida, e de base, para a versão seguinte.

## ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA – ESTATUTO

### Art.º 1

§ 1. – A Escola Portuguesa de Roma orienta-se segundo a legislação geral do ensino em Portugal e as diretivas particulares da Direção Geral dos Serviços do Ensino Básico e Secundário de Português no Estrangeiro (SEESPE), do Ministério da Educação e Universidades.

§ 2. – (FINALIDADES) A Escola Portuguesa de Roma propõe-se contribuir sobretudo para a formação humana integral dos Emigrantes de língua portuguesa residentes em Itália, fornecendo-lhes uma educação escolar segundo os programas oficiais vigentes em Portugal para as Escolas do ensino noturno e levando em consideração as circunstâncias particulares em que a Escola se situa.

§ 3. – (CURSOS FACULTADOS) A Escola Portuguesa de Roma faculta os cursos do ensino básico e liceal noturno. Oferece aos Alunos a possibilidade de concluir a alfabetização em quatro anos; o ciclo preparatório e o curso complementar dos liceus em dois anos, respetivamente; o curso geral noturno em três anos; garante, além disso, a lecionação das matérias da via de ensino do 12º ano da escolaridade.

§ 4. – (CURRICULUM) O curriculum de estudos e os relativos exames são equivalentes aos das Escolas oficiais portuguesas. Os títulos de estudo conseguidos na Escola Portuguesa de Roma são reconhecidos em Portugal.

### Art.º 2 (ÓRGÃOS DA ESCOLA)

1. – Os órgãos da Escola Portuguesa de Roma são os seguintes;

- a) Conselho de Administração;
- b) Conselho Diretivo;

- c) Assembleia dos professores;
- d) Conselho dos alunos;
- e) Assembleia dos alunos.

### Art.º 3 (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

§ 1. – O Conselho de Administração é formado por sete membros, reconhecidos pela Autoridade Consular de Roma: três designados pela Assembleia dos professores; quatro, membros de direito. Os membros de direito são: o diretor da Escola; o presidente do conselho dos Alunos; um representante da Embaixada de Portugal em Roma, por ela designado; um representante da Embaixada ou Consulado de Cabo Verde em Roma.

§ 2. – Compete ao Conselho de Administração:

- a) vigiar sobre a gestão da Escola do ponto de vista administrativo;
- b) proceder à nomeação dos professores, sob proposta do Diretor;
- c) estabelecer as taxas anuais de frequência e inscrição para exames;
- d) elaborar o orçamento anual;
- e) considerar eventuais recursos de professores ou Alunos;
- f) estabelecer o tratamento económico dos professores e eventual restante pessoal.

### ART.º 4 (CONSELHO DIRETIVO)

§ 1. – O Conselho Diretivo é formado pelo Diretor da Escola, eleito pela Assembleia dos professores, e por outros três professores, eleitos também pela mesma Assembleia, que serão os orientadores pedagógicos da Escola.

§ 2. – São funções do Diretor:

- a) representar a Escola;
- b) manter as relações com as Autoridades;
- c) convocar as reuniões do Conselho Diretivo, às quais preside com voto de qualidade;
- e) convocar e presidir às assembleias dos professores;

- f) assegurar a gestão corrente da Escola;
- g) propor a nomeação de novos professores.

§ 3. – Compete ao Conselho Diretivo tudo o que diga respeito ao andamento pedagógico da Escola:

- a) a orientação dos Estudos;
- b) o horário das aulas e dos exames;
- c) a disciplina escolar;
- d) aprovar o plano de atividades extraescolares elaborado pelo Conselho dos Alunos.

### Art.º 5 (ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES)

§ 1. – A Assembleia dos Professores é formada por todos os Professores da Escola.

§ 2. – Compete-lhe:

- a) a exata aplicação do estatuto da Escola;

- b) exprimir parecer sobre o ordenamento didático da Escola;
- c) exprimir parecer sobre a atuação do Conselho Diretivo;
- d) propor ao Conselho de Administração e ao Conselho Diretivo eventuais alterações para integrar os programas, quer administrativos, quer escolares;
- e) eleger o Diretor da Escola;
- f) eleger os três professores responsáveis pela orientação pedagógica dos vários níveis de ensino, que deverão integrar o Conselho Diretivo;
- g) aprovar o orçamento elaborado pelo Conselho de Administração.
- h) eleger os três membros do Conselho de Administração.

§ 3. – Os novos professores da Escola são nomeados pelo Conselho de Administração, sob proposta do Diretor.

§ 4. – Os professores podem ser de diferentes nacionalidades, devidamente habilitados ao ensino das disciplinas que deverão lecionar, segundo as normas de acesso ao ensino vigentes no ordenamento escolar português.

§ 5. – Na falta de professores com os títulos académicos requeridos, o Diretor da Escola, prévio parecer favorável do seu Conselho, proporá ao Conselho de Administração a nomeação de pessoas que, embora sem o diploma requerido, deem suficientes garantias de poder desempenhar adequadamente a tarefa que se lhes confia.

#### **Art.º 6 (CONSELHO DE ALUNOS)**

§ 1. – O Conselho de Alunos é constituído por oito membros, eleitos pela Assembleia dos Alunos, dois em representação de cada ciclo de ensino: elementar, preparatório liceal, geral e complementar dos liceus/12º ano.

§ 2. – Compete-lhe:

- a) eleger o próprio presidente, que será

ao mesmo tempo membro de direito do Conselho de Administração;

- b) convocar as reuniões da Assembleia dos Alunos;
- c) elaborar e fazer executar o plano de atividades extraescolares, que deverá ser aprovado pelo Conselho Diretivo.

#### **Art.º 7 (ASSEMBLEIA DOS ALUNOS)**

§ 1. – A Assembleia dos Alunos é constituída por todos os Alunos regularmente inscritos.

§ 2. – Compete à Assembleia dos Alunos:

- a) eleger o Conselho dos Alunos;
- b) dar parecer sobre o financiamento anual da Escola, a ser apresentado ao

Conselho de Administração;

- c) dar parecer sobre o funcionamento geral da Escola;
- d) Apresentar ao Conselho Diretivo, através do Conselho de Alunos, eventuais propostas de reformas na Escola.

#### **Art.º 8 (DURAÇÃO DOS CARGOS)**

§ 1. – O Conselho de Administração exerce as suas funções por três anos e pode ser reeleito.

§ 2. – O Diretor da Escola é eleito por três anos e pode ser reeleito.

§ 3. – Os restantes membros do Conselho Diretivo são eleitos anualmente.

§ 4. – A Assembleia dos Alunos constitui-se anualmente.

§ 5. – Em caso de demissão de membros do Conselho de Administração, do Conselho Diretivo e do Conselho de Alunos, proceder-se-á à sua substituição.

§ 6. – A eventualidade de demissão do Diretor, ou impossibilidade de exercer as suas funções, será considerada em Assembleia de Professores.

#### **Art.º 9 (FINANCIAMENTO)**

§ 1. – O financiamento da Escola é garantido:

- a) pelos subsídios do Ministério da Educação (Português, através dos Serviços do Ensino de Português no Estrangeiro (SEBSPE);
- b) pelo Ministério da Educação da República de Cabo Verde;
- c) pelas taxas pagas pelos Alunos;

- d) por eventuais doações ou subsídios de entidades ou pessoas, públicas ou privadas.

§ 2. – O orçamento e o balanço de cada ano letivo serão transmitidos anualmente à Direção Geral dos SEBSPE, em Lisboa, ao Ministério da Educação da República de Cabo Verde, e, para informação, às Autoridades consulares de Portugal e de Cabo Verde em Roma.

## **Art.º 10 (ADMISSÃO DOS ALUNOS)**

§ 1. – Pode matricular-se nos vários ciclos de ensino da Escola Portuguesa de Roma quem tiver concluído o precedente ciclo de estudos.

§ 2. – Para as demais normas relativas à admissão dos Alunos, aplicam-se as disposições em vigor nas Escolas de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à equivalência de estudos.

## **Art.º 11 (NORMA TRANSITÓRIA)**

§ 1. – Enquanto o financiamento não permitir uma justa retribuição a quantos trabalham na Escola Portuguesa de Roma, o orçamento atribuirá apenas uma pequena gratificação, a título de reembolso de despesas, aos professores, que, entretanto continuarão a prestar a própria colaboração em regime de volun-

tariado.

No entanto, poderá ser reservado um tratamento económico diferenciado a professores, cujo contributo se demonstre particularmente importante ou indispensável para assegurar o melhor funcionamento da Escola.

ROMA, JUNHO DE 1982.



A versão sobre a qual trabalhou a comissão «ad hoc» no primeiro período de 1982-83 é bastante mais desenvolvida e pormenorizada. Foi aprovada, como se disse, em 16 de abril de 1983, e substituiu as anteriores versões.

## **ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA – ESTATUTO**

### **Art. 1 – INSTITUIÇÃO E FINALIDADES**

§ 1 – É instituída, com sede em Roma, a Escola Portuguesa em Roma, a seguir designada por "Escola" ou, abreviadamente, EPER.

§ 2 – A EPER, instituição da "Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER", reger-se-á pelo presente estatuto, no respeito pela legislação geral sobre o ensino em Portugal e de acordo com as orientações e diretivas do departamento ministerial do Governo português, responsável pelos Serviços do Ensino Básico e Secundário português no Estrangeiro.

§ 3 – A EPER propõe-se contribuir sobretudo para a formação humana integral da comunidade de língua portuguesa residente em Itália, fornecendo-lhe uma educação escolar segundo os programas oficiais vigentes em Portugal e levando em consideração as circunstâncias particulares em que a Escola e os seus destinatários se encontram.

§ 4 – A determinação dos cursos a facultar compete ao Conselho de Administração o qual, tendo em conta as disponibilidades da Escola e as carências da comunidade que esta serve, dará prioridade aos cursos do Ensino Básico sem deixar de proporcionar, na medida e segundo as modalidades possíveis e mais convenientes, o ensino dos restantes níveis requeridos para o acesso à universidade.

§ 5 – O "currículo" de estudos e os relativos exames são equivalentes aos das Escolas oficiais portuguesas, sendo os certificados e demais tí-

tulos de estudo conseguidos na EPER reconhecidos em Portugal.

### **Art. 2: ALUNOS E PROFESSORES**

§ 1 – Pode matricular-se nos vários níveis de ensino ministrados pela EPER quem tiver concluído com aproveitamento o nível precedente.

§ 2 – Para as demais normas relativas à admissão dos Alunos, no que diz respeito à equivalência de estudos, aplicam-se as disposições em vigor em Portugal.

§ 3 – Os Alunos, sem prejuízo de eventuais reduções que, a juízo e na medida que o Conselho Diretivo determinar, possam ser concedidas, são obrigados ao pagamento das taxas de inscrição e frequência fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 4 – Os professores podem ser de diferentes nacionalidades, desde que devidamente habilitados ao ensino das disciplinas que deverão lecionar, segundo as normas de acesso ao ensino vigentes no ordenamento escolar português.

§ 5 – Na falta de professores com os títulos académicos requeridos, o Diretor da Escola, prévio parecer favorável do Conselho Diretivo, proporá ao Conselho de Administração a nomeação de pessoas que, embora sem o diploma requerido, deem suficientes garantias de poder desempenhar adequadamente a tarefa que se lhes confia.

§ 6 – A EPER recorre de preferência ao contributo de professores que prestem graciosamente

a sua colaboração, em regime de voluntariado, e aos quais atribuirá, a título de reembolso de despesas e gratificação, o subsídio que o Conselho de Administração, sob proposta do Conselho Diretivo, determinar.

§ 7 – Na medida em que a situação financeira da Escola o consinta, o Conselho de Administração pode decidir dotar a EPER de professores contratados, cujo contributo se demonstre particularmente importante ou indispensável.

### **Art. 3: ÓRGÃOS DIRETIVOS DA ESCOLA**

§ 1 – São órgãos Diretivos da EPER:

- a) O Conselho de Administração;
- b) A Assembleia de Professores;
- c) O Conselho Diretivo;
- d) A Assembleia de Alunos;
- e) O Conselho de Alunos.

§ 2 – Com exceção dos titulares dos órgãos referidos nas alíneas d) e e) do § 1 deste artigo, cujo mandato cessa com o fim do ano letivo ou com o anulamento da respetiva inscrição, todos os outros se mantêm em funções até á tomada de posse dos seus sucessores.

§ 3 – Com exceção do Diretor, para cuja substituição se requer novo ato eleitoral, em caso de demissão, ausência prolongada ou impedimento permanente de qualquer membro eleito para um órgão diretivo serão empossados como substitutos os segundos mais votados para a respetiva função.

§ 4 – O exercício do mandato de Diretor da Escola é incompatível com a eleição para quaisquer outros mandatos em órgãos Diretivos da EPER.

### **Art. 4: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

§ 1 – O Conselho de Administração é constituído por sete membros, cinco dos quais serão os titulares do Conselho Diretivo da Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER, ao qual pertence de direito o Diretor da Escola, sendo os outros dois eleitos respetivamente pela Assembleia dos Professores e pela Assembleia de Alunos da Escola.

§ 2 – É presidente nato do Conselho de Administração da Escola o Presidente da "Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER", o qual pode delegar o exercício das correspondentes funções na pessoa do Vice-Presidente da mesma Associação.

§ 3 – O Conselho de Administração reunirá ordinariamente duas vezes por ano em data a fixar respetivamente até 15 de Dezembro e no fim do ano letivo, e reunirá extraordinariamente sem-

pre que o seu Presidente, ou o Diretor da Escola, ou três dos seus membros, o convoquem.

§ 4 – Compete ao Conselho de Administração:

- a) determinar, em conformidade ao §4 do art. 1, os cursos a facultar pela EPER;
- b) velar pela gestão financeira da Escola;
- c) atualizar a lista de Professores da Escola e efetuar a nomeação de novos docentes, sob proposta do Diretor da EPER;
- d) estabelecer o quantitativo das taxas de inscrição e frequência;
- e) confirmar o orçamento anual e o relatório anual de contas aprovados pela Assembleia de Professores;
- f) considerar eventuais recursos de Professores e Alunos;
- g) estabelecer o tratamento económico dos Professores contratados e eventual restante pessoal da EPER;
- h) determinar, sob proposta do Conselho Diretivo da Escola, o subsidio a conceder aos Professores em regime de voluntariado a que se referem os §§ 5 e 6 do art. 2.

§ 5 – O Conselho de Administração decide por maioria, mas, para serem válidas, as suas decisões devem ser aprovadas por um mínimo de três membros.

§ 6 – Um Secretário eleito "ad hoc" pelo Conselho de Administração redigirá as atas das reuniões as quais, uma vez aprovadas, serão conservadas no Livro de Atas do Conselho de Administração.

### **Art. 5: ASSEMBLEIA DE PROFESSORES**

§ 1 – A Assembleia de Professores é constituída por todos os docentes que constam da Lista de Professores da EPER em vigor.

§ 2 – A Assembleia de Professores pode reunir ordinária ou extraordinariamente quer por ciclos, sob a presidência do respetivo Coordenador Pedagógico, quer em plenário, sob a presidência do Diretor da Escola.

§ 3 – A Assembleia de Professores reúne ordinariamente em sessão plenária no início, a meio e no fim do ano letivo, e reúne extraordinariamente sempre que o Conselho Diretivo ou o Conselho de Administração o desejem, ou um terço dos seus membros o requeira.

§ 4 – A Assembleia de Professores reúne ordinariamente por ciclos uma vez por trimestre, e extraordinariamente sempre que o Diretor ou Orientador Pedagógico respetivo a convoquem por iniciativa própria ou a requerimento de um terço dos seus membros.

§ 5 – A Assembleia de Professores, tanto plená-

ria como por ciclos de ensino, pode realizar-se em primeira convocatória com a participação da maioria absoluta dos seus membros e, em segunda, com a participação de qualquer número, desde que superior a um terço dos seus membros.

§ 6 – A data, hora, local e ordem de trabalhos das reuniões ordinárias da Assembleia de Professores, tanto em sessão plenária como por ciclos de ensino, deverão constar em convocatória assinada pelo Diretor, ou – tratando-se de reunião por ciclos – pelo Orientador Pedagógico respetivo, e que será afixada na EPER com um mínimo de dez dias de antecedência, podendo adotar-se a mesma forma de convocação para as reuniões extraordinárias, sem prejuízo de recurso a processos mais rápidos em caso de manifesta urgência e necessidade.

§ 7 – A Assembleia de Professores elegerá "ad hoc" em cada sessão um Secretário que redigirá a ata da reunião a qual, uma vez aprovada, será conservada nos respetivos Livros de Atas.

§ 8 – Compete à Assembleia de Professores em sessão plenária:

- a) Velar pela exata aplicação do Estatuto da Escola;
- b) propor ao Conselho de Administração e ao Conselho Diretivo eventuais alterações a integrar nos programas, quer administrativos quer escolares;
- c) eleger de entre os seus membros que simultaneamente sejam associados ordinários da "Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER" o Diretor da Escola para um mandato reiterável de dois anos;
- d) eleger, de entre os seus membros, para um mandato de um ano, três professores responsáveis pela orientação-pedagógica dos vários níveis de ensino, que deverão integrar o Conselho Diretivo;
- e) eleger de entre os seus membros para um mandato de um ano, um representante seu ao Conselho de Administração;
- f) aprovar o orçamento e o relatório anual de contas elaboradas pelo Conselho Diretivo;
- g) deliberar sobre qualquer assunto que os restantes órgãos devam ou decidam submeter à sua apreciação (ou) aprovação;
- h) exprimir parecer sobre o ordenamento escolar, estabelecido pelo Conselho Diretivo;
- i) apreciar e exprimir parecer sobre a vida da Escola, velar pela qualidade do ensino ministrado e examinar o rendimento escolar dos Alunos;
- j) exprimir parecer sobre a atuação do Conselho Diretivo.

§ 9 – Compete à Assembleia de Professores de ciclo:

- a) velar pela coordenação pedagógica e interdisciplinar do respetivo nível de ensino;
- b) apreciar o rendimento escolar e aproveitamento dos Alunos do respetivo ciclo;
- c) examinar e promover a qualidade do ensino ministrado no respetivo ciclo, elaborando e propondo oportunos e convenientes projetos pedagógicos;
- d) propor ao Conselho Diretivo a aquisição de material didático e de outros subsídios pedagógicos tanto para os professores como para os alunos.

#### **Art. 6: CONSELHO DIRETIVO**

§ 1 – O Conselho Diretivo é constituído pelo Diretor da Escola e pelos três Orientadores Pedagógicos, eleitos pela Assembleia de Professores, e ainda pelo Presidente do Conselho de Alunos, este sem voto deliberativo em questões de caráter estritamente pedagógico.

§ 2 – O Conselho Diretivo, presidido pelo Diretor da Escola, reunirá ordinariamente de dois em dois meses, e extraordinariamente sempre que o seu presidente ou dois dos seus membros o desejem.

§ 3 – O Conselho Diretivo elegerá de entre os seus membros docentes, um Secretário que redigirá as atas das reuniões, as quais, uma vez aprovadas, serão conservadas no Livro de Atas do Conselho Diretivo da EPER.

§ 4 – Compete ao Conselho Diretivo:

- a) Estabelecer o ordenamento escolar e superintender à orientação dos estudos;
- b) estabelecer e tutelar a disciplina escolar;
- c) estabelecer e publicar o calendário escolar;
- d) elaborar e estabelecer os horários escolares;
- e) autorizar o Diretor a propor ao Conselho de Administração a nomeação de novos Professores ou a desvinculação de Professores da EPER;
- f) decidir a convocação da Assembleia plenária de Professores;
- g) aprovar o plano de atividades circulares elaborado pelo Conselho de Alunos;
- h) assegurar a gestão corrente da Escola em conformidade às deliberações da Assembleia de Professores e às diretivas do Conselho de Administração;
- i) elaborar o orçamento anual e o relatório de contas a serem aprovados pela Assem-

bleia de Professores e confirmados pelo Conselho de Administração;

- j) julgar e despachar eventuais pedidos de redução parcial ou total das propinas escolares, tendo em conta a situação económica, familiar e demais circunstâncias dos requerentes;
- k) propor ao Conselho de Administração, ouvida a Assembleia de Professores, o quantitativo dos subsídios a que se refere o § 6 do art. 2;
- l) autorizar operações bancárias extraordinárias.

§ 5 – Compete ao Diretor da Escola:

- a) representar a EPER em juízo e fora dele;
- b) estabelecer e manter as relações com as Autoridades;
- c) convocar as reuniões do Conselho Diretivo, às quais preside com voto de qualidade;
- d) convocar as reuniões da Assembleia de Professores;
- e) executar e fazer executar as decisões da Assembleia de Professores, do Conselho de Administração e do Conselho Diretivo, assegurando a gestão ordinária da Escola;
- f) diligenciar para completar o quadro docente e propor ao Conselho de Administração, com o prévio parecer favorável do Conselho Diretivo, a nomeação de novos Professores;
- g) convocar a assembleia de Alunos ordinária à qual presidirá até à eleição do seu Presidente;
- h) realizar operações bancárias em nome da Escola;
- i) decidir em casos de particular urgência e necessidade, em matérias de competência do conselho Diretivo, devendo submeter as decisões assim tomadas ao juízo do mesmo Conselho na reunião sucessiva.

§ 6 – Compete aos Orientadores Pedagógicos:

- a) convocar e presidir às reuniões da Assembleia de Professores por ciclos de ensino;
- b) tomar iniciativas tendentes a promover e assegurar a melhor coordenação pedagógica e interdisciplinar dos respetivos ciclos;
- c) assumir e desempenhar com zelo as tarefas executivas que o Conselho Diretivo de que fazem parte lhes atribua;
- d) assistir e colaborar com o Diretor na gestão corrente da EPER.

#### **Art. 7: ASSEMBLEIA DE ALUNOS**

§ 1 – A Assembleia de Alunos é formada por todos os Alunos regularmente inscritos e consti-

tui-se anualmente.

§ 2 – A Assembleia de Alunos reúne ordinariamente, sob convocação do Diretor da Escola, uma vez por ano até trinta de Novembro, e reúne extraordinariamente quando o seu Presidente, nos termos do art. 8, § 3, alínea c), a convoque.

§ 3 – Eventuais reuniões extraordinárias da Assembleia de Alunos não poderão, sem o acordo do Conselho Diretivo, ter lugar em dias letivos durante o horário das lições;

§ 4 – A Assembleia de Alunos pode funcionar validamente em primeira convocatória com a maioria absoluta dos Alunos regularmente inscritos, e em segunda convocatória com qualquer número, desde que superior a um terço dos seus membros;

§ 5 – Compete à Assembleia de Alunos:

- a) eleger, de entre os Alunos do Curso Geral ou complementar, o seu Presidente que presidirá igualmente ao Conselho de Alunos e participará no Conselho de Administração e no Conselho Diretivo;
- b) fazer sugestões e eventuais propostas sobre o financiamento da Escola, sobretudo no tocante às atividades circum-escolares;
- c) dar parecer sobre o funcionamento geral da Escola;
- d) apresentar ao Conselho Diretivo, através do Conselho de Alunos, eventuais propostas de reformas no âmbito da EPER.

#### **Art. 8: CONSELHO DE ALUNOS**

§ 1 – O Conselho de Alunos é constituído por nove membros dos quais um é o Presidente da Assembleia de Alunos, por esta eleito, e os restantes oito são Alunos eleitos até trinta de Novembro, dois em representação de cada ciclo de ensino: elementar, preparatório liceal, geral, e complementar dos liceus/12.º ano.

§ 2 – Compete ao Conselho de Alunos:

- a) fazer sugestões e propostas ao Conselho Diretivo acerca do ordenamento da vida escolar;
- b) executar ou dar o seguimento correspondente às deliberações da Assembleia de Alunos;
- c) decidir eventuais convocações extraordinárias da Assembleia de Alunos e aprovar as respetivas ordens de trabalhos;
- d) elaborar o plano de atividades circum-escolares e, uma vez aprovado pelo Conselho Diretivo, fazê-las executar;
- e) colaborar com o Diretor e com o Conselho



ção que foi então transmitida ao governo de Lisboa. Textualmente, dizia esse ofício:

*1. Junto envio cópia dos Estatutos da "ASSOCIAÇÃO DOS COOPERADORES E AMIGOS DA EPER" e, modificado, para se enquadrar dentro da realidade da Associação, o da EPER – ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA. Após o trabalho realizado no ano passado, visando conferir à Escola de Roma uma fisionomia jurídica que atualmente não tem, e considerando as observações ao Estatuto anteriormente elaborado feitas pelos Serviços que V. Ex.cia dirige, chegámos no passado dia 18 c.m. aos resultados que agora apresentamos à atenção de V. Ex.cia, solicitando um parecer favorável a quanto propomos e eventuais sugestões ou indicações acerca do melhor modo de proceder para, no mais breve prazo possível, pôr em marcha a estrutura que achamos mais conveniente para a realidade da Escola de Roma.*

*São desnecessários esclarecimentos sobre os objetivos e o método seguido para a elaboração do estatuto da Associação. Junto, contudo, também a folha de apresentação do mesmo,*

*lida pelo Conselho Diretivo durante a assembleia de professores do passado dia 18, que o aprovou. Ao mesmo tempo, estando para partir para Portugal o Dr. Prof. Leo Magnino, que tem acompanhado de perto a nossa atividade e participou na última assembleia (como convidado), o Conselho Diretivo sugeriu que ele pudesse contactar pessoalmente os SEBSPE para uma apresentação pessoal das ideias contidas na presente documentação, encargo que foi aceite pelo Prof. Magnino.*

*Cumprir-me apenas dizer que, na reunião de 18 do corrente, a assembleia de Professores decidiu também proceder ao registo do estatuto da Escola apenas em Portugal, e ao da Associação, em Itália, onde deve cumprir as finalidades que se propõe no respeito pela legislação italiana – isto, sem prejuízo de uma eventual legalização do Estatuto da Escola também em Roma, no caso que isso fosse indispensável no futuro para usufruir de eventuais benefícios. Delegamos no Prof. Magnino a apresentação dos motivos desta opção, que derivam de considerações de ordem sindical.*

No ponto 2 da missiva, o Conselho Diretivo informava sobre a sua eleição, a 30 de outubro de 1982, ainda nos moldes do velho estatuto que se deseja modificar, e acrescentava que, depois da elaboração dos referidos estatutos, teve lugar no dia 18 de dezembro a 3ª Assembleia Geral de Professores deste ano letivo, para aprovação dos Estatutos.

10dez82

### **Boas Festas de Natal!**

Por ocasião do Natal de 1982, a Escola enviou mensagens de Boas Festas e votos de Ano Novo aos seguintes destinatários:

- Euclides de Brito – Cônsul de Cabo Verde
- Ferreira Martins – SEBSPE
- Gonçalo Caldeira Coelho – Embaixador de Portugal junto do Vaticano
- Hernâni Moreira – Presidente Associação Cabo-verdiana de Roma
- José Ataíde – Conselheiro Embaixada junto do Quirinal
- José Rosa de Meneses – Embaixador de Portugal junto do Quirinal
- Leo Magnino
- Manuel Jorge de Sena – Colégio S. João de Brito
- Manuel Morujão – Braga
- Manuela Eanes – Presidência da República
- Maria Teresa Carvalho Rio – SEBSPE
- Quintela Paixão – Secretário da Embaixada junto da Santa Sé
- Rogério de Freitas – Porto Editora (Secção Manuais Escolares)
- Vasco Almeida – Porto Editora (Diretor)

Além destes 14 cartões, adquiridos na Tipografia do Vaticano e enviados pelo correio, no dia 10.12.82 – com representações evocativas do Natal (o de Cristo), de mestres famosos da Pintura italiana (como Giotto, Giorgione e outros) – foram também entregues pessoalmente aos senhores Mário Venâncio, Mario Cavadozzi e sr. Castellana um cartão pessoal de boas-



-festas. Os dois primeiros, porteiros do Instituto de Santo António, receberam, como consta no relatório de contas desse ano, metade da quantia prevista no orçamento como gratificação (50.000 liras) aos alunos que integravam o Conselho Diretivo pela participação nas suas reuniões (por não se terem realizado). Aos três (para que tudo aqui conste exaustivamente), foi oferecida uma garrafa de vinho do Porto e um panettone.

No mesmo período, foi entregue às irmãs Ursulinas de Verona, como de costume, um CESTO (cabaz de Natal), acompanhado por outro cartão de boas-festas. A professora Rufina teve o privilégio de se encarregar desta agradável tarefa. De todos eles, com mensagens personalizadas, se conserva cópia – a título de exemplo, mostramos aqui apenas quatro.



Roma, 10/11/1982

Recordando com viva gratidão a visita que V. Ex.ª tem a amabilidade de fazer à Escola Portuguesa de Roma em 1979, em nome dos 34 Professores e 295 Alunos que a frequentam no presente ano lectivo, apresento a V. Ex.ª e ao Sr. Presidente da República, Gen. António Ramalho Eanes, os melhores votos por um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

F. Pinho

Roma, 11/12/1982

Em nome de toda a Escola Portuguesa de Roma, um sincero agradecimento pelo trabalho que desempenha a favor do ensino português no estrangeiro, um sincero obrigado pelo apoio até agora concedido à nossa Escola, e os mais sinceros votos por um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

F. Pinho

Roma, 12/12/1982

Roma, 11/12/1982

ao P. Jorge,  
 mais um ano, e a Escola... "muda" no seu passado: "uma comunidade" com ele. Actualmente estamos a terminar a elaboração do estatuto de uma Associação de Cooperadores e Amigos da Escola, criada segundo o modelo (de tipo) para o seu reconhecimento formal e concessão da atribuição de certos benefícios. É um trabalho de equipa... difícil, mas que vale a pena. É um trabalho importante sobre isto. O P. Jorge continue a ser uma das colunas mais firmes e preciosas da Escola.

> votos por um Feliz Natal e um próspero Ano Novo não deixem esta apenas a "sua" obrigação, mas a recordação viva de deixaste em todo nós. Responde em nome de todos os 34 Professores e 295 Alunos.

F. Pinho

Caro P. Morujos,

mais um ano passou, e a Escola Portuguesa de Roma, um agradecimento às suas origens (e o que deve aos (1) seus (2) fundadores (as)), continua a funcionar, procurando melhorar-se. Estamos precisamente neste período a elaborar um Estatuto de uma Associação de Cooperadores e Amigos da Escola, que deverá incluir os reconhecimento (semi-oficial) dela, e permitir-lhe uma maior estabilidade e mais recursos.

Em nome de todos os Professores (34) e Alunos (295), votos por um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

F. Pinho

Manuela Eanes, recordando a visita de 1979, e Maria Teresa Carvalho Rio, interlocutora da Escola junto do Ministério da Educação e Universidades (SEBSPE)

[A fotocópia do postal destinado ao P. Jorge de Sena ficou cortada no lado esquerdo pelo envelope que se lhe sobrepôs, mas sem impedir a interpretação integral da mensagem]

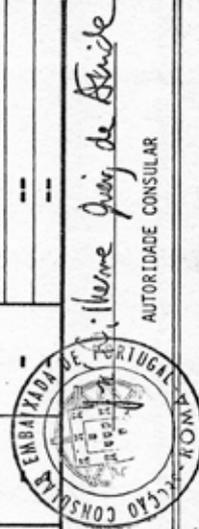
### Mapas/inquéritos sobre exames realizados

Com a data de 9 de dezembro de 1982, a Escola recebeu através da Embaixada um ofício [nº 7661] do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa solicitando o preenchimento de 2 exemplares de impressos, denominados "mapas/inquéritos", destinados a melhorar a *planificação dos próximos exames*, nos três níveis de ensino: Preparatório e Secundário, isto é, os cursos Geral e Complementar dos liceus. A Escola respondeu ao pedido, em 20 de janeiro de 1983, enviando os seguintes relatórios:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA SERVIÇOS DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO											
INQUÉRITO SOBRE OS EXAMES REALIZADOS NO ANO ESCOLAR 1981/82 CURRÍCULO COMPLETO PORTUGUÊS											
NÍVEL	CURSO	DISCIPLINAS	EXAMES REALIZADOS			a) POR CURSO TOTAL	b) Nº DE ALUNOS	DATA EXAMES		OBSERVAÇÕES	
			APROVADOS	REPROVADOS	TOTAL			INÍCIO	TERMINUS		
ENSINO SECUNDÁRIO	GERAL NOCTURNO	PORTUGUÊS	15	9	25			14/6	24/6	Um aluno faltou	
		HISTÓRIA	35	11	47			16/6	24/6	Um Aluno faltou	
		MATEMÁTICA	7	11	18			17/6	23/6	--	
		CIÊNCIAS DO AMBIENTE	6	1	8			19/6	22/6	Um Aluno Faltou	
		EDUCAÇÃO VISUAL/ DESENHO	5	1	9			13/6	-	Tres Alunos faltaram	
		INGLÊS	18	5	21			18/6	23/6	Dois Alunos Faltaram	
		FRANÇÊS	25	-	27			18/6	23/6	Dois Alunos faltaram	
		ALEMÃO	-	-	-			-	-	-	
		CIÊNCIAS SOCIAIS	47	-	47			15/6	19/6	-	
		INTRODUÇÃO A ECONOMIA	11	-	11			19/6	22/6	-	
	FÍSICA E QUÍMICA	3	2	7	18/6	23/6	-				
	PORTUGUÊS	14	-	16	16/6	19/6	Dois Alunos faltaram				
	HISTÓRIA	3	-	3	15/6	"	--				
	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	--				
	CIÊNCIAS NATURAIS	-	-	-	-	-	--				
	INGLÊS	3	1	4	18/6	23/6	--				
	FRANÇÊS	5	1	6	18/6	22/6	--				
	ALEMÃO	-	-	-	-	-	--				
	GREGO	-	-	-	-	-	--				
	LATIM	-	-	-	-	-	--				
INTRODUÇÃO A POLÍTICA	4	-	4	17/6	22/6	--					
FILOSOFIA	12	-	16	14/6	19/6	Quatro Alunos faltaram					
GEOGRAFIA	1	-	1	15/6	"	--					
CIÊNCIAS FÍSICO QUÍMICAS	-	-	-	-	-	--					
DESENHO	-	-	-	-	-	--					
					-74-	-8-					
					-19-	-7-					

a) Mencionar o número de alunos que realizaram exames em cada curso  
 b) Mencionar o número total de alunos que terminaram o curso

DATA 20/01/83



AUTORIDADE CONSULAR

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA**  
**SERVÍCIOS DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO**

INQUÉRITO SOBRE OS EXAMES REALIZADOS NO ANO ESCOLAR 1987/88 - CURRÍCULO COMPLETO PORTUGUÊS  
 PAÍS ITALIA - ÁREA CONSULAR R.O.M.A.

NÍVEL	CURSO	DISCIPLINAS	EXAMES REALIZADOS			a) POR CURSO TOTAL	b) Nº DE ALUNOS	DATA EXAMES		OBSERVAÇÕES
			APROVADOS	REPROVADOS	TOTAL			INÍCIO	TERMINUS	
ENSINO PREPARATORIO	NORMAL	PORTUGUÊS	9	5	17	-47-	-14-	14/6	23/6	Faltaram tres Alunos
		HISTÓRIA	16	9	25			15/6	23/6	----
		MATEMÁTICA	18	7	27			18/6	23/6	Faltaram dois Alunos
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	27	4	34			17/6	23/6	Faltaram tres Alunos
		EDUCAÇÃO VISUAL	22	1	23				-	----
		INGLÊS	3	4	7			13/6	23/6	----
		FRANÇÊS	8	3	11			16/6	23/6	----
SUPLETIVOS		PORTUGUÊS								
		HISTÓRIA								
		MATEMÁTICA								
		CIÊNCIAS NATURAIS								
		INGLÊS								
		FRANÇÊS								
		ALEMÃO								



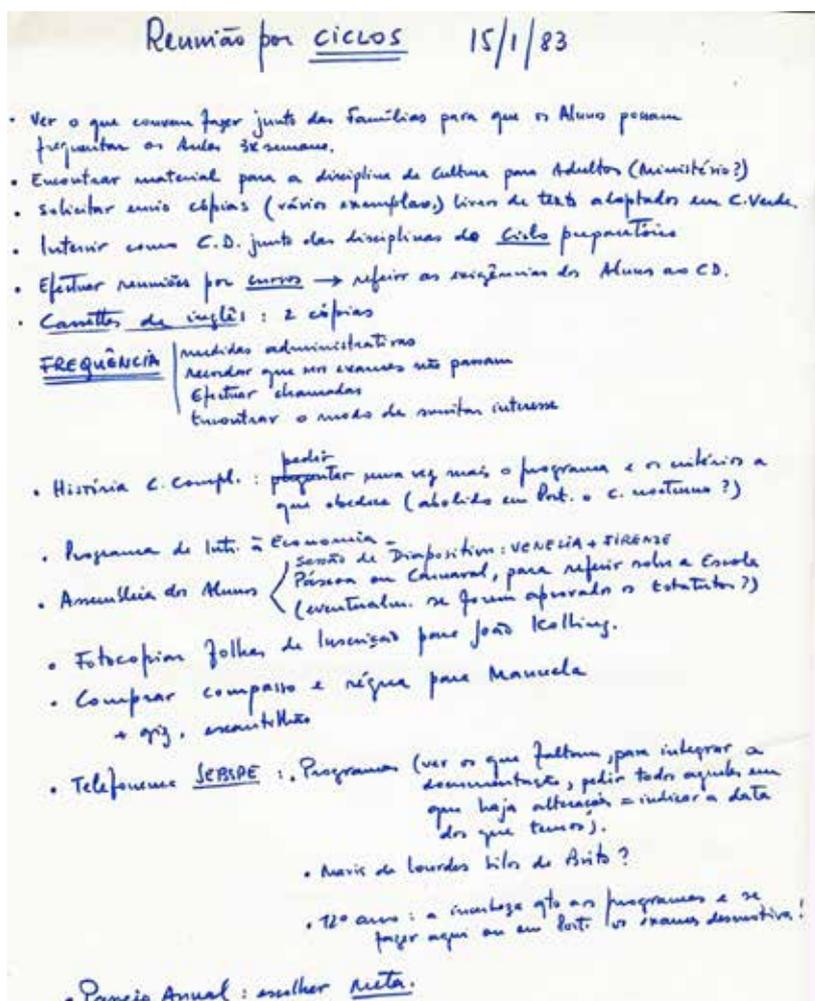
a) Mencionar o número de alunos que realizaram exames em cada curso  
 b) Mencionar o número total de alunos que terminaram o curso  
 DATA 20/01/88  
 AUTORIDADE CONSULAR

## Avaliação no início do II período

Em 15 de janeiro de 1983, depois das férias e tendo já iniciado o II período, a Escola procedeu a uma avaliação do andamento do ano, realizando reuniões de professores por ciclos de ensino. A 9 de janeiro, o Prof. José Pires assinava em nome do Conselho Diretivo uma convocatória para efetuar esse trabalho, articulada em três pontos, escrevendo:

1. Este ano não foi ainda possível fazermos uma avaliação do andamento escolar por ciclos: estivemos empenhados com os novos estatutos. Mas, ao fim deste primeiro trimestre, impõe-se fazer o ponto da situação escolar. As reuniões feitas por ciclos de ensino são da máxima importância, pois só elas permitem alguma coordenação entre os diversos professores do mesmo ciclo e uma troca de experiências feitas por cada professor, a entreaajuda, a análise de problemas específicos referentes a cada ciclo. Dada pois a importância deste tipo de reuniões, os professores são vivamente convidados a estar presentes nas reuniões por ciclos, convocadas para sábado, dia 15 c.m., no Instituto de Santo António, às 15.30 horas. Às reuniões por ciclos seguir-se-á, por volta das 17.00 horas, um plenário.

Nos dois pontos seguintes da convocatória davam-se *Pistas para avaliação do andamento, por matérias, e do andamento geral: frequência dos alunos; pontualidade, horários, aproveitamento escolar dos alunos, material escolar e dificuldades com os programas, casos individuais, métodos pedagógicos a ter em conta, etc.* Seguiu-se uma sugestão metodológica para a parte final desse dia: *No final das reuniões por ciclos seria bom individualizar algumas questões para refletir e medidas a tomar ainda este ano ou nos próximos anos. Essas questões seriam levadas à reunião plenária para sobre elas se refletir em comum.* Recomendava-se que fossem *questões de interesse geral, para a maioria dos professores, e que se procurasse resolver a nível de cada ciclo as questões que aí pudessem ser resolvidas.*



Os apontamentos da folha ao lado, do responsável pela Escola para essa reunião, ilustra algumas das preocupações que iriam ser debatidas:

Não consta (não conservo) a ata das reuniões efetuadas nessa data, mas, sim, outros apontamentos tirados pelo mesmo responsável durante a assembleia plenária, que permitem sintetizar e reconstruir os pontos evidenciados pelos coordenadores:

1. Na **Primária**, a frequência era um *problema de fundo*, tendo também a ver com a motivação pessoal: a heterogeneidade das turmas, numerosas, era um problema de difícil solução, havia alunos com *reprovações* sucessivas e registavam-se várias desistências na II Classe, devido também à oposição de alguns *patrões* que não autori-

zavam a sua COLF<sup>2</sup> a estarem livres mais do que duas tardes por semana, uma delas necessariamente às quintas-feiras, para frequentarem a Escola. Ponderou-se a hipótese de voltar ao sistema anterior, apenas duas tardes por semana, e recordou-se que, dois anos antes, a Escola tinha enviado uma carta às famílias em que as alunas trabalhavam para as sensibilizar e lhes recordar o dever legal de permitirem (e até encorajarem) as suas colaboradoras a frequentar a *scuola dell'obbligo* – escolaridade obrigatória. Sugeriu-se intervir pessoalmente, telefonando às famílias que dificultavam ou impediam o cumprimento dessa obrigação.

A questão da disciplina de *Cultura* era de difícil solução, pois não havia materiais especificamente preparados para alunos como os da EPER, adultos e, concretamente, cabo-verdianos, o mesmo se podendo dizer para outras matérias, especialmente quanto aos textos propostos para Português e História. Por isso, decidiu-se insistir no pedido dirigido ao ME de Cabo Verde para preencher ou integrar as lacunas registadas a esse nível.

Para a disciplina de *História*, o tempo era pouco e a frequência deixava muito a desejar, sendo por isso baixo o aproveitamento, o mesmo acontecendo na de *Matemática*: para os alunos com maiores dificuldades seria proposto um plano de recuperação e acompanhamento personalizado, devendo ser contactados os que, alegadamente pelas razões acima indicadas, haviam desistido. O Conselho Diretivo tomava a seu cargo a tarefa de intervir junto dos *patrões*, nos casos considerados pertinentes. Solicitava-se também a colaboração dos alunos, que deveriam dar sugestões concretas para melhorar o aproveitamento e também, caso fosse necessário, o ambiente escolar e o relacionamento com os professores dentro da sala de aula. Concluem os apontamentos que a *IV Classe* deve ser *bem dada*, para garantir o sucesso na etapa seguinte dos estudos, e sugeria-se a utilização de um método interativo na leção da disciplina de *Inglês*, utilizando gravações de exercícios em cassetes, existentes na Escola.

2. Os apontamentos relativamente ao **Curso Geral** incidiam na disciplina de *História*, onde também se faziam notar dificuldades de frequência e de realização dos trabalhos de casa propostos pelo Professor. Por isso, sugeria-se que fossem mais os exercícios e testes realizados na sala de aula, para controlar mais assiduamente o aproveitamento das aulas. Naquele ano, o curso noturno em Portugal teria adotado o programa do ensino unificado: essa informação obrigava o Conselho Diretivo a solicitar informações oficiais sobre os programas e a proceder às devidas correções/alterações.

Na disciplina de *Introdução à Economia*, o Prof. Alfredo Dinis referiu-se ao manual adotado, direcionado para a compreensão do pensamento marxista, e aguardava a chegada do programa. Quanto à frequência, dos 47 alunos matriculados, 9 tinham desistido (alguns por terem regressado a Cabo-Verde) e outros 9 tinham uma frequência irregular. A sua turma *real* era porém constituída por 24 alunos, *certinhos* na frequência e participação, bem como na realização dos trabalhos de casa. Propunha-se uma reunião de turma para sensibilizar, informar, chamar à atenção... O aproveitamento no 1º período era considerado *razoável*.

No caso da disciplina de *Geografia*, o Prof. Kolling considerou também razoável o aproveitamento dos seus 47 alunos, tendo-se registado uma frequência oscilante entre 33 e 38 ao longo do 1º período. Também neste caso, os manuais deixavam a desejar. A situação mais grave verificava-se na disciplina de *Matemática*, em que emergiam a falta de bases e também a necessidade de adquirir mais material escolar para os alunos, a começar por esquadros e régua...

A reunião do Conselho de Professores para avaliação de algumas disciplinas (Português, Línguas) seria realizada no domingo seguinte (por impossibilidade de o diretor participar nessas reuniões, devendo lecionar as suas matérias, não constam "apontamentos" semelhantes aos tomados no dia anterior para, através deles, se poder construir um "retrato" mais completo da situação da EPER no

---

2 – Assim eram vulgarmente designadas as "Colaboradoras Familiares" – expressão que dá origem ao acrónimo – num contexto em que o trabalho doméstico representava em Itália *uma tipologia de trabalho dependente, prestado de modo direto e exclusivo para a satisfação das exigências domésticas e familiares dos empregadores* [https://it.wikipedia.org/wiki/Lavoro\_domestico]. A abreviação da expressão era por vezes utilizada com sentido depreciativo ("*a minha colf*", "*temos uma colf à hora*"...), no mesmo sentido que, em português, tinha a expressão *criadas de servir*. Para os numerosos sinónimos, considerados eufemismos ou assumindo uma conotação negativa, veja-se: [http://www.treccani.it/vocabolario/cameriere-finestra-di-approfondimento-cameriera\\_\(Sinonimi-e-Contrari\)/](http://www.treccani.it/vocabolario/cameriere-finestra-di-approfondimento-cameriera_(Sinonimi-e-Contrari)/)

plano das dificuldades dos alunos e do seu acompanhamento pedagógico por parte dos professores, assim como das medidas por eles propostas, também nas disciplinas desse nível de escolaridade).

21jan83

### **Financiamento e fiscalidade da Educação**

Sobre o tema em epígrafe, Alfredo de Sousa escreveu na edição de «O Jornal» de 21 de janeiro de 1983 um longo artigo, interessante pelo conteúdo e reflexão que propõe sobre a importância do investimento no ensino. O autor era professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de que fora anteriormente reitor, e da Universidade Católica. Em janeiro de 1983 trabalhava numa especialização, nos Estados Unidos. Foi dirigente do PSD e deputado à Assembleia Constituinte. [As três páginas foram então consideradas de interesse para compreender o contexto e as dificuldades que se viviam na EPER: «[FinanciamentoEducao-Artigo Alfredo de Sousa O Jornal 21jan1983](#)»]

20jan83

### **12.º Ano de Escolaridade – Italiano**

Em 20 de janeiro de 1983, a EPER apresentava à Responsável pelos SEBSPE um pedido muito concreto, justificado com uma série de argumentos que se podem ler no ofício nº 05/82-83, tendo por assunto: *Disciplina de Italiano no 12º ano da escolaridade; Efetuação em Roma dos respetivos exames.*

*Propondo-se indistintamente todos os Alunos inscritos no 12º ano de escolaridade na Escola Portuguesa de Roma – lê-se nesse documento – ingressar em diferentes faculdades de universidades romanas, e tendo sido oferecida pela Escola a lecionação na disciplina de Alemão (curso de Literatura Portuguesa da Via de Ensino), pensando erroneamente que o nível exigido pelo programa – que só agora nos chegou – pudesse corresponder a uma introdução basilar à matéria, e não a três anos de estudo, a Escola de Roma solicita a autorização a considerar válida como disciplina de opção desse curso a Língua e Literatura Italiana. A disciplina de Italiano, acrescentava o ofício, já era oficialmente reconhecida como alternativa ao de Inglês ou Francês, no Curso Complementar dos liceus e, portanto, pedia-se que o fosse também em relação ao Alemão, no 12.º Ano.*

O documento insistia em que os Alunos inscritos – uma dezena – tinham como meta a entrada em ateneus italianos que exigiam inclusivamente um exame linguístico, em Italiano, para a admissão: alguns tinham cumprido todas as condições para a admissão, mas a formalização da matrícula estava condicionada porque não lhes era reconhecida (pela Embaixada de Itália em Lisboa) a equivalência de estudos. Referindo-se a outro aspeto do problema, a Escola Portuguesa de Roma – prosseguia o ofício – preferia que o programa fosse elaborado pelos SEBSPE; mas, se a sua elabo-

ração em Portugal viesse a exigir muito tempo ou apresentasse dificuldades, comportando por conseguinte atraso em Roma no desenvolvimento da matéria, propunha que o programa pudesse ser responsabilmente elaborado em Roma, sendo depois aprovado em Lisboa, uma vez que – informava a EPER – dispomos de pessoas preparadas, na própria Escola e fora dela.

Acrescentava ainda esse ofício que os Alunos, preparando-se para atingir este nível de ensino com a intenção de matricular-se – como fizeram outros Alunos da Escola antes deles – em universidades italianas, têm insistentemente feito presente as vantagens que teriam em poder efetuar os exames na Escola de Roma, evitando a deslocação a Lisboa propositadamente para o efeito, numa altura em que muitos dos Alunos (que trabalham no serviço doméstico), se tivessem de se inscrever e realizar em Portugal os exames, iriam ao encontro de ulteriores dificuldades, além das económicas, burocráticas e de ambiente diferente. Assim, e em face dos argumentos apresentados, toda a Escola esperava a compreensão dos serviços do Ministério da Educação também para esta exigência, e recordava que continuava também a contar com a presença em Roma, na altura dos exames, do Sr. Dr. Martins Ferreira, o que seria uma garantia a mais para o deferimento do pedido que acabo de formular.

## Saudações de Salamanca

Em 20 de janeiro de 1983, Jorge Manuel de Sena agradecia os votos e Natal enviando à Escola um postal de Salamanca, onde se encontrava desde setembro do ano anterior e permaneceria até março desse ano. Depois de afirmar que continuava a sentir-se *unido ao trabalho* realizado na EPER, acrescentava: *Alegra-me saber que continuais a tentar obter mais solidez e garantias para a Escola. A AEPER será mais um passo nesse sentido. Vejo também que o corpo docente cresceu, o que constitui um sinal positivo e uma melhoria do nível pedagógico.* Desejando a continuação de bom trabalho, o ex-responsável pela EPER enviava *saudações para os alunos e professores conhecidos* e concluía dizendo que continuaria a *recordar a todos com amizade.*

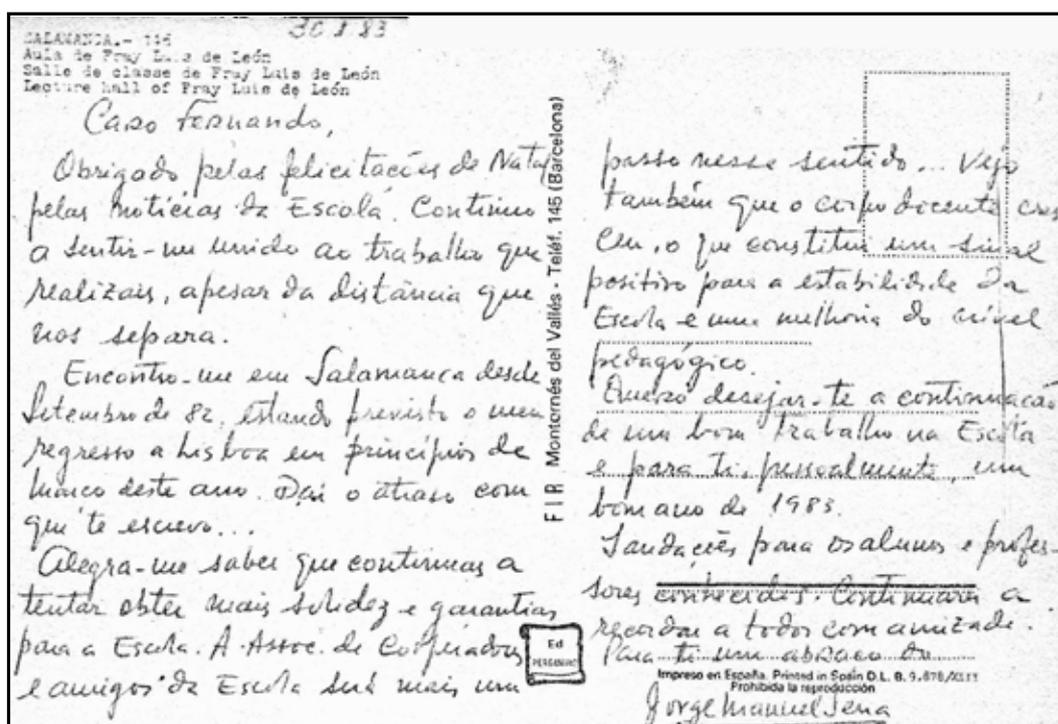


Imagem emblemática da EPER em funcionamento neste período – turma de alunas (a população escolar era preponderantemente feminina), numa sala de aulas adequadamente equipada, no Colégio das Irmãs Ursulinas, sem problemas de disciplina dentro da sala de aula –

## Aluna escreve à Escola - 12.º Ano

Em 29 de janeiro de 1983, a Escola recebeu a carta reproduzida ao lado, proveniente de uma senhora portuguesa, a aluna Graça Fernandes, residente em Silvi Marina, na província de Têramo, para onde, por motivos familiares, se tinha transferido. A carta revela o bom relacionamento *familiar* que caracterizava as relações entre professores e alunos na Escola e o perfil de uma das suas alunas, ocupada e preocupada com o aca-  
bamento dos seus estudos pré-universitários.

Prezado Fernando,

Com os melhores desejos de boa saúde, venho agradecer-te a gentileza e atenção que tiveste em enviar-me os programas do 12º ano de escolaridade.

Tenho tido algumas dificuldades no meu programa de estudos, não propriamente as matérias, mas devido à minha filha que se encontra um pouco adoentada, à mudança de casa, etc. Naturalmente, não posso dedicar todo o tempo que desejo e penso que seja necessário, aos estudos.

Entretanto, agradeço a Deus pela grande "fortuna" de que o italiano seja inserido no programa do 12º ano no lugar do Alemão.

O Alemão é uma disciplina interessante mas bastante difícil. Tenho-o estudado o mais regularmente que posso e ainda que não tenha encontrado grandes dificuldades, em muitas ocasiões desejei ter a orientação de um professor para poder esclarecer pequenas dúvidas e para a correção dos exercícios.

Espero e desejo tanto que os exames sejam efectuados na Escola em Roma o que significaria

GRAÇA MARIA N. FERNANDES  
Strada da Denominare 11, n.º 41  
Lotto 7, 1.º p., int. 2  
Contrada Picomba  
64029 - SILVI MARINA (TE)

29 de Janeiro de 1983

Exmo. Senhor  
Fernando Pinho  
Radio Vaticana  
00120 CITTÀ DEL VATICANO

Prezado Fernando,

Com os melhores desejos de boa saúde, venho agradecer-te a gentileza e atenção que tiveste em enviar-me os programas do 12º ano de escolaridade.

Tenho tido algumas dificuldades no meu programa de estudos, não propriamente as matérias, mas devido à minha filha que se encontra um pouco adoentada, à mudança de casa, etc. Naturalmente não posso dedicar todo o tempo que desejo e penso que seja necessário, aos estudos.

Entretanto, agradeço a Deus pela grande "fortuna" de que o italiano seja inserido no programa do 12º ano no lugar do Alemão.

O Alemão é uma disciplina interessante mas bastante difícil. Tenho-o estudado o mais regularmente que posso e ainda que não tenha encontrado grandes dificuldades, em muitas ocasiões desejei ter a orientação de um professor para poder esclarecer pequenas dúvidas e para a correção dos exercícios.

Espero e desejo tanto que os exames sejam efectuados na Escola em Roma o que significaria uma enorme vantagem sobre todos os aspectos.

Peço-te ainda um favor, de enviar-me o programa de Francês (12º ano) e o programa de Filosofia (11º ano); não sei se te lembras que me falta a disciplina de Filosofia do 7º ano e não estou ao corrente do actual programa.

Esperando que, brevemente, tenhas uma resposta de Lisboa à tua carta de 20 do corrente (acolherei com júbilo uma resposta afirmativa, para mim será uma outra inesperada alegria...), apresento-te cumprimentos nossos.

Cordialmente,

GMP

F.S. Agradeço-te igualmente que me informes qual é o programa de italiano para o exame do 12º ano.  
Perdona il mio cattivo portoghese!

uma enorme vantagem sob(re) todos os aspetos.

Peço-te ainda um favor, de enviar-me o programa de Francês (12º ano) e o programa de Filosofia (11º ano); não sei se te lembras que me falta a disciplina de Filosofia do 7º ano e não estou ao corrente do atual programa.

Esperando que, brevemente, tenhas uma resposta de Lisboa à tua carta de 20 do corrente (acolherei com júbilo uma resposta afirmativa, para mim será uma outra inesperada alegria) e apresento-te cumprimentos nossos.

Cordialmente,

P.S. Agradeço-te igualmente que me informes qual é o programa de Italiano para o exame do 12º ano.  
Perdona il mio cattivo portoghese...

\*\*\* \*\* \*

A carta desta aluna, que abandonara Roma e fora viver para outra região italiana depois de se ter casado com um cidadão italiano, mas continuava matriculada na EPER, revela também que ela se sentia à vontade para lhe expor a sua situação e confiava na sua atuação para levar a cabo o propósito, o sonho, o ideal de completar todo o currículo escolar e prosseguir estudos superiores. A resposta a esta carta foi dada pelo destinatário direto da sua comunicação, a 11 de fevereiro seguinte:

*Estimada Maria Graça, recebi há dias a tua carta de 29 de janeiro. Oxalá se confirmem as esperanças de poder substituir o exame de Alemão com o de Italiano (e parece-me que isso vai ser possível), e que se possam realizar na Escola de Roma os exames. Sobre este ponto ainda não tenho qualquer indício que me leve a pensar que sim. Aguardamos uma resposta de Lisboa a ambas as questões, que não deveria tardar muito. Quando chegar, hei de recordar-me de te comunicar o seu conteúdo. Como pedias, mando-te cópia dos programas de Francês (12º ano) e Filosofia (Curso complementar). Mando-te também uns textos auxilia-*

*res de Filosofia que, a seu tempo, o Ministério enviou para a Escola: deles não fiz cópia, e deverás restituí-los ao fim do ano.*

*Quanto ao Italiano, como te disse, ainda não está confirmado que se possa substituir, e também não está, pelo mesmo motivo, definido o programa.*

*Quanto ao teu "cattivo portoghese" (da perdo-nare!), tomara eu que todas as Alunas e Alunos da Escola escrevessem e falassem português como tu. Não esqueças a língua que aprendemos "com o leite materno"!*

*Com os melhores cumprimentos e desejos de felicidades,*

[Fp]

\*\*\* \*\*

No seguimento desta e de outras comunicações, nomeadamente um telegrama da aluna, a Escola voltaria a escrever-lhe, no último dia de agosto desse mesmo ano, a seguinte carta:

*Roma, 31 de agosto de 1983.*

*Graça,*

*Amanhã devo partir e portanto não sei se vou receber o teu telefonema, pedido com um telegrama que na Itália se assemelha à mensagem de uma lêsmia...*

*Os SEBSPE (Serviços do Ensino Básico e Secundário de Português no Estrangeiro) autorizaram a realização do exame que te falta (Inglês, 1º nível) apenas em Lisboa. Hoje mesmo a Senhora Natália, que segue os problemas da nossa Escola, se iria pôr em contacto com a Escola Secundária PEDRO NUNES, na Av.ª Álvares Cabral (Rato), para te inscrever nesse exame e ficou de me dar uma resposta sobre a possibilidade da inscrição. De qualquer modo, não foi autorizada a realização de exames aqui em Roma, e o exame de Inglês será no dia 9 de setembro, às 17.30 horas.*

*A Maria Dulce, por não se sentir muito preparada, decidiu não ir, porque corria o risco de perder exame e "quattrini". Da Escola de Roma serias a única a experimentar.*

*É necessário levares contigo o certificado que envio junto, para provares que fizeste as outras duas matérias.*

*Se fores, espero não só que tenhas sorte, mas que consigas com a suficiente segurança superar este obstáculo que ainda se coloca à tua frente para a continuação dos teus estudos.*

*Lamento imensamente que os Serviços... não estejam verdadeiramente "ao serviço" das pessoas, como deviam estar. A culpa não é das pessoas com quem costumamos contactar: dirigiram-se diretamente ao ministro da Educação e não é culpa deles se um burocratismo imperante provoca estes desarranjos. Consta-me também que não houve autorização para mais nenhuma escola, nem na Europa nem na África.... "Male comune... mezzo gaudio", como dizem os italianos. Espero que, se fores, tenha valido a pena e tragas uma boa recordação de Portugal. Aproveita para ver o jardimzinho à beira-mar plantado. E se, por acaso, contactares alguém dos SEBSPE (em caso de necessidade deves dirigir-te a eles, na Av.ª D. João V, nº 30, concretamente à Senhora Natália, nº de tel. 657111), apresenta-lhe os cumprimentos meus pessoais e da Escola e o agradecimento por quanto, mesmo com defeitos, fazem por nós.*

*É tudo, felicidades.*

[Fp]

O certificado, enviado em anexo, não chegou a ser utilizado porque a aluna, na sua condição familiar, não conseguiu deslocar-se a Lisboa e a realização do exame de Inglês, em Roma, não foi autorizada: esta sua última carta, do dia 8 de setembro, integra a informação anterior:

Prezado Fernando:

É com uma certa tristeza que lhe envio os certificados que me mandou; gostaria imenso de ter tido a possibilidade de terminar o 12º ano.

Tive finalmente hoje a oportunidade de falar com a Sra. Natalia e penso toda a minha esperança no telefonema que deve fazer, para esclarecer, a possibilidade de que me possa inscrever simultaneamente à Universidade e ao 12º ano.

No entanto, é necessário continuar com entusiasmo, suplantando "disprezzi" e assim, penso que se não for possível a inscrição simultânea, me dedicarei intensamente

aos meus estudos de música e naturalmente ao Inglês.

Talvez nunca lhe tenha dito que estudo música (piano) e, tendo portanto uma boa oportunidade para aperfeiçoar este talento não perdendo de vista a possibilidade de ingresso na universidade.

É basta pro hoje, não é verdade? Grata pelos seus favores e atenção, e desejo a todos um bom início de ano escolar.

Com estima,

G.fernand@83

Esta aluna, depois de ter superado os exames realizados em 1983/84, é apresentada em 1988/89 como exemplo de alunos de sucesso na Escola, com a anotação que "vive em Pescara" (na realidade, tratava-se de Pesaro).

10fev83

## Dichiarazione

Deverá ter servido para alguma finalidade "oficial" e, por isso, aqui se faz constar também a seguinte *Declaração* passada pela Escola a pedido de uma das suas professoras. A EPER declarava que *dependia* do Ministério da Educação pois estava objetivamente sob a sua autoridade e *obedecia* de facto às suas indicações: tratava-se de uma realidade de facto e a sua atividade era *ricognosciuta* pelos Serviços do Ministério da Educação. Esta afirmação, porém, viria a ser interpretada como "abusiva" por a EPER não ser reconhecida formal e oficialmente pelas autoridades e, escudando-se na letra da lei, se sentiu melindrado: tal interpretação acabou por provocar desnecessários mal-entendidos e conseqüências desagradáveis, não no caso da ótima professora Mariagrazia Russo, mas pelo menos em relação a uma aluna.

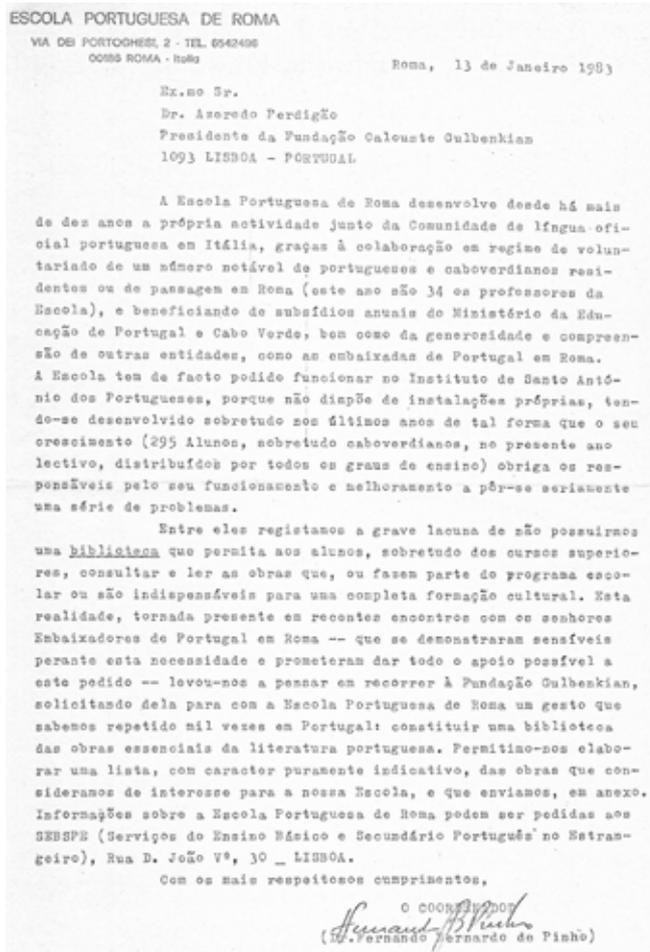
*Dichiaro di conoscere e stimare la signorina MARIAGRAZIA RUSSO, insegnante in questa Scuola da me rappresentata quale direttore. La Signorina RUSSO ha insegnato nell'anno scolastico 1981-82 di Lingua e Letteratura Portoghese nel "Corso Complementare dei Licei", corrispondente al Vº anno delle scuole superiori in Italia. Nel presente anno scolastico 1982-83, oltre alla materia suddetta, è responsabile dell'insegnamento della materia di Lingua e Letteratura Italiana nello stesso corso. La Scuola portoghese di Roma impartisce l'insegnamento secondo i programmi vigenti nelle scuole portoghesi ed i titoli di studio in essa*

*conseguiti sono validi e ricognosciuti dal Ministero della Pubblica Istruzione portoghese, dal essa quale dipende. Nel presente anno è frequentata da quasi trecento allievi, distribuiti in tutti i livelli di insegnamento fin dalle elementari, tutti di espressione ufficiale portoghese, residenti in Italia.*

Roma, 10 febbraio 1983.

In fede  
Fernando B. de Pinho





## Pedido de livros à Gulbenkian

A Fundação Gulbenkian prestou à EPER uma preciosa ajuda, especialmente em termos de material e subsídios didáticos (obras literárias). Em 13 de janeiro de 1983, era-lhe dirigido o pedido ao lado reproduzido, acompanhado por uma longa lista de obras cuja falta se sentia na Escola.

*A Escola Portuguesa de Roma desenvolve desde há mais de dez anos a própria actividade junto da Comunidade de língua oficial portuguesa em Itália, graças à colaboração em regime de voluntariado de um número notável de portugueses e cabo-verdianos residentes ou de passagem em Roma (este ano são 34 os professores da Escola), e beneficiando de subsídios anuais do Ministério da Educação de Portugal e Cabo Verde, bem como da generosidade e compreensão de outras entidades, como as embaixadas de Portugal em Roma.*

*A Escola tem de facto podido funcionar no Instituto de Santo António dos Portugueses, porque não dispõe de instalações próprias, tendo-se desenvolvido sobretudo nos últimos anos de tal forma que o seu*

*crescimento (295 Alunos, sobretudo cabo-verdianos, no presente ano lectivo, distribuídos por todos os graus de ensino) obriga os responsáveis pelo seu funcionamento e melhoramento a pôr-se seriamente uma série de problemas.*

*Entre eles, registamos a grave lacuna de não possuímos uma biblioteca que permita aos alunos, sobretudo dos cursos superiores, consultar e ler as obras que ou fazem parte do programa escolar ou são indispensáveis para uma completa formação cultural. Esta realidade, tornada presente em recentes encontros com os senhores Embaixadores de Portugal em Roma -- que se demonstraram sensíveis perante esta necessidade e prometeram dar todo o apoio possível a este pedido -- levou-nos a pensar em recorrer à Fundação Gulbenkian, solicitando dela para com a Escola Portuguesa de Roma um gesto que sabemos repetido mil vezes em Portugal: constituir uma biblioteca das obras essenciais da literatura portuguesa. Permitimo-nos elaborar uma lista, com carácter puramente indicativo, das obras que consideramos de interesse para a nossa Escola, e que enviamos, em anexo.*

*Informações sobre a Escola Portuguesa de Roma podem ser pedidas aos SEBSPE (Serviços do Ensino Básico e Secundário Português no Estrangeiro), Rua D. João V, 30 LISBOA.*

*Com os mais respeitosos cumprimentos,*

\*\*\* \*\*

A resposta da Gulbenkian chegou quase de imediato, a 7 de fevereiro, informando que o assunto iria ser analisado pelo Serviço competente da Fundação. Ficava-se com a impressão, em todos os contactos mantidos com esta instituição, que havia nos seus funcionários e responsáveis, além de profissionalismo, um sentido de humanidade e de atenção às pessoas raro -- então, como hoje, especialmente nas entidades públicas. A resposta era assinada pelo seu presidente e, também esse pormenor, era... marca identitária e de qualidade institucional. Podemos ler ainda hoje a cópia do original esse documento:

Fundação Calouste Gulbenkian  
Lisboa

17/2/83

B/23

289

Lisboa, 7 de Fevereiro de 1983

Exm<sup>a</sup>. Senhor Coordenador,

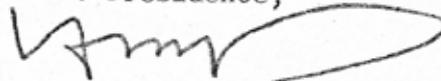
Acuso recepção do ofício de V. Ex<sup>a</sup>., de 13/1/83, recebido em 3 do corrente, com anexo.

Relativamente ao pedido formulado à Fundação, no sentido de proporcionar à Escola Portuguesa de Roma uma biblioteca de obras essenciais da literatura portuguesa, informo V. Ex<sup>a</sup>. que o assunto vai ser transmitido ao nosso Serviço competente, para estudo.

Oportunamente comunicaremos a V. Ex<sup>a</sup>. a decisão que vier a ser tomada.

Apresento a V. Ex<sup>a</sup>. os meus melhores cumprimentos.

O Presidente,



(JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO)

Por sua vez, a resposta do *Serviço competente* chegou a 26 de abril, assinada pelo Administrador da Fundação, José Blanco. Eis a reprodução integral do original desse documento

Fundação Calouste Gulbenkian  
Lisboa-1

864

Div/83

Lisboa, 26 de Abril de 1983

Exmo. Senhor,

Refiro-me à carta de V. Exa. de 13 de Janeiro último, manifestando o desejo de que a Fundação Calouste Gulbenkian oferecesse à Escola Portuguesa de Roma os livros constantes da lista anexa à mesma.

O custo dos livros acima mencionados excede largamente a verba destinada a cada um dos conjuntos bibliográficos habitualmente oferecidos pelo nosso Serviço Internacional. Assim, foi deliberado dotar a Escola Portuguesa de Roma com um desses conjuntos, do qual, aliás, fazem parte muitas das obras, cujos títulos nos foram indicados na já citada lista. Em acréscimo serão oferecidas algumas publicações das reservas desta Fundação.

Das revistas Colóquio/Artes e Colóquio/Letras terá V.Exa. notícias pelo respectivo Serviço ao qual vai ser transmitido o pedido que nos formulou.

A Livraria Portugal será a entidade através da qual os livros, que compõem a biblioteca, cuja oferta pela Fundação agora anunciamos, serão enviados dentro de algumas semanas.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. os meus melhores cumprimentos.

José Blanco

(JOSÉ BLANCO)

Administrador

Exmo. Senhor  
Dr. Fernando Bernardo de Pinho  
I. Coordenador da Escola Portuguesa  
de Roma  
Via dei Portoghesi, 2  
00186 ROMA  
Itália

A lista das obras solicitadas foi entregue na Embaixada de Portugal junto do Quirinal, em 13 de janeiro de 1983 e terá sido encaminhada para a Fundação Gulbenkian pelo Embaixador, através do Dr. José de Ataíde. Da listagem, conservam-se três versões, sucessivamente enriquecidas/reformuladas tendo em conta as indicações e sugestões fornecidas pelos professores, nomeadamente Querubim da Silva e Mariagrazia Russo, professores de Português. Eram solicitadas as seguintes obras:

**1. – Todas as edições da Fundação Calouste Gulbenkian.**

**2. – Dicionários ou similares:**

1. *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*, Artur Bivar, Ed. Ouro – Porto.
2. *Dicionário de Literatura*, Dir. Jacinto Prado Coelho, Ed. Figueirinhas, Porto.
3. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, José Pedro Machado, Ed. Horizonte.
4. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (Dicionário de Morais), António de Morais Silva, Confluência.
5. *Dicionário da História de Portugal*, Joel Serrão, Iniciativas Editoriais.
6. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Ed. Enciclopédia.
7. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Ed. Verbo.

**3. Obras Literárias e Históricas:**

- José Joaquim Nunes, *Cantigas de Amigo*, 3 vols; *Cantigas de Amor*, 1 vol., Centro do Livro Brasileiro, Lisboa 1973.
- Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado, *Textos Portugueses Medievais*, Coimbra Ed. Lda., Coimbra 1967.
- *Do Cancioneiro de Amigo*, estudos de Stephen Recker, Roman Jakobson e Hélder Macedo, e ainda 50 cantigas de amigo selecionadas pelos dois primeiros e comentadas por S. Recke.
- Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa*, Época Medieval, 7ª ed. rev., Coimbra 1971.
- António José Saraiva, *Fernão Lopes* (Coleção "Saber"), Lisboa 1965.
- *As Crónicas de Fernão Lopes*, organizada e prefaciada por António José Saraiva, Col. Antologias Universais.
- *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (qualquer edição).

- André Crabbé Rocha, *Aspetos do Cancioneiro Geral*, Coimbra 1950, ou André Crabbé Rocha, *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, Biblioteca Breve, Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand, Venda Nova-Amadora, 1979 (1ª ed.) .
- Costa Pimpão, *Obras Completas de Gil Vicente*, Barcelos 1956, ou edições avulsas modernas dos Autos: *da Alma*, de *Inês Pereira*, de *Exortação da Guerra*, de *Cananeia*, de *Quem tem Farelos?* e das *Barcas do Inferno*, *Purgatório e Paraíso*.
- António José Saraiva, *Teatro de Gil Vicente*, coleção *Antologias Universais*, 4ª ed. Lisboa 1968.
- Luciana Stegagno Picchio, *História do Teatro Português*, Lisboa 1969.
- Luis Francisco Rebelo, *Teatro Português: Das Origens ao Romantismo*.
- Rodrigues Lapa, *Obras Completas de Sá de Miranda*, Coleção Sá da Costa, Lisboa 1937.
- António Ferreira, *Poemas Lusitanos*, seleção e notas de F. Costa Marques, col. "Atlântidas", Coimbra.
- António Ferreira, *A Castro*.
- Hernâni Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, 2ª ed. refundida, "Coleção Studium", Coimbra 1963.
- Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, Lisboa 1972.
- António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, Livraria Bertrand, Amadora 1979.
- Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa 1960-1962.
- António Borges Coelho, *A Revolução de 1383*, Lisboa 1965.
- Vítor M. Pires de Aguiar e Silva, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Ed. Centro de Estudos Românicos, Coimbra 1971.
- Padre António Vieira, *Sermões*.
- João de Barros, *Textos Pedagógicos e Gramaticais*, intr., seleção e notas de Maria Leonor Carvalho Buescu, Coleção "Textos Literários Verbo".
- *Historiadores Quinhentistas*, coleção Textos Literários, seleção, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa.
- *Peregrinação* de F. M. Pinto, por Lapa, Coleção "Textos Literários".
- António José Saraiva, *Luís de Camões, Estudo e Antologia*, Livraria Bertrand, Amadora 1980.
- *Sonetos de Camões, Corpus dos Sonetos Camonianos*, Edição e notas por Cleonice Serrão da Mota Berardinelli, Braga 1980.
- *Obras Completas* de Nicolau Tolentino.
- *Obras Completas* de Bocage.
- Bocage: *Sonetos Escolhidos*, por Hernâni Cidade, Lisboa 1960.
- Almeida Garrett, *Obras Completas*, ou pelo menos *Folhas Caídas, Viagens na Minha Terra, Frei Luis de Sousa*.
- Alexandre Herculano, *A Voz do Profeta; A Harpa do Crente; Eurico; O Bobo; Lendas e Narrativas; História de Portugal, Opúsculos* (coleção dos seus artigos).
- Carlos Portugal Ribeiro, *Alexandre Herculano, a sua vida e a sua obra*.
- Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor; Uma Família Inglesa*.
- *Obras de Antonio Feliciano de Castilho*.
- João de Lemos, *Cancioneiro; Canções da Tarde*.
- *Obras Completas*, ou as principais, de qualquer edição de *Camilo Castelo Branco*.
- *As novelas de Camilo*, seleção, prefácio e notas de Alexandre Cabral, Coleção Antologias Universais, Lisboa 1961.
- *Os sonetos completos de Antero de Quental*, publicados por Oliveira Martins, Porto.
- *Obras Completas de Eça de Queirós*.
- João Gaspar Simões, *Eça de Queiroz: o homem e a obra*, Lisboa 1973.
- Cesário Verde, *O Livro de Cesário Verde*, ou *Obra Completa de Cesário Verde*, organizado por Joel Serrão.
- *Obras de Oliveira Martins*;
- Guerra Junqueiro, *Finis Terrae; Os simples*.
- *As melhores páginas da Literatura Portuguesa: antologia* organizada por J. Prado Coelho, com textos de Fialho de Almeida. Livraria Rodrigues.
- António Nobre: *Só*.
- D. Diogo da Câmara: *Os Velhos*.

- Júlio Dantas: *A Severa, A Ceia dos Cardeais*.
- Florbela Espanca: *Charneca em flor*.
- *Obras de Fernando Pessoa*.
- *Obras completas de Aquilino Ribeiro*, ou pelo menos: *Terras do demo, O Arcângelo negro; Andam faunos pelos bosques; Volfrâmio; O Malhadinhas...*
- *Obras de Ferreira de Castro: Emigrantes; A selva; A curva na estrada*.
- *Obras de José Régio*.
- *Obras de Miguel Torga*
- *Obras de Sebastião da Gama*.
- *Obras de Fernando Namora*.
- *Obras de Sophia de Mello Breyner Andresen*.
- *Obras de José Gomes Ferreira*.
- *Obras de Vergílio Ferreira*.
- *Obras de Irene Lisboa*.
- *Obras de Manuel da Fonseca*.
- *Obras de Eugénio de Andrade*.
- *Obras de Soeiro Pereira Gomes*.
- *Obras de Alves Redol*.
- *Poemas de António Gedeão*.

#### 4. Revistas

- Colóquio/Letras — Colóquio/Artes.
- Análise Social.
- Revista de História Económica e Social.

25maio83

#### **Fatura, para conhecimento e lista das obras enviadas**

Das obras solicitadas, a Livraria Portugal "encheu" 13 pacotes de preciosos livros, que chegaram à Escola em 31 de maio de 1983 e constituíram um núcleo notável do património da Biblioteca escolar, e enviou à EPER, para conhecimento, a listagem completa e cópia da fatura dos livros oferecidos – exatamente, 140 obras. O valor cobrado à Fundação Gulbenkian aparece na última página, nº 5, de forma indecifrável porque rasurado, mas elevado... (provavelmente, mesmo com os descontos praticados à Gulbenkian, 40.000\$00, o que corresponderia a um contributo de mais de 2.500.000 liras – no «vecchio conio» desses tempos).

*13-Pacotes*

Lisboa, 25 de Maio de 1983



**Livraria Portugal**  
DIAS & ANDRADE, L.<sup>DA</sup>  
APARTADO 2681  
1117 LISBOA CODEX  
RUA DO CARMO, 70-74  
1200 LISBOA-PORTUGAL

TELEFONES { 36 05 82  
36 05 83  
32 82 20

Fact. 4823

Fundação Calouste Gulbenkian  
Serviço Internacional  
Av. de Berna, 45-A  
Lisboa

1	Leurenço- O Labirinto da Saudade
1	N. Andrade- Duas Cidades
1	Trancoso- Contos e Histórias de Proveito e Exemplo
1	N. Correia- Cantares dos Trovadores Galaico-

Portugueses	
1	P.M.Pinto- Peregrinação, 2 Vols.
1	L.Canções- Os Lusíadas
1	" - Líricas
1	A.Merculano- Lendas e Narrativas, 2 Vols.
1	" - O Bobo
1	" - Eurico o Presbítero
1	A.Garrett- Viagens na Minha Terra
1	" - O Arco de Sant'Ana
1	M.Torga- Portugal
1	R.Brandão- Os Pescadores
1	A.Sergio- Breve interpretação da História de Portugal
1	J.V.Serrão- História de Portugal, 6 Vols.
1	J.Serrão- Cronologia Geral da História de Portugal
1	Saraiva- História Concisa de Portugal
1	O.Martins- Portugal Contemporâneo, 2 Vols.
1	" - Vida de Nun'Alvares
1	A.Redol- Avieiros
1	" - Fanga
1	" - Barpanco de Cegos
1	Aquillino- O Malhadinhas
1	" - Cinco Reis de Gente
1	" - A Casa de Romarigães
1	" - Quando os Lobos Uivam
1	B.Fonseca- Rio Turvo
1	Camilo- Amor de Perdição
1	" - A Queda dum Anjo
1	" - Novelas do Minho, 2 Vols.
1	" - Eusebio Macario
1	" - A Corja
1	" - A Brasileira de Frazina
1	C.Oliveira- Uma Abelha na Chuva
1	" - Pequenos Burgueses
1	Cd.Sabugosa- Neves de Antenho
1	D.Mourão-Ferreira- Os Amantes
1	Eça- O Crime do Padre Amaro
1	" - O Primo Bazílio
1	" - Os Majas
1	" - A Relíquia
1	" - O Mandarin
1	" - A Ilustre Casa de Ramires

A TRANSPORTAR.....

8jun83

### **Agradecimento Gulbenkian**

Tem a data de 8 de junho, mas foi enviada no dia 20, a carta da Escola a agradecer à Fundação Gulbenkian a oferta de "tão precioso contributo" para o trabalho realizado. "O motivo do atraso" de uma carta que foi prontamente elaborada para esse efeito, foi ter-se aguardado *"a chegada do conjunto bibliográfico que a Fundação Gulbenkian ofereceu à Escola Portuguesa de Roma, enviado através da Livraria Portugal, para manifestar ao Senhor Presidente e demais Responsáveis por essa benemérita Instituição o mais sincero e profundo agradecimento dos Professores e Alunos desta Escola, bem como também da Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER, por tão valioso contributo.*

Acrescentava o Coordenador: *Estou certo que as obras oferecidas muito contribuirão para a formação humana e intelectual dos Alunos da Escola Portuguesa de Roma, representando um notável progresso no esforço que todos aqui fazemos por incrementar o conhecimento da língua e cultura portuguesa junto da Comunidade lusófona, sobretudo cabo-verdiana, residente em Itália.*

8jun83

### **Agradecimento à Livraria Portugal**

Mantendo a mesma data de 8 de junho, mas aguardando até ao dia 20 para o seu envio, seguia nessa data para a Livraria Portugal a "confirmação" de os 13 pacotes terem sido entregues, pelos correios italianos, em duas operações: 7 pacotes na primeira e 6 na segunda. "Precisamente hoje, dia 20 de junho", anotou o responsável pela EPER na cópia que conservou da carta, acrescentando: "Eis o motivo do atraso".

Acabam de chegar a Roma, depois de termos oportunamente recebido o primeiro grupo de faturas para assinar e devolver, os pacotes contendo as obras de literatura portuguesa que a Fundação Gulbenkian ofereceu à Escola Portuguesa de Roma. Muito agradecidos pelo rápido envio das obras, que muito vêm enriquecer a nossa (ainda pobre) biblioteca, remetemos devidamente assinadas as faturas, e aproveitamos esta ocasião para manifestar o nosso desejo de manter no futuro um contacto ativo com a Livraria Portugal. Assim, poderíamos receber eventuais informações periódicas sobre as vossas publicações?

O coordenador não dava trégua aos benfeitores da Escola e aproveitava a ocasião para perguntar se a Livraria Portugal editava textos escolares, como a Porto Editora, e se haveria a possibilidade de ceder à biblioteca da EPER eventuais obras em stock, ou vender outras a preços especiais. Aguardando a V/ resposta, ....

Na segunda cópia da lista das obras estava devidamente assinalada [com um ✓] cada obra recebida, incluindo anotações sobre os nomes de alguns autores, e, na última folha, pode-se perfeitamente decifrar a parte rasurada, ilegível na cópia anterior: tratou-se mesmo de uma oferta de livros no valor de "40 contos", na moeda de então, ou seja: 40.000 x 66 = 2.640.000 liras!

2maio83

### **Bibliotecas infantil e juvenil**

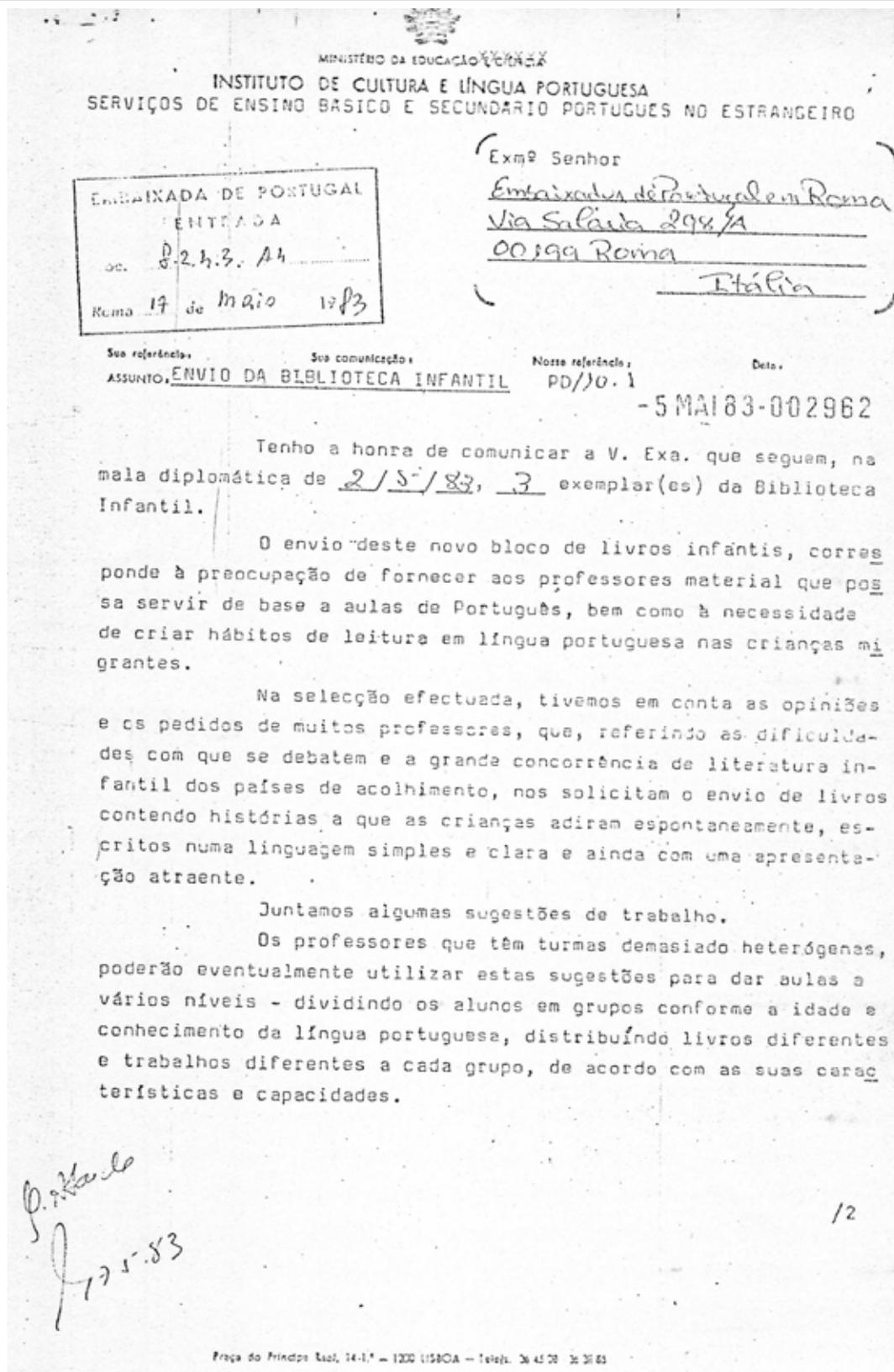
No dia 2 de maio de 1983, o ICLP, através dos SEBSPE, ofereceu à Escola 3 exemplares de uma série de livros destinados a constituir duas bibliotecas – uma *juvenil* e outra *infantil*. Pretendia-se *satisfazer numerosos pedidos de professores*, que solicitavam *obras destinadas a alunos mais velhos e materiais que possam servir de apoio a aulas de língua portuguesa*. A informação revelava a existência de *numerosos professores* ativos no ensino da língua e cultura de Portugal fora do país. Também a Escola de Roma era incluída na lista dos centros de ensino financiados pelos SEBSPE, mas a Itália não era a França nem a Alemanha, e Roma não era Paris nem Joanesburgo: os seus alunos eram maioritariamente cabo-verdianos e não se tratava de transmitir a crianças, supostamente filhas de emigrantes portugueses, referências e bases culturais que os mantivessem ligados ao país de origem. De facto, a seleção das obras enviadas a todas as escolas destinatárias das *preocupações* do ICLP correspondia a *um leque de assuntos bastante variado, para ser utilizado com alunos de várias idades e diferente conhecimento da língua portuguesa*. Lendo a apresentação das obras enviadas – por isso aqui inserimos esta relativamente vasta documentação – compreende-se o público ao qual elas se destinavam e o perfil de ensino ministrado nos centros ou escolas por elas frequentados. Começamos pelas quinze obras destinadas à

### **Biblioteca Juvenil**

Tejo, rio universal	Livro de apresentação atraente, contendo dados com muito interesse, dificilmente poderá ser utilizado pela maioria dos alunos sem o auxílio do professor, em virtude de a linguagem ser muito elaborada. Muito apropriado no entanto para trabalhos de pesquisa, orientada através de perguntas registadas no quadro ou em fichas policopiadas, a efetuar na aula pelos alunos, individualmente ou em grupo
Do íman ao motor elétrico Os segredos do voo Observemos o Universo	Estes livros foram selecionados devido ao interesse que os jovens revelam geralmente por este tipo do assunto. De linguagem simples e clara, poderão ser utilizados para proporcionar aos alunos de forma agradável e lúdica a aquisição do vocabulário específico dou temas focados.
Fogueira de lenha verde Narrativas e lendas de Roma A árvore   Contos gregos   Na terra e no mar Narrativas e lendas do Egípto	Romances ligeiros, de leitura fácil, adequados para leitura livre dos alunos mais velhos [adequados especialmente para os alunos da EPER, inseridos no contexto cultural italiano/romano]

Narrativas e lendas de Portugal A Lenda das amendoeiras do Algarve Contos escolhidos de autores portugueses   Os esteiros	Adequados para leitura livre ou para enriquecer as aulas com elementos da Cultura Portuguesa
---	--

Gesto heroico	De linguagem extremamente rebuscada, foi seleccionado por ser no momento o único livro de História de Portugal em Banda Desenhada. Poderá ser utilizado com o auxílio do professor, para motivação ou consolidação de conhecimentos adquiridos na História de Portugal.
---------------	--



## Biblioteca Infantil

Os três exemplares de cada uma das 37 obras destinadas à Biblioteca Infantil foram enviados também por mala diplomática, na mesma data – 2/5/83 – correspondendo à preocupação de fornecer aos professores material que possa servir de base a aulas de Português, bem como à necessidade de criar hábitos de leitura em língua portuguesa nas crianças migrantes. Na seleção efetuada – especificava o ofício nº 02962, de 5 de maio –, tivemos em conta as opiniões e os pedidos de muitos professores, que, referindo as dificuldades com que se debatem e a grande concorrência de literatura infantil dos países de acolhimento, nos solicitam o envio de livros contendo histórias a que as crianças adiram espontaneamente, escritos numa linguagem simples e clara e ainda com uma apresentação atraente.

Não era, pois, o caso da EPER, exceto anos mais tarde, quando funcionários angolanos da FAO e da própria Embaixada da antiga colônia portuguesa optaram pela EPER para dar toda a formação escolar aos seus filhos. Contudo, as obras recebidas e a informação que as acompanhava foram bem acolhidas, também precisamente como sinal de interesse e preocupação por parte de Portugal relativamente a quem, fora do país, lhe prestava o serviço de difundir a sua cultura e cuidar da sua imagem. A cada conjunto de obras correspondiam algumas sugestões de trabalho, interessantes para conhecer a ação desenvolvida pelos numerosos colegas desconhecidos que, pelo mundo fora, realizavam as mesmas tarefas.

No ofício dos SEBSPE, Teresa Rio Carvalho aconselhava os professores que tinham turmas demasiado heterógenas a utilizar as sugestões para dar aulas a vários níveis – dividindo os alunos em grupos conforme a idade e conhecimento da língua portuguesa, distribuindo livros diferentes e trabalhos diferentes a cada grupo, de acordo com as suas características e capacidades. Além dos trabalhos efetuados na aula, sugeria que os livros pudessem ser requisitados pelos alunos para ler em casa. O professor definiria, de acordo com as características da turma, o processo de registo das saídas dos livros, prazos da entrega, responsabilização dos alunos, etc.

Reproduz-se seguidamente a documentação recebida: títulos das obras e as dicas para a sua utilização, muito úteis, aliantes, ainda hoje válidas como método de trabalho com crianças:

<p>Primavera Verão Outono Inverno</p>	<p>Estes livros, com pouco texto, referem os elementos fundamentais das estações do ano – o que facilita a aquisição do vocabulário correspondente em língua portuguesa. Têm ainda um interesse especial para as crianças que se encontram em países tropicais – com as quais o trabalho a realizar será necessariamente diferente.</p> <p><b>Sugestões de trabalho.</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Elaboração de cartazes com recortes de revistas selecionadas pelos alunos e de acordo com os textos.</li><li>2. Elaboração de cadernos tipo "dicionário ilustrado" registando por exemplo o nome dos frutos mencionados no texto, o nome de outros frutos conhecidos pelos alunos, seguidos do desenho ou colagem.</li><li>3. Comparação de costumes portugueses mencionados no texto, como por exemplo o magusto de S. Martinho, com costumes idênticos dos países de acolhimento.</li></ol>
---	---

Além dos trabalhos efectuados na aula, sugerimos que os livros possam ser requisitados pelos alunos para ler em casa. O professor definirá, de acordo com as características da turma, o processo de registo das saídas dos livros, prazos de entrega, responsabilização dos alunos, etc.

Com os melhores cumprimentos

PRO RESPONSÁVEL PELOS SEBSPE

(Maria Teresa Rio Carvalho)

<p>O Capuchinho Vermelho A Gata Borralheira Pinóquio A Bela Adormecida Polegarzito Branca de Neve</p>	<p>Todas as crianças gostam dos contos tradicionais. São estes aliás os únicos que resistem a ser contados vezes sem conta – o interesse das crianças não esmorece. Nessa medida, o facto de já conhecerem estas histórias na língua do país de acolhimento, poderá ser até um fator motivante e que facilite a sua leitura em português.</p> <p><b>Sugestões de trabalho:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Leitura dialogada.</li> <li>2. Reconto oral ou escrito.</li> <li>3. Resumo oral ou escrito.</li> <li>4. Dramatização da história.</li> <li>5. Utilização da Banda Desenhada para a aprendizagem de transcrição do discurso direto.</li> <li>6. Utilização das histórias em banda desenhada para realizar exercícios de transposição de discurso direto para indireto.</li> <li>7. Utilização das outras histórias para realizar exercícios de transposição de discurso indireto para discurso direto.</li> </ol>
<p>Flores para crianças Novas flores para crianças</p>	<p>Estes livros contêm uma série de lendas, contos tradicionais, anedotas, ritos populares, provérbios, etc. A linguagem é simples e clara. Os textos têm a vantagem de serem suscetíveis de interessar a vários níveis etários.</p> <p><b>Sugestões de trabalho:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reconto desviado (reconto centrado noutra personagem. Ex: O caldo de pedra centrado no lavrador e não no frade).</li> <li>2. O reconto desviado pode ser feito pelos alunos individualmente, ou coletivamente com o apoio do professor.</li> <li>3. Enriquecimento da história através da descrição de locais apenas mencionados – ex.: a aldeia do caldo de pedra, a casa do lavrador, etc. Ideal para fazer apelo à experiência e conhecimentos dos alunos.</li> <li>4. Criação de outras personagens – Ex: acrescentar um filho, ou vizinhos dos lavradores, etc.</li> <li>5. Elaboração de um fim diferente</li> <li>6. Criação de histórias paralelas, de preferência referenciadas ao país de acolhimento. Ex: A lenda das amendoeiras do Algarve não faria sentido num país em que há neve. Os alunos poderão inventar portanto uma história paralela, segundo o mesmo esquema, mas com outro conteúdo. <i>(Todas estas sugestões implicam grande apoio do professor aos alunos, pelo menos no início do trabalho).</i></li> </ol>
<p>A casinha no Sobreiro Xana e a macaquinha de ouro Os amigos do João e da Joana João, Joana e Xana</p>	<p>Para os mais pequenos, histórias muito simples, acompanhadas de fichas de compreensão e exploração também muito simples e fáceis de reproduzir no quadro e cadernos diários para serem preenchidas na aula.</p> <p>É esse pois a nossa sugestão de trabalho.</p>
<p>Conversa da bicharada O gato dos bigodes</p>	<p>Apresentação muito atraente, versos infantis de rima fácil, adequados para leitura dialogada, bem como para a utilização de fantoches ou marionetes.</p>
<p>Os mais belos contos da África Negra</p>	<p>Este livro de lendas africanas foi incluído em virtude de haver muitas famílias de origem africana entre os emigrantes portugueses. O professor poderá ler as histórias aos seus alunos, mostrar as ilustrações, aproveitando para referir e valorizar elementos da cultura africana. Sempre que possível recorrer aos conhecimentos dos alunos e encorajá-los a que contem aos colegas outras lendas ou histórias da sua terra, bem como que tragam para a aula qualquer material visual de que disponham – fotografias, etc. Quando se verificar de alguma utilidade para a melhor aceitação e integração dos alunos de origem africana na turma, Sugerimos ainda que se encoraje os outros alunos a procurarem em revistas ou outro material a que tenham acesso, elementos sobre África e depois sobre outros continentes.</p>

<p>As aventuras do gato Tareco A canção dos pintassilgos A coelhinha branca Um passeio na quinta</p>	<p>Embora aparentemente se trate apenas de histórias para crianças pequenas, estes livros contêm informações concretas que o professor pode utilizar para servir de base à conversação, ou para levar os alunos a exporem oralmente os seus conhecimentos sobre os diversos assuntos abordados.</p> <p>Podem servir ainda para levar os alunos a realizar trabalhos de pesquisa muito simples, orientadas a partir de perguntas escritas no quadro, ou fichas de trabalho policopiadas – elaboradas de forma que para responder corretamente basta consultar o livro indicado.</p>
<p>Era uma vez um coelho francês</p>	<p>Este livro foi selecionado por o conteúdo da história se relacionar com a emigração. A sua leitura será certamente motivante e divertida, sobretudo para as crianças que se encontram em países de língua francesa.</p>
<p>Uma aventura na cidade Uma aventura nas férias do Natal A Chave</p>	<p>Estes livros foram selecionados para ir ao encontro dos interesses das crianças pré-adolescentes, que preferem geralmente aventuras e ação. A linguagem é clara e simples, acessível a qualquer criança que domine o português corrente.</p> <p><b>Sugestões de trabalho:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Seleção de um momento da história cujo ambiente ou enquadramento seja muito caracteristicamente português, para uma leitura docente ou discente seguida da identificação dos elementos portugueses e/ou comparação com elementos equivalentes do país de acolhimento.</li> <li>– Seleção de momentos da história (nomeadamente nos dois últimos volumes) que possam servir de motivação ou consolidação da aprendizagem realizada nas aulas de História de Portugal.</li> <li>– Motivação para a leitura de uma obra completa. Poderá ser utilizada uma ficha de leitura para que o aluno exercite a sua capacidade de análise e/ou síntese. (Juntam-se dois exemplos de fichas de leitura.).</li> </ul>
<p>O dragão Teobaldo Na quinta das cerejeiras</p>	<p>Mais duas histórias simples, engraçadas, cuja linguagem é acessível, destinada essencialmente à leitura livre. Poderá ser utilizada também uma ficha de leitura.</p>
<p>A água que bebemos A história do vinho Do malte à cerveja Da sardinha à conserva Da cortiça à rolha Da precaução à segurança Do trabalho à poupança</p>	<p>Consideramos de interesse incluir livros de aspetos temáticos, não só para serem explorados sistematicamente mas para servirem de base a conversação – proporcionando aos alunos a aquisição de vocabulário específico, bem como para enriquecimento e reforço de assuntos eventualmente abordados nas aulas ou que correspondam a interesses dos alunos.</p> <p>Sugere-se ainda que os livros cujo conteúdo o permite sejam utilizados para motivar os alunos a procurarem identificar no mapa de Portugal, por ex., zona de cortiça, zona de vinhos, etc.</p>
<p>A espada do rei Afonso</p>	<p>Livro dirigido aos mais velhos, de linguagem mais elaborada e complexa, dificilmente poderá ser utilizado pelos alunos sem o apoio do professor. Interessante como motivação e ou reforço de aprendizagem da História de Portugal.</p>

## Telefonema para más notícias

16 APR 1983

Città del Vaticano,

GOVERNATORATO  
SERVIZIO DEI TELEFONI

Sig. \_\_\_\_\_ DE PINHO P. Ferdinando \_\_\_\_\_  
Radio V. \_\_\_\_\_

Bolletta telefonica № 50321 A

Conversazione eseguita dall'apparecchio № \_\_\_\_\_ 3894 \_\_\_\_\_

DE PINHO SIG. FERNANDO - PER

Numero richiesto LISBONA - P-1-681488

Data 3.2.83 Ora 11.32 Durata 36 Qual. 9.1

Oper. F.W. Importo L. 14.000

IL CAPO DEL SERVIZIO

020239  
per quietanza

Il pagamento va effettuato presso l'Ufficio Telegrafico entro 15 giorni dal ricevimento della presente bolletta.  
Il mancato pagamento oltre il tempo concesso dopo avere esplicito le altre modalità, comporta l'issuamento del numero telefonico con relativo somma da pagare (L. \_\_\_\_\_) per morosità e per la ristituzione del medesimo.

C. 81/1 - 10.000

Voltemos atrás, para retomar a "cronistória" desse ano letivo. A chamada telefónica (aos SEBSPE) de 3 de fevereiro de 1983, efetuada como outras vezes através dos serviços telefónicos do Vaticano, em nome da Escola (paga a 6 de abril) teve a ver, como se deduz pela carta enviada pela EPER aos SEBSPE em 11 de março, com a autorização de introduzir a disciplina de Língua e Cultura Italiana no currículo do 12.º Ano na Escola de Roma, quando essa disciplina era lecionada e *oficial* no curso complementar. Além disso, havia a obrigatoriedade da realização em Portugal dos exames do 12.º Ano! Embora se compreendessem (compreendam) as razões aduzidas pelo ME, não se compreendia por que os alunos de uma Escola, mesmo *especial*, como a de Roma, deviam efetuar uma viagem internacional para realizar provas de exame que, com boa vontade e algum trabalho, deviam *acontecer* no lugar físico onde os alunos estudavam!



Não ocorreu aos responsáveis da EPER argumentar que o Instituto Português de Santo António era *território português*, gozando do estatuto (ou privilégio) de *extraterritorialidade* próprio das embaixadas, devendo portanto ser equiparado ao território das Ilhas – a questão do fuso horário não era impedimento: os exames começariam à mesma hora que em Portugal, como veio a acontecer mais tarde, sem que caíssem o Carmo e a Trindade! Afinal, não é assim que se procede nos Açores?!

A carta dirigida pelo "Coordenador", nessa data, à D. Maria Teresa Rio Carvalho, era acompanhada por nove exposições-pedidos pessoais de alunos, eloquentes na simplicidade de exposição e objetividade dos problemas vividos.

*Sem desejar insistir demasiado, mas consciente da importância que a questão do 12º ano assume para os Alunos desta escola, cumpre-me registar e transmitir a V. Ex.cia as reações e os pedidos que as notícias recentemente comunicadas por telefone provocaram nos Alunos do último nível de ensino introduzido na Escola Portuguesa de Roma.*

*São quatro portuguesas e quatro cabo-verdianas que pensaram dirigir-se pessoalmente a V.*

*Ex.cia, expondo as dificuldades que encontram para superar mais estes obstáculos no difícil caminho da sua promoção cultural como emigrantes e trabalhadoras-estudantes. Limito-me a transmitir a V. Ex.cia a documentação espontaneamente produzida e que, em síntese, coincide nos seguintes pontos:*

- a) *todas se propõem continuar os estudos em ateneus/universidades romanos;*
- b) *Todas acham por esse facto mais útil um*

*aprofundamento da língua e literatura italianas, já iniciado e que decidiram não interromper, vista a utilidade que lhe atribuem: esse estudo é feito fora dos tempos normais de lecionação das outras disciplinas;*

- c) *Enormes dificuldades e, nalguns casos, impossibilidade de deslocação a Portugal para os exames, dificuldades que bem se compreendem;*
- d) *Precedente da língua e literatura italiana lecionada no Curso Complementar nos anos anteriores.*

*Devo acrescentar que, em dois casos (Maria Lúcia Chaves Almeida e Graça Maria Fernandes, ambas portuguesas), os exames do 12º ano se-*

*riam feitos "sob condição" de concluírem uma matéria no curso complementar – "mecanismo", praticamente possível somente se os exames puderem ser feitos em Roma. Acrescento, por fim, que todas as Alunas se encontram em situações de trabalho mais ou menos privilegiadas, podendo dispor das tardes livres para se dedicarem ao estudo, frequentando assiduamente, mesmo neste clima de incerteza e preocupação, as disciplinas lecionadas, inclusive o Alemão.*

*Julgo desnecessário acrescentar outras "razões" às que as Alunas apresentam: esperando que elas possam ser favoravelmente acolhidas, aguardo uma resposta o mais brevemente possível.*

\*\*\* \*\*

## ❶ Graça Nunes Fernandes

O primeiro pedido, que é também um testemunho comovedor, foi redigido, à máquina, pela aluna que manteve também com a escola a correspondência atrás referida. Eis a transcrição textual das duas páginas do seu pedido. Quatro dos oito pedidos foram escritos à mão; os restantes, em letra de forma. Ficam aqui literal e fielmente transcritos:

*Exma. Sra.,*

*Durante muito tempo, supus impossível pensar em continuar os meus estudos liceais iniciados em Angola, mas o tempo, que tudo modifica, transformou a minha maneira de pensar e aquilo que me era impossível tornou-se uma maravilhosa realidade.*

*Assim, o ano passado através do consulado de Portugal em Milão, tive conhecimento da existência de um liceu português em Roma (Escola Portuguesa de Roma) e nem supõe quanta ventura me trouxe.*

*Com agrado recomecei os meus estudos interrompidos a motivo da situação política de Angola e devido a uma precária situação económica e o ano passado propus-me a três disciplinas das quatro que me faltavam para completar o 7º ano dos liceus.*

*Fiquei aprovada nas três disciplinas propostas com uma média de: Francês 19 val., Italiano 18 val. e Opan<sup>3</sup> 16 val. Com respeito à disciplina restante, Filosofia, à qual não me propus porque não me sentia devidamente preparada, pensava poder realizar o exame este ano juntamente com as três disciplinas do 12º ano.*

*O motivo que me leva a prosseguir os meus estudos é o imenso desejo de poder concretizar uma antiga aspiração de estudante e tornar realidade o sonho de poder entrar numa universidade.*

*Atualmente sou casada e tenho uma menina de 2 anos de idade, o meu marido é de nacionalidade italiana e naturalmente a nossa vida está organizada para viver definitivamente em Itália.*

*Confesso que fiquei amargurada quando soube a inesperada notícia da não efetuação em Roma dos exames do 12º Ano e da opção do italiano.*

*Pensei em aceitar com resignação e otimismo esta decisão, mas não quero mentir a mim própria e desejo ser franca e leal dizendo-lhe que pessoalmente não posso deslocar-me me a Lisboa para efetuar os exames do 12º ano, por motivos económicos e familiares; se não posso prosseguir os estudos sentir-me-ei muito penalizada com este facto.*

*Eis-me diante dum dilema terrível: o imenso desejo de continuar os meus estudos e temer aceitar a sua declaração como verdadeira.*

*Gostaria de poder apresentar-lhe pessoalmente os inconvenientes derivados desta vossa decisão para mim e para os meus colegas. Tornando-se-me porém impossível, tomei a liberdade*

3 – Não consigo descodificar o nome desta disciplina, que aparece claramente referida com esta sigla no documento original.

de lhe escrever, pedindo-lhe a máxima benevolência, compreensão para o caso geral dos alunos portugueses residentes em Itália.

Estou disposta a realizar voluntariamente tudo quanto esteja ao meu alcance para poder colaborar, desejo porém salientar que seria de grande interesse que pudéssemos ter como opção a disciplina de italiano, o que facilitaria os nossos estudos e entrada nas universidades italianas.

Espero que V. Exa. perdoará a minha ousadia mas, o desejo de caminhar rapidamente na vida obriga-me a pedir-lhe este favor, para

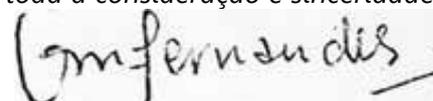
mim e para os meus colegas.

Agradeço-lhe antecipadamente, rogando o favor de não deixar de me responder com a brevidade possível.

Não pretendo maçá-la mais, renovo os meus agradecimentos.

Creia-me imensamente grata.

Com toda a consideração e sinceridade,



Graça Maria N. Fernandes  
Aluna da Escola Portuguesa de Roma

NB. A minha intenção é inscrever-me na Faculdade de Psicologia, na Universidade de ROMA.

\*\*\* \*\*

## 2 Maria Crescência Mota

Roma, 8-3-1983

Ex.<sup>os</sup> Srs.

Maria Crescência Mota, de nacionalidade Caboverdiana, natural de Santo António das Pombas concelho de Paúl, República de Cabo Verde, nascida em 4 de Janeiro de 1947, conclui o Curso Complementar dos liceus (ensino nocturno) no ano lectivo de 1981-82 na Escola Portuguesa em Roma.

Em face das dificuldades que se apresentam para concluir o décimo segundo ano, venho por este meio pedir o seguinte:

- 1º se é possível continuar a língua italiana em vez da língua Alemã, visto que já foi estudada no Curso Complementar, tendo intenção de continuar os estudos na Itália: faculdade de Ciências Políticas, da Universidade de Roma.
- 2º se é possível efectuar os exames em Roma, pela dificuldade de obter licença para se deslocar a Portugal e pelas despesas que a deslocação comportaria, sendo estudante-trabalhadora, que deve contribuir para a vida económica da sua família em Cabo Verde, e não tendo ninguém que me possa hospedar em Portugal.

Os meus agradecimentos  
Maria Crescência Mota

### 3 Margarida Agostinho da Silva Dias

Ex<sup>ma</sup> Senhora  
D. Maria Teresa Rio Carvalho  
Av. D. João V, 30  
Lisboa.

Chamo-me Margarida Agostinho da Silva Dias, sou portuguesa nasci em Aljezur Algarve, sou Missionária Comboniana e resido em Itália desde há quatro anos, onde continuei os estudos a partir do curso Geral, encontrando-me actualmente inscrita no 12º ano, com o fim de prosseguir os estudos aqui em Itália.

Considerando a importância que a língua italiana terá para mim, e tendo-a estudado durante o curso complementar, gostaria de poder continuar a aprofundá-la mais, em vez de introduzir o Alemão que comecei a frequentar só no início deste ano.

Por motivos de trabalho e de economia não me é possível deslocar-me a Portugal durante o período dos exames. Por este motivo peço a Vossa Excelência que autorize a Escola Portuguesa de Roma a realizar os exames do 12º ano.

Desde já agradeço a Vossa atenção.

Com os meus melhores cumprimentos me subscrevo.

Margarida Agostinho da Silva Dias

Roma, 8 de Março de 1983.

### 4 Maria Dulce Araújo Évora

Chamo-me Maria Dulce Araújo Évora, nasci na Ilha do Sal, República de Cabo Verde, em 28 de janeiro de 1961 e resido em Roma desde há cinco anos.

Tendo completado o ciclo preparatório em Cabo Verde, vim para a Itália trabalhar, continuando os estudos na Escola Portuguesa de Roma, onde atualmente frequento o 12º ano de escolaridade, com o fim de me matricular na Faculdade de Economia e Comércio, na Universidade de Roma.

Dada a importância que a língua italiana terá para mim, e tendo-a estudado durante o curso

complementar, gostaria de poder aperfeiçoá-la ainda mais, em vez de introduzir o alemão, que contudo tenho frequentado a partir deste ano.

Tal como as minhas colegas, teria muitas dificuldades em deixar o trabalho para me deslocar a Portugal durante o período dos exames, não tendo lá ninguém de família que me possa hospedar. Por isso, peço a V. Ex.cia que autorize a realização dos exames do 12º ano na Escola Portuguesa de Roma.

## 5 Maria de Lurdes Martins

Chamo-me Maria de Lurdes Ferreira Martins, sou portuguesa e encontro-me em Roma como emigrante, trabalhando e aproveitando para continuar os meus estudos. Tendo concluído o ano complementar na escola Portuguesa nesta cidade, frequento atualmente o 12º ano com a finalidade de entrar na Universidade aqui em Roma, tencionando frequentar a Faculdade de Línguas e Literatura.

Atrevo-me a apresentar o meu pedido para uma possível inclusão da matéria da Língua de Literatura Italiana em vez do Alemão, pois foi a

que segui no curso complementar. Atualmente, além do Alemão, temos continuado com lições de Literatura Italiana juntamente com as duas obrigatórias, convencidas que iria ser aceite.

Além disso, gostaria de fazer presente que a eventual deslocação a Lisboa para a realização dos exames do 12º ano acarretaria para mim dificuldades económicas, que seriam evitadas se pudesse fazer os exames na Esc.Port. de Roma.

Muito gostaria que se pudesse vir ao encontro destas minhas exigências, que sei serem comuns às minhas colegas.

## 6 Antónia Vitorina Gomes

Roma 9-5-83

Exmos Senhores:

Sou Antónia Vitorina Gomes, de nacionalidade cabo-verdeana. Vivo em Roma desde há quase dez anos. Fiz o curso complementar em 1981 na Escola Portuguesa em Roma.

Encontro-me inscrita no 12º ano. Tendo intenção de ingressar na faculdade de Letras da Universidade de Roma. Venho por este meio pedir a V. Excelência a substituição da língua Alemã pelo Italiano e a possibilidade de fazer os exames aqui.

Sendo estudante trabalhadora que ajuda a família em Cabo-Verde e não tendo familiares em Portugal a minha deslocação comportaria despesas que não poderia de modo algum suportar.

Com os meus agradecimentos

Antónia Vitorina Gomes

## 7 Maria Lúcia Chaves de Almeida

Chamo-me Maria Lúcia Chaves de Almeida, sou portuguesa, nasci em 15 de julho de 1954 em Sátão (Viseu) e resido em Roma desde há três anos. Tendo vindo de Portugal com o Curso Geral incompleto, continuei aqui os estudos na Escola Portuguesa em Roma, na qual frequento atualmente o 12º ano de escolaridade, com o objetivo de me matricular na Universidade de Roma, na faculdade de línguas e Literatura.

Tendo presente que a língua Italiana é importante para os estudos que me proponho seguir, e tendo-a estudado no curso Comple-

mentar, desejaria aprofundá-la ainda mais.

Por isso, muito agradecia que o Alemão pudesse ser substituído por esta disciplina.

A minha situação de trabalho é tal que me seria impossível ir a Portugal em junho, pois se os exames não puderem ser feitos na Escola Portuguesa de Roma, terei com imensa tristeza, de renunciar a completar este ano os meus estudos.

Outra razão é que me falta uma disciplina do curso complementar, a qual devo concluir na mesma época de exames nesta escola.

## 8 Maria Lourdes de Jesus

Ex.<sup>ma</sup> Senhora  
D. Maria Teresa Rio Carvalho  
Avenida D. João V  
Lisboa

Maria de Lourdes Jesus, de nacionalidade caboverdeana residente em Roma desde 1971, tendo terminado o curso complementar dos liceus (curso nocturno) na Escola Portuguesa em Roma, venho por este meio pedir a possibilidade de substituir a língua alemã pela italiana, visto a minha intenção ser de continuar os estudos na Universidade italiana, na faculdade de Pedagogia.

Além disso já estudei no curso complementar a língua italiana.

Pego ainda, a vossa atenção e compreensão para a minha impossibilidade de efectuar os exames do 12º ano em Portugal, dada a minha situação na Itália como trabalhadora emigrante. A minha ida a Portugal, por vários motivos, seria praticamente impossível.

Agradecendo a vossa atenção.

Maria de Lourdes Jesus

## 11.º Ano VS 12.º Ano!

Na mesma data de 11 de março de 1983, uma outra carta da Escola solicitava à responsável pelos SEBSPE, para quatro alunas cabo-verdianas que tinham completado o Curso Complementar dos Liceus e desejavam *inscrever-se em universidades romanas, que o diploma do referido curso – tal como acontece com os Alunos cabo-verdianos que acedem ao ensino superior em Portugal – seja reconhecido como título suficiente e válido para a entrada nas*

*universidades de Roma.* No pedido, o Coordenador da EPER solicitava *a intervenção de V. Ex.cia junto das Autoridades das Embaixadas de Cabo Verde e Itália em Lisboa para a obtenção desse reconhecimento, dispensando dos exames do 12º ano estas quatro Alunas que concluíram o Curso complementar até 1981-82, e cujo processo de inscrição universitário, já apresentado no ano passado, se encontra à espera desse reconhecimento.*

Tratava-se das Alunas Maria Dulce Araújo Évora, Antónia Vitorina Gomes, Maria Crescência Mota e Maria de Lourdes Jesus: para elas, o novo requisito exigido para o acesso ao ensino universitário em Portugal, o 12.º Ano, travava um percurso de crescimento e reconhecimento académico e deitava um balde água fria nas suas expectativas de vida, obrigando-as ao cumprimento de uma condição que não existia quando terminaram o curso complementar. Infelizmente, por inexperiência, não se propôs (exigiu) o reconhecimento do diploma do curso complementar diretamente ao Ministério da Educação de Cabo Verde, limitando-se o ofício a *requerer a intervenção junto das embaixadas.* Não deveriam os SEBSPE ter compreendido melhor a situação e agido ou aconselhando a Escola (as alunas) a explorarem essa outra forma de reconhecimento do seu direito a matricular-se nas universidades como cidadãs cabo-verdianas?

15abril83

## Exames 1983

Tendo por ASSUNTO: *Exames do ciclo preparatório dos liceus (C.Supl.) e dos Cursos Geral e Complementar dos liceus, e 12º ano de escolaridade, no dia 15 de abril de 1983 seguiam para o Ministério da Educação, à semelhança de quanto sucedera no ano anterior, os dados relativos ao processo de exames desse ano letivo. O ofício, sem número de processo, tinha este preâmbulo: Para efeitos de preparação e envio das provas de exame do ciclo preparatório (cursos supletivos) do ensino secundário, dos cursos geral e complementar liceal (noturno), e na hipótese, que esperamos positiva, de poder efetuar em Roma também os exames do 12º ano, apresento os dados relativos ao número de exames por disciplinas, segundo os boletins de inscrição, as datas previstas para as provas escritas e a composição dos respetivos júris.*

A documentação seguinte começava com a indicação do número de provas de exame necessárias, com base nas inscrições efetuadas:

### A — Número de exames previstos

#### CICLO PREPARATÓRIO DOS LICEUS

Português	21	Francês	10
Inglês	12	Matemática	27
Francês	21	Físico-químicas	40
História (Estudos Sociais)	30	Educação visual	50
Ciências da Natureza	26	Ciências do Ambiente	47
Matemática	20		
Educação visual	25		

#### CURSO GERAL LICEAL

Português	22
História	14
Ciências Sociais	17
Introdução à Economia	45
Inglês	17

#### CURSO COMPLEMENTAR DOS LICEUS

Português	5
Filosofia/Psicologia	8
Inglês	6
Francês	8
Introdução à Política	14
História	14
Italiano	17

<b>12º ANO</b>		Inglês	5
Português	8	Francês	3
Filosofia	1	Italiano (Alemão)	8

### **B - DATAS DOS EXAMES**

Todas as provas escritas se realizarão na semana compreendida entre 12 e 19 de junho de 1983: dias e horários serão em breve estabelecidos e oportunamente comunicados aos SEBSPE.

### **C - JÚRIS DE EXAMES**

#### **Ciclo preparatório dos liceus:**

Presidente do júri das provas escritas e orais: **Prof. José Pires Lopes Nunes**, licenciado em Teologia, bacharel em Filosofia e Humanidades, com o 7º ano da antiga secção de Ciências.

**Examinadores** serão os professores das respetivas disciplinas

Português	– José Ornelas Carvalho, bacharel em Teologia
Inglês	– Antónia Vitorina Gomes, IVº nível C. de Inglês junto da FAO (Roma)
Francês	– Maria Carlota, licenciada em C. Sagradas
História	– José da Silva do Adro, C. Complementar
C. da Natureza	– Olívia Dias, curso universitário de Matemática, licencianda em C. Sociais
Matemática	– Maria Amélia A. Pereira, C. Complementar
Educação Visual	– Maria Carvalho Lopes, diploma de Magistério primário, em Portugal.

#### **Cursos Geral e Complementar dos liceus:**

**Presidente do júri: Fernando B. de Pinho**, licenciatura em Sociologia (Universidade Estatal de Roma *La Sapienza*); bacharelato em Filosofia (Pontifícia Universidade Urbaniana).

**Examinadores:** os professores das várias disciplinas:

Português:	Querubim José Pereira da Silva, licenciado em Teologia, professor na Escola de Estarreja (8º Grupo)
História:	João da Silva Peixoto, licenciado em Teologia pelo I.C.H.T. do Porto e Univ. Gregoriana de Roma
C. Sociais:	João Geraldo Kolling, licenciado em Estudos Sociais e Filosofia
Int. à Economia:	Alfredo de Oliveira Dinis, licenciado em Filosofia
Inglês:	Virgínia Maria Abrantes Amaral, Curso de Germânicas na Universidade de Roma
Francês:	Eugène Philippe-Dramou, licenciado em Filosofia
Matemática:	Maria Manuela Oliv. Tapada Borges, licenciatura em Ciências Físico-químicas
Físico-Químicas:	<i>Idem</i>
Desenho:	Maria Carvalho Lopes <i>[Ver acima]</i>
C. do Ambiente:	João Geraldo Kolling <i>[Ver acima]</i>

#### **Curso complementar dos liceus:**

Lit. Português:	Mariagrazia Russo, licenciatura em Línguas e Literatura Modernas (Port.) Univ. de Roma
Filosofia/Psicologia:	Fernando Bernardo de Pinho <i>[Ver acima]</i>
Inglês:	Ivan Gougaardt, bacharel em teologia
Francês:	Maria Odete Martins, Curso univ. Línguas e Literatura Modernas, Univ. de Roma
Int. à Política:	Fernando Bernardo de Pinho <i>[Ver acima]</i>
História:	João da Silva Peixoto <i>[Ver acima]</i>
Italiano:	Mariagrazia Russo <i>[Ver acima]</i>

## 12º Ano:

Português: Mariagrazia Russo [Ver acima]

Filosofia: Fernando Bernardo de Pinho [Ver acima]

Inglês: Ivan Gougaardt [Ver acima]

Francês: Maria Odete Martins [Ver acima]

Italiano: Mariagrazia Russo (se for concedida a substituição do Alemão por esta disciplina)

Alemão: Nestor Adolfo Eckert, "Licença" em Estudos Sociais, bacharel em teologia (em caso contrário)

Por fim, eram apresentadas as **observações** relativas aos programas das disciplinas, especificando as partes que não haviam sido lecionadas. Assim, na disciplina de **História**, do Curso complementar dos liceus, depois de uma introdução geral à História (feita no primeiro mês) e, além dos temas obrigatórios, tinham sido desenvolvidos os seguintes, constantes da lista do programa: – I ANO, 1ª parte: 5 e 6; 2ª parte: 20. – II ANO, 1ª parte, 1 e 5; 2ª parte: 17.

Na disciplina de **Ciências Sociais**, do Curso geral, foram excluídas as rubricas: A3, B6, C6 e C11.

Na disciplina de **Desenho**, quer no Ciclo preparatório quer no Curso Geral, dera-se prioridade às construções geométricas.

Pelo que diz respeito à disciplina de **Italiano**, salvo indicações contrárias por parte dos SEESPE, a Escola considerava válidas as normas atuadas nos anos anteriores, e preparava-se para pedir à professora desta disciplina que elaborasse a prova de exame. Ao longo do ano tinha sido analisada a obra de Cesare Pavese, "*Prima che il gallo canti*". [...]



\*\*\* \*\*

16abr83

Contextualmente à aprovação dos Estatutos, foi dada comunicação oficial do evento, tendo sido elaborado para o efeito um comunicado à imprensa, assinado pelo presidente da AEPER, Prof. Leo Magnino, e dirigido de modo personalizado a diferentes organismos e pessoas. Este, o texto do comunicado:

*Tenho a honra de comunicar a v. Ex.cia que se constituiu no passado dia 16 de abril do corrente ano, em Roma, a "Associação dos Cooperadores e Amigos da Escola Portuguesa de Roma", com a finalidade de manter e sustentar a Escola Portuguesa, promover o ensino e a difusão da língua e cultura portuguesas, cooperar com todas as iniciativas que tendem à promoção humana e cultural da Comunidade de língua portuguesa residente em Itália.*

*A Escola Portuguesa de Roma vem desenvolvendo desde há uma dúzia de anos a sua atividade junto da comunidade de expressão oficial portuguesa (em maioria cabo-verdiana), que no ano letivo de 1982-83 superou as três centenas de Alunos matriculados em todas as matérias e níveis de ensino, desde a escola elemen-*

*tar até ao 12º ano da escolaridade; representa por isso inegavelmente um válido instrumento de promoção cultural para a numerosa comunidade de língua portuguesa, permitindo-lhe desenvolver e em muitos casos iniciar os conhecimentos da língua e cultura portuguesas, e constitui ao mesmo tempo um centro de agregação da mesma comunidade no estrangeiro, designadamente em Roma.*

*A Associação dos Cooperadores e Amigos da EPER, que assumiu o patrocínio desta Escola, é formado por personalidades portuguesas cabo-verdianas e italianas.*

*Ao dispor para outras eventuais informações, de V. Ex.cia mito atentamente*

O PRESIDENTE

(Dr. Prof. Leo Magnino)

O mesmo comunicado teve obviamente a sua versão em italiano, que também se regista, em nota, para que conste. Foi genericamente enviada aos jornais *COM PEDIDO DE PUBLICAÇÃO* – Conserva-se a lista dos endereços, com anotações manuscritas – ver anexo, «*AEPER-EnderecosSociosCartazCorsiPortoghese86-86*»..<sup>4</sup>

4 – Ho l'onore di comunicare che è stata costituita in questi giorni (16.4.1983) a Roma l'Associazione dei Cooperatori ed Amici della Scuola Portoghese di Roma, che si prefigge di mantenere ed appoggiare la Scuola Portoghese, promuovendo l'insegnamento e la diffusione del-

Para os possíveis associados da Alemanha, a começar por um casal particularmente ligado a Roma e a Portugal, o conteúdo da *informação-convite* era praticamente idêntico.<sup>5</sup>

16abr83

### **Assembleia de Professores de 16 de abril**

Da importantíssima assembleia de professores do dia 16 de abril de 1983 conserva-se um esboço de ata, elaborada de forma esquemática pelo prof. João Kolling. Esse professor de Ciências Sociais, certamente no seu quartinho de hóspede no Colégio dos Jesuítas, *martelando* sobre rolo de seda azul na sua máquina de escrever, anotava:

1. Apresentou-se o número dos inscritos aos exames, nas diversas matérias.
2. Passou-se a uma Avaliação do ano letivo, considerando:
  - A. Dificuldades mais prementes nos diversos cursos
    - a) pouco conhecimento da língua portuguesa,
    - b) diferença de nível dos alunos,
    - c) pouco tempo para desenvolver o currículo,
    - d) livro-texto,
    - e) pontualidade,
    - f) funcionamento da secretaria,
    - g) professores que dão as aulas e ponto final,
    - h) .....
  - B. Propostas para melhorar:
    - a) Pensar na possibilidade de organizar grupos de estudo intensivo em vista dos exames,
    - b) Mudar a metodologia no ensino do Português: 1 ano de estudo da língua como pré-requisito?
    - c) Ser mais rigoroso na inscrição, no sentido de fazer o nível mais adequado; e na aprovação em final de curso, para que haja condições de prosseguir,
    - d) Já no final do ano, decidir o livro-texto (manual),
    - e) Fazer lista do material didático que há na escola,
    - f) Talvez, dividir uma classe...

---

la lingua e cultura portoghese, cooperando in tutte quelle iniziative che tendano alla promozione umana e culturale della comunità di lingua portoghese residente in Italia.

La Scuola Portoghese di Roma, che dopo una dozzina di anni di attività riunisce oggi oltre trecento studenti portoghese, capoverdiani e di altre nazionalità, rappresenta uno strumento validissimo per la comunità di lingua portoghese al fine di facilitare ed approfondire la conoscenza della lingua e della cultura lusitana, attraverso regolari corsi di studio, corrispondenti a quelli in vigore nelle scuole portoghese, dalla scuola elementare fino alla fine del liceo. L'Associazione dei Cooperatori ed Amici dell'EPER, che assume oggi il patronato di questa Scuola, è formata da personalità portoghese, capoverdiane ed italiane. Distinti ossequi, – IL PRESIDENTE – (Dr. Prof. LEO MAGNINO)

5 – Tratava-se do casal Karlheinz e Adelheid Stockheim, sócios números 1 e 2 da Associação, formado por um professor de História (que foi também diretor do liceu da sua cidade, Düren). A sua esposa era médica e tinham três filhos. Verdaderamente apaixonados por Portugal, que visitaram, desde 1980 até 2018, mais de uma dúzia de vezes, eram então uma presença assídua em Roma, geralmente acompanhando estudantes ou colegas professores em visitas de estudo. Através deles, alguns outros "amigos" comuns tornaram-se benfeitores da AEPER (Dieter Griemens, Marga Herrmann, Paola Sommer). Para eles, foi este o texto da comunicação enviada:

*Ich habe die Ehre und die Freude, mitteilen zu dürfen, dass am 16.4.1983 in Rom die "ASSOCIAÇÃO DOS COOPERADORES E AMIGOS DA ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA" (Vereinigung der Mitarbeiter und Freunde der portugiesischen Schule in Rom) gegründet worden ist. Ihr Zweck ist die Unterhaltung und Unterstützung der Portugiesischen Schule. Sie will den Unterricht und die Verbreitung der portugiesischen Sprache und Kultur fördern und mitwirken bei allen Initiativen zur menschlichen und kulturellen Förderung der Gemeinschaft der Portugiesischen Sprechenden in Italien. Nach zwölfjähriger Tätigkeit zählt die portugiesische Schule in Rom (EPER) heute über 300 Schüler aus Portugal, Cabo Verde und anderen Ländern. Für die Gemeinschaft der Portugiesisch Sprechenden ist sie eine wertvolle Einrichtung zur Erleichterung und Vertiefung der Kenntnis der Lusitanischen Sprache und Kultur, mit regelmäßigen Studienkursen, die den in den portugiesischen Schulen gültigen Kursen entsprechen, von der Grundschule bis zum Abschluss des Gymnasiums. Die Vereinigung der Mitarbeiter und Freunde der EPER, die mit dem Gründungstag das Patronat über diese Schule übernommen hat, setzt sich zusammen aus Persönlichkeiten aus Portugal, Cabo Verde und Italien.*

- g) informar a família<sup>6</sup> dos alunos, dos horários em que funcionam as aulas na Escola; com o dever de as deixar frequentar.

### 3. Curso complementar: 12º ano:

– Já aprovado, mas os alunos 'deveriam' realizar os exames em Portugal (não há lei, e portanto não há possibilidade de exceção!)

### 4. AVISOS

– Apresentou-se o calendário dos exames a serem realizados de 12 a 18 de junho;

– As aulas se concluirão no dia 05 de junho;

– Se fará uma reunião geral dos professores lá pelo dia 26 de junho.

Mais detalhes sobre a eleição – acrescentava o redator – podem ser encontrados na Ata de fundação da Associação (no ponto 4, atrás). Depois do "Intervalo", teve lugar a 2ª parte desta assembleia-geral de fundação da AEPER.

Conserva-se cópia desse documento... fundacional da AEPER, redigido em papel selado de 25 linhas.

Do 16 de Abril de 1983 reuniram-se em Roma, na Via dei Portoghesi n.º 2, sede da Escola Portuguesa de Roma, os Senhores: Prof. Dr. Leo Inaguino, Dr. José Abalde, Dr. Francesco Chiofalo, Sr. Roberto Riva, Sr. José Oliveira Ferreira, Sr. Alfredo de Oliveira Diniz, Sra. D. Angelina Coelho Cabral, Sra. D. Antónia Victorina Gomes, Sra. D. Carolina Amaria Ramo Pimentel, Sr. Fernando Bernardo de Lima, Sra. D. Ilda Joaquina de Almeida, Sr. João Geraldo Kalling, Sr. José Ornelas Carvalho, Sr. José Luis Lopes Nunes, Sra. D. Maria Amélia Amieiro Pereira, Sra. D. Maria Filomena Gomes Araújo, Sra. D. Maria de Lurdes Ferreira Marques, Sra. D. Maria Dulce Araújo Évora, Sra. D. Maria Inamélia de Oliveira Borges, Sra. D. Rufina Amfusa da Fonseca, os quais concordaram fundar a "Associação dos Amigos e Cooperadores da Escola Portuguesa em Roma, cujas finalidades são as que constam do E.º artigo do art.º 3.º dos seus Estatutos, que se segue transcrito: "a) Manter e sustentar a Escola Portuguesa em Roma (EPER), no respeito pelo seu estatuto próprio; b) Promover o ensino e difusão da língua e cultura Portuguesa em Roma e na Itália; c) Cooperar em iniciativas tendentes à promoção humana e cultural da Co-

6 – Não as famílias no sentido natural do termo, mas as «famílias» junto das quais trabalhavam especialmente as alunas da Escola, como *Colaboradoras domésticas*, sendo portando as famílias as suas *patroas* e nem todas eram sensíveis, conscientes e respeitadoras do direito legalmente garantido a essas COLF de, apesar de se tratar de adultos, poderem dispor de tempo para frequentarem uma escola. Este problema era real e, como já se disse, várias vezes a Escola procurou intervir, quer sensibilizando e informando os alunos acerca deste seu direito, quer contactando diretamente os «empregadores» (geralmente, senhoras da alta sociedade romana), solicitando compreensão e diálogo para garantir os direitos de ambas as partes.

Visto que se fala de "informar", refira-se que entre os numerosos «impressos» enviados pelo ME, também a EPER recebeu o «Boletim trimestral para informar os Encarregados de Educação» (no caso do ensino básico), sobre a *assiduidade e interesse pela Escola dos alunos, o aproveitamento, as dificuldades na aprendizagem, a perturbação da vida escolar e a integração no grupo*. Tinha um aspeto esteticamente agradável, no formato de uma folha A5, e pode ser visto abrindo o ficheiro em anexo «[BoletimComunicacaoTrimestralEE](#)».

comunidade de língua portuguesa residente em Itália<sup>9</sup>

Os resultados do acto eleitoral para o Órgão Directivo da Associação foram os seguintes: Conselho Directivo - Presidente: Prof. Dr. Leo Maguino 11 votos; Dr. José Ataíde 6 votos; Sr. José Ferreira 1 voto; Sr. Geraldo Kelling 1 voto; abstenções 1. - Vice-Presidente: Dr. José Ataíde 12 votos; Sr. José Ferreira 3 votos; Sra. D. Rufina Marques da Fonseca 2 votos; Sra. D. Maria Inamela Borges 1 voto; Sr. Fernando Dinis 1 voto; abstenções 1. - Secretários: Sr. José Oliveira Ferreira 5 votos; Sr. Fernando Dinis 4 votos; Sr. Alfredo Dinis 4 votos; Sra. D. Maria Inamela Borges 3 votos; Sra. D. Rufina Marques da Fonseca 2 votos; Sr. Francisco Chiofalo 1 voto; abstenções 1. - Tesoureiros: Sr. Alfredo de Oliveira Dinis 15 votos; Sra. D. Rufina Marques da Fonseca 2 votos; Sr. Roberto Riu 1 voto; abstenções 1. - Conselho Fiscal e a Assembleia acciton por unanimidade a proposta de considerar para Presidente deste Órgão da Associação o Consul de Cabo Verde em Itália, Dr. Euclides do Brito. As eleições para os restantes dois membros deram os seguintes resultados: Sra. D. Inamela de Oliveira Borges 7 votos; Sr. Dr. Francisco Chiofalo 7 votos; Sra. D. Rufina Marques da Fonseca 6 votos; Sra. D. Carolina Maria Ramos Pimentel 5 votos; Sr. Roberto Riu e Sr. José Geraldo Kelling

A segunda folha da ata de Gerardo Kolling, mais nítida do que a primeira, começava com o nº 6: reproduzimo-la igualmente em fac-simile, ao lado da terceira e última página da ata de fundação da AEPER, quer porque é a sua natural continuação, quer também porque nela podemos ler a assinatura do seu redator. A seguir, a parte superior do impresso referido na nota 7.

*Segue em assinatura:*  
*Leo Magnino*  
*José Ataide*  
*Alfredo de Oliveira Dinis*  
*Fernando*  
*Maria José de Oliveira Tapada*  
*Roberto P.*  
*Carolina Maria*  
*Manuela*  
*Maria Sule Araújo*  
*José Augusto Kolling*  
*Luís*  
*José Carlos*  
*Paulina*  
*José Pires*  
*Maria Tereza*  
*Maria de Lurdes*  
*Antónia*  
*Maria Amélia*  
*José de Sá*  
*Amélia*

2.

6. Com presença do Dr. Magnino, Dr. José Ataide (secretário da embaixada portuguesa) e outros convidados, prosseguiu-se a reunião para a aprovação do ESTATUTO da Associação dos cooperadores e amigos da Escola Portuguesa em ROMA:

a) Prof. Fernando (Diretor da Escola) apresentou sinteticamente:

- as finalidades da Associação e
- sua estruturação.

b) Passou-se à aprovação e eleição de nomes. O resultado final foi o seguinte:

- Presidente: Prof. Leo Magnino,
- Vice Presidente: Dr. José Ataide,
- Secretário : Sr. José Ferreira,
- Tesoureiro: Sr. Alfredo de Oliveira Dinis,
- Conselho Fiscal:

Pres: Sr. Consul de Cabo Verde (seria convidado)  
 e Sra Manuela Borges,  
 e Sr. Francesco.

Mais detalhes sobre a eleição podem ser encontrados na Ata de fundação da Associação.

7. Com breves palavras do presidente eleito, e assinatura da ata de fundação por parte dos presentes, encerrou-se a Reunião às 19.20, passando-se, como é de bom praxe, a uns comes e bebes assaz gostosos.

Se for aprovada, com o gentil assentimento dos presentes, a subscreverei, a presente Ata, em data de 18.VI.83

*J. Gerardo Kolling*  
 J. Gerardo Kolling 83

Anexo 3

**DIRECÇÃO - GERAL DO ENSINO BÁSICO** ANO LECTIVO \_\_\_\_\_

**Serviço de Ensino Básico no Estrangeiro** \_\_\_\_\_ ? TRIMESTRE

ESCOLA \_\_\_\_\_ ÁREA CONSULAR \_\_\_\_\_ PAÍS \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE INFORMAÇÃO TRIMESTRAL AO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO**

Nome do Aluno: \_\_\_\_\_ FASE: \_\_\_\_\_

Assiduidade e interesse pela Escola:
Nº de FALTAS:
Aproveitamento
Dificuldades na aprendizagem

## Parco Nazionale d'Abruzzo

Aproximando-se a data que passaria a estar associada à tradição de realiar o passeio anual da Escola, o dia 25 de abril (no ano anterior realizara-se a 1 de maio), 5 dias antes, a Escola solicitou ao Diretor do Parque Nacional da Região Abruzos material informativo e apoio no lugar para que a iniciativa fosse um sucesso.

*Avendo la Scuola Portoghese di Roma, frequentata da trecento allievi di espressione portoghese residenti a Roma, organizzato la tradizionale gita annuale al Parco nazionale d'Abbruzzo, il giorno 25 aprile 1983, vengo in qualità di preside chiedere la collaborazione dei Servizi che Ella presiede, al fine di*

*preparare e guidare la visita a questo meraviglioso parco, cui parteciperanno 120 allievi ed insegnanti della Scuola.*

*Gradiremmo ricevere materiale sulle principali caratteristiche del parco, nonché assistenza sul posto per la buona riuscita dell'iniziativa.*

\*\*\* \*\*

Utilizando o material recebido – tenha-se presente que estavam ainda por nascer a Internet e os motores de busca – foi elaborado o folheto-guia que se reproduz na página seguinte, com o mapa do parque, o itinerário e informações, que os participantes receberam no momento da partida. A visita foi um sucesso e dele se conserva uma abundante documentação fotográfica, fixada num rolo completo de diapositivos, dos quais se mostra aqui uma parte substancial.





## PASSEIO ANUAL

25 de Abril de 1983.

### cos'è un parco nazionale

In tutto il mondo, un parco nazionale è un santuario della natura conservata nella sua integrità, un'area vasta ed importante del territorio nazionale dove l'ambiente è protetto, un vero e proprio museo vivente offerto ai nostri figli ed alle generazioni future a dimostrazione perenne delle meraviglie della natura. Ma è anche qualcosa di più; perché questa conservazione non è fine a se stessa, ma rappresenta un'occasione eccezionale, per l'uomo moderno, per un autentico contatto con la natura, per la distensione, il riposo, la ricreazione, l'elevazione spirituale e l'attività fisica in un ambiente sano e di incomparabile valore educativo e culturale.

### qualche cenno naturalistico

L'Orso bruno marsicano, principale attrattiva del Parco, non è affatto facile da incontrarsi. Ve ne sono, sparsi anche al di fuori del territorio protetto, circa un centinaio di individui che conducono vita pacifica ed errabonda, prevalentemente notturna, restando di giorno nascosti nel più fitto delle foreste, cibandosi di bacche, frutta, insetti e d'ogni sorta di prodotti del bosco e solo raramente di altri animali. Malgrado l'aspetto pigro e pesante, il grosso plantigrado ha una forza poderosa e un'incredibile rapidità: esso non ha mai fatto del male all'uomo, ma vederlo da vicino costituisce pur sempre un'emozione indimenticabile.

Più probabile è imbattersi in piccoli branchi o esemplari solitari di Camoscio d'Abruzzo, amanti delle alte quote e dei luoghi impervi della montagna dove compiono le loro eleganti, incredibili evoluzioni. Di questo, che è stato definito il più bel camoscio del mondo per il magnifico disegno bianco e nero della gola e le corna straordinariamente sviluppate, esistono ancora circa quattro-cinquecento esemplari, tutti rifugiati nel cuore del Parco.

Non infrequente è poi l'incontro col Cervo e il Capriolo, che di recente, grazie al ripopolamento realizzati per compensare il Parco delle perdite verificatesi in passato, sono tornati ad abitare le folte foreste e si spera possano moltiplicarsi rapidamente per riportare un più stabile e completo equilibrio naturale su queste montagne.

Un altro, imprevedibile e spesso frutto di un colpo di fortuna è l'avvistamento di altri animali come il Lupo appenninico, il Gatto selvatico, la Lontra, la Martora, la Faina, il Tasso o la Puzzola. Molto comuni sono invece la Volpe, Lepre, la Talpa, il Riccio e la Donnola; abbastanza frequenti il Ghiro e lo Scoiattolo meridionale.

Entrando a caso per il Parco, ciò che però si può sempre ammirare è la ricca e interessante fauna alata, che comprende complessivamente circa trecento diverse specie di uccelli: tra questi primeggiano i rapaci con l'Aquila reale, l'Astore, la Poiana, il Gufo reale, l'Allocco. Nei boschi abbondano le Ghiandaie, i Colombacci, le Cince e i Picchi tra cui è particolarmente importante il raro Picchio dalmatino. Presso le acque dei torrenti, fiumi e laghi, non sono rari il Merlo acquaiolo, il Germano reale e la Ballerina.

Nelle praterie d'altitudine e tra le rupi si riscontrano la Coturnice, il Gracchio alpino e corallino, il Fringuello alpino, il Picchio muraiolo, il Culbianco, il Codiroso spazzacamino, il Sordone e il Codiroso.

Attenzione alla Vipera presente nel Parco con due diverse specie: a parte questa tutti gli altri Rettili e Anfibi, complessivamente una ventina d'entità, sono assolutamente innocui e molto interessanti sul piano scientifico.

In tutte le acque correnti abbonda la Trota, e con essa vivono altri animali acquatici come il Gambero di Fiume, la Linnea e vari Pesci d'acqua dolce.

Impossibile è descrivere l'abbondanza degli animali invertebrati, tra cui dominano per importanza scientifica gli insetti e soprattutto alcuni Coleotteri tipici dell'ambiente forestale e montano.

Impressionanti sono le fioriture primaverili ed estive di Viola, Croco, Soldanella, Scilla, Aquilegia, Genziana, Giglio, Anemone, Primola, Sassifraga, Ranuncolo, Orchidea e mille altri fiori dai più svariati aspetti o colori tra i quali spiccano la rarissima Scarpetta di Venere e la bella Iris marsica, esclusiva del Parco. Esse ravvivano il verde delle radure e delle praterie d'altitudine e il grigio delle rupi calcaree, che contrasta nettamente con le tinte cupe ed uniformi delle foreste: immense selve di Faggio nelle zone montane, boschi di Cerro nelle valli e formazioni di Pino nero sulle rocce dirupate. Un campionario di alberi e piante che, per imponenza, suggestione paesaggistica ed importanza naturalistica non ha uguali in alcuna altra parte della catena appenninica.

### PROGRAMA:

LA CAMOSCIARA (cascatas e refúgio)  
CIVITELLA ALFEDENA.



### PARCO NAZIONALE D'ABRUZZO CARTA D'IDENTITÀ

- Istituzione: 1922 per iniziativa privata, 1923 per legge;
- Autorità responsabile: Ente Autonomo Parco Nazionale d'Abruzzo;
- Estensione: 40.000 ettari + 60.000 di parco (Zona di Protezione Esterna);
- Regioni interessate: Abruzzo, Lazio e Molise;
- Comuni interessati: Pescasseroli, Opi, Villetta Barrea, Civitella Alfedena, Barrea e Alfedena (Alto Sangro); Biseegna, Giola dei Marsi, Iccie nei Marsi e Villavallelonga (Marsica Fucense); Scanno (Valle del Sagittario); Alvito, Campoli Appennino, San Donato Val Comino, Settefrati, Piconico e San Biagio Saracinisco (Val di Comino); Pizzone (Mainarde).
- Fiumi: Sangro, Melfa e Giovenco; Laghi: Barrea, Vivo, Montagna Spaccata, Pantaniello; Vette: Petroso (2.249 m), Meta (2.242 m), Marsicano (2.245 m), Greco (2.285 m);
- Finanziamento: 1.100 milioni di lire l'anno; Terreni di proprietà: 100 ettari circa; Terreni in gestione: 7.000 ettari circa; Alti pascoli controllati: 4.000 ettari circa; Riserve integrali: 2.000 ettari circa.
- Dipendenti fissi: 50 circa; Flora: 1.200 specie circa di piante superiori; Fauna: 40 specie di Mammiferi; 300 specie di Uccelli; 30 specie di Rettili ed Anfibi; Orso bruno marsicano 80-100; Lupo appenninico 15-20; Camoscio d'Abruzzo 450-500; Cervo 200-250; Capriolo 100; Aquila reale 4-8.
- Visitatori: circa 1.000.000 nel 1980 di cui circa 200.000 nel solo Centro di Visita di Pescasseroli.

### come ci si deve comportare nel parco

In tutto il territorio del Parco, delimitato da apposite tabelle gialle, la natura è protetta e deve quindi essere rispettata in ogni sua manifestazione: alberi, fiori, piante ed animali di qualsiasi genere, nonché rocce, minerali, formazioni geologiche, fiumi, laghi, torrenti e sorgenti debbono essere conservati intatti come la natura li ha creati. Anche il silenzio e la quiete sono beni preziosi, da tutelare con ogni sforzo ed attenzione. Nel Parco è di conseguenza proibita qualsiasi manomissione delle bellezze naturali, è vietata la caccia e la raccolta di specie animali e vegetali.

Il taglio dei boschi viene consentito soltanto in alcune zone ed è soggetto a speciale disciplina.

Nelle zone di riserva integrale, delimitate da apposite tabelle rosse, l'accesso può aver luogo soltanto lungo gli speciali sentieri contrassegnati, che costituiscono altrettanti itinerari naturalistici, da percorrere però preferibilmente con la guida di persone autorizzate (Guardie e Collaboratori).

In tutto il Parco, esclusi i centri abitati e le zone assegnate alle attività turistiche, agricole e silvo-pastorali, sono assolutamente proibite tutte le alterazioni dell'ambiente ed in particolare: disturbare o danneggiare la fauna; cogliere fiori; tagliare, incidere, iscrivere e asportare piante; asportare o manomettere minerali; accendere fuochi; effettuare costruzioni di qualsiasi tipo; abbandonare rifiuti; introdurre cani (anche se al guinzaglio); provocare rumori, schiamazzi o esplosioni; eseguire fotografie a scopo commerciale.

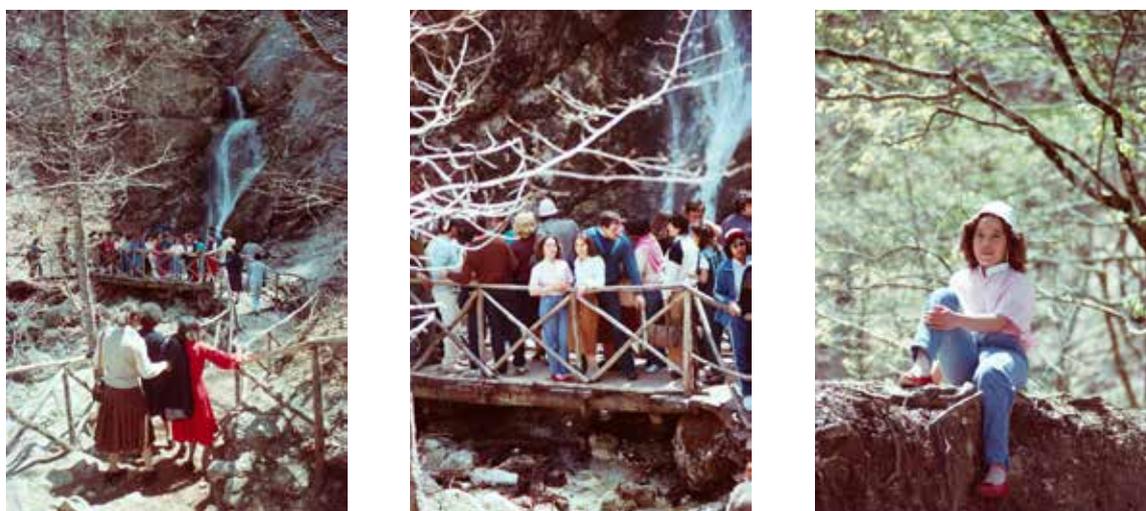
A DIRECÇÃO DA ESCOLA DESEJA A TODOS  
UM FELIZ PASSEIO

Matriz utilizada para realizar as fotocópias do folheto distribuído a todos os participantes

Situado nos montes Apeninos, com altitudes variáveis entre 900 e 2.200 metros e abrangendo uma área de 50 mil hectares, o Parque Nacional da região *Abruzzi* é um dos mais espetaculares parques italianos e um dos mais importantes da Europa devido à riqueza da flora, que conta com uma grande variedade de espécies, e da fauna, que inclui ursos pardos, lobos, veados, animais menores e aproximadamente 300 espécies de aves. Em 2014 foi considerado o *parque preferido dos italianos*. [<http://www.parcoabruzzo.it/> | <http://manualdoturista.com.br/abruzzo/>].



Os "excursionistas eperomanos" percorreram primeiro um dos 5 itinerários pedestres do parque, explorando este magnífico parque, que se estende por três regiões italianas (Lácio, Abruzzo e Molise), e deslocaram-se depois de autocarro, para Villetta Barrea, uma das cinco aldeias (borghi) integradas no parque, onde se realizou o tradicional piquenique: pelo caminho, as cores da natureza, bosques, cascatas e lagos, mas não se avistaram ursos nem os famosos gamos ou camurças, presentes neste habitat.





### Brasileira incluída em lista de exames, sob condição

No dia 12 de maio de 1983, a Escola teve mais uma vez necessidade de solicitar autorização para que um dos seus alunos pudesse realizar exames, apesar de não ter a idade requerida por lei para a frequência dos cursos noturnos (que funcionaram sempre durante o dia, embora de tarde, até às 20 horas). Tratava-se de uma brasileira que trabalhava na já referida *Casa Madonna di Fatima* e pretendia realizar os exames de *História, Introdução à Economia, Ciências Sociais, Ciências do Ambiente e Desenho*, do Curso Geral dos liceus. O ofício solicitava *autorização para que a Aluna ALZIRA FERNANDES, nascida em Curitiba, Brasil, ao dia 26 de setembro de 1968, de nacionalidade brasileira, residente em Roma na Casa Madonna di Fatima* pudesse realizar esses exames, *sem ter completado até 31 de dezembro deste ano os 16 anos de idade*. O seu nome, como se poderá ver, foi incluído na lista dos candidatos, mas com a ressalva de vir a ser autorizada. Não consta, na documentação conservada, se foi ou não autorizada, mas o seu nome não aparece nas pautas finais dos exames realizados. Ergo...

22maio83

### Crisma condiciona aulas

**HORÁRIOS de AULAS** Domingo, 22/5/83

NOTA: Devido à cerimónia do CRISMA que terá lugar no próximo Domingo no Instituto de Santo António dos Portugueses, os horários e as disciplinas que serão leccionadas -- no Instituto Português de Santa António (aqui) e não no Colégio das Ursulinas, -- são os seguintes:

	Biblioteca	IIª Sala	Sala grande	Sala pequena
	IVª CLASSE	CICLO PREPARATÓRIO	CURSO GERAL	CURSO COMPLEMENTAR
15.30	—	História	C. Ambiente	—
16.00	Português	C. Naturais	Português	História
16.30				
17.00	Cultura		(Paq. Quémia)	

NB. O 12º ano poderá ter aulas, concordando com os professores, na pequena Sala Junto da Biblioteca.

Dado que a cerimónia religiosa começa às 18.00 horas (6 horas), as aulas terminarão às 17.50 (dez minutos antes).

Não havendo salas disponíveis, os Alunos da Iª, IIª e IIIª Classes NÃO TERÃO AULAS.

19abril83

## EXAMES 1983

À semelhança de quanto sucedera em 1980-81 – 15 de abril 1981 – com três documentos idênticos datados de 19 de abril de 1983, os Serviços do Consulado indicavam as propinas a pagar no ato de inscrição para exames:



*Os candidatos devem formalizar a sua inscrição mediante o pagamento de propinas no valor de Liras \*.\*.\* (1) por cada disciplina. Os pagamentos serão efetuados na Escola Portuguesa em Roma, ficando a cargo da Direção da Escola a representação da Entidade Consular.*

(1) Os montantes a pagar variavam: 1.500, 2.000 e 2.500 liras, respetivamente no Ciclo Preparatório, no Curso Geral e no Curso Complementar/12.º Ano.

À semelhança do ano anterior – e dos seguintes – o processo de exames foi cuidadosamente preparado, a partir das inscrições, e decorreu de forma igualmente meticulosa quanto ao cumprimento de todas as regras estabelecidas. Esquece-se sempre que, na vida de uma escola, o mais importante não será a papelada nem a burocracia que, no sistema de ensino que vigora no mundo inteiro deve estar ao seu serviço e corresponde sobretudo à necessidade de certificação das aprendizagens, mas o trabalho desenvolvido ao longo do ano, por alunos e professores, numa dialética de *dar e receber*, que é um processo recíproco. Prescindindo portanto desse *fieri* que vai "transformando" uns e outros em pessoas mais ricas e mais preparadas para darem o seu contributo a si próprias e à sociedade, analisemos os poucos documentos que se conservam desse ano – poucos, mas suficientes, e essenciais.

Antes de passarmos às tabelas elaboradas com as listas dos exames previstos, por níveis de ensino, disciplinas e alunos, que oferecem um quadro imediato do número de candidatos inscritos nas diferentes disciplinas, incluindo o calendário e os horários das respetivas provas, apresentaremos primeiro a lista dos candidatos ao exame da IV Classe, e um outro exame... especial que, nesse ano se realizou na Escola.

Modelo n.º 1

Modelo n.º 200 (Exclusivo de Inscrição)

**ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR**

Ano lectivo de 1982-1983

Distrito escolar de \_\_\_\_\_

**Relação dos alunos propostos a exame da 4.ª cl.**

Ensino (º) \_\_\_\_\_

Escola de Ensino Primário Elementar (º) \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_

de \_\_\_\_\_

Freguesia de \_\_\_\_\_ Concelho de \_\_\_\_\_

Alunos do sexo \_\_\_\_\_

O Proposante,

*João Pinheiro Ramos*

Na IV Classe, a relação dos alunos propostos a exame, em 6 de junho, contém os seguintes 13 nomes:

1. Adelina Ana Antónia Ramos
2. Ana Arcângela Almeida
3. Antónia Rodrigues Duarte
4. Filomena Maria de Brito
5. Joana Francisca da Cruz
6. Joana Maria Protácio
7. José António Araújo
8. Luísa Marta Lopes
9. Maria Celeste Silva
10. Maria Filomena Ramos
11. Maria José Tavares Silva
12. Maria da Luz Duarte In Metalli
13. Marta Rita Delgado

11 maio 83

### **Exame do 6.º ano de escolaridade**

No dia 24 de maio de 1983, a aluna Maria de Lourdes Silos de Brito pôde finalmente realizar na EPER o exame de Língua e Cultura Portuguesa, cujo enunciado fora enviado com o ofício do ICLP n.º 003201, de 11 de maio. Elaborado expressamente para essa aluna, conserva-se cópia completa de todo o processo, incluindo a prestação da aluna nesse exame, que obteve a classificação de 14,8 valores. Transcreve-se seguidamente todo o enunciado da prova.

PROVA ESCRITA

TEMPO: 1 h e 30 m

#### **TEXTO**

Um dia, em Pádua, um homem de nome Leonardo, foi confessar-se a Santo António de um pecado muito feio. O Santo, sempre preocupado com as faltas dos pecadores, costumava ensinar os remédios que conhecia para se não cair em pecado e, além disso, utilizava um meio maravilhoso para fazer confessar aquilo que as pessoas, por vergonha, não ousavam dizer: aparecia-lhes em sonhos, chamando-as pelo nome e indicando a quem e como confessar determinado pecado escondido bem no fundo da alma.

Pois Leonardo confessou a frei António que tinha pecado contra sua mãe, por seu próprio pé,

visto ter-lhe dado um pontapé que a atirara ao chão. O Santo disse-lhe, então, baixinho:

– *O pé que fere o pai ou a mãe devia logo ser cortado.*

O homem, que não entendeu a ideia do frade, tomando as palavras a letra, chegou a casa e cortou o pé com a sua espada.

Quando isto se soube na cidade, a notícia chegou num instante aos ouvidos da mãe, que, aflita, se dirigiu a casa de Leonardo e verificou que era verdade o que se dizia em Pádua.

Quis saber então por que razão fizera o filho aquilo.

– *Foi a penitência que Frei António me deu pelos meus pecados.*

Logo a mãe, indignada, correu ao convento, acusando Frei António de lhe ter quase morto o filho. Veio o Santo ter com ela e, consolando-a, desculpou-se explicando que não fora essa a sua ideia. Em seguida, acompanhou-a a casa de Leonardo e, ajoelhando-se na sua frente, rezou alguns minutos, pegou na perna e no pé cortado e juntou-os de novo de tal modo, que se soldaram como se nunca tivessem estado separados.

I

Depois de teres lido com atenção o texto, vais responder ao questionário que se segue, utilizando sempre frases completas.

1. Que título podias pôr ao texto que acabaste de ler?
2. Das personagens que intervêm qual consideras a principal?
3. Em que país se desenrola a ação? Justifica a tua resposta com elementos do texto.

4. Leonardo confessou a Santo António um pecado muito feio

- a) Que pecado era esse?
- b) Torna a escrever a frase mas utilizando a voz passiva.

5. O pé que fere o pai ou a mãe devia logo ser cortado

- a) Pretenderia, realmente, Santo António, que Leonardo cortasse o pé? Justifica a resposta com palavras tuas.
- b) Torna a escrever a frase, pondo-a no plural.

6. Leonardo cortou o pé com a espada

- a) O que existe nesta frase que te indica que estes factos se passaram há muitos, muitos anos? Justifica a tua resposta.
- b) Indica o sintagma nominal da frase e diz que função desempenha na oração;
- c) Torna a escrever a frase empregando o futuro.

7. O filho respondeu: Foi a penitência que Frei António me deu pelos meus pecados.

- a) Torna a escrever a frase mas começando-a assim: "O filho respondeu que...."
- b) Da mesma família de "pecados" vais escrever duas frases inventadas por ti, usando:  
Na 1ª um adjetivo;  
Na 2ª um verbo;

8. Tudo isto se passou em Pádua. Mas diz a História que Santo António era português, de Lisboa

- a) No mapa que se segue vais identificar esta cidade, assim como o rio que por ela passa.





O que eu gostaria de ver se fosse a Portugal. <sup>Transporte</sup> →

Se fosse a Portugal, certo não deixaria de visitar a cidade de Lisboa.

Desde pequena trago cá dentro de mim este sonho. que é: visitar Lisboa.

Já com um mês, é claro que não me chexaria para ver todas as coisas que desejo ver. Mas contudo começaria por visitar a Torre de Belem, depois o Castelo de S. Jorge. no meio dessas visitas aproveitaria para conhecer algum Restaurantes onde comer isto é, gostar as delicias de Portugal.

Ah! não esqueceria certo, de visitar as igrejas, estudar as sua estruturas, os seus estilos. que é um jogo que gosto muito.

De Lisboa passarei mais a norte onde iria a visitar Coimbra, a cidade dos estudantes. e outras cidades.

Uma semana a beira-mar de Portugal ninguém me a levaria. Passaria pelos bairros do pescadores a conhecer aquela gente que devem ser amavel na minha ideia.

Já sei que me divertiria um mundo isto é muito.



Não escreva neste canto

← Transporte

6-b) O sintagma nominal é Leonardo, tem a função de sujeito.

6-c) Leonardo cortava o pé com a espada

7-a) O filho respondeu que era a penitência que Frei António lhe tinha dado pelos seus pecados.

7-b) Ela era invejosa do seu vestido

X Ele maldizia os outros

8. c = Lisboa

O rio que passa pela cidade de Lisboa é o Tejo.

O rio Douro que passa pela cidade do Porto

7-b) São pecaminosas as mini saias

7-b) Ele peca de presunção

30

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA  
SERVIÇOS DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO  
ANO LECTIVO DE 1992/1993

ESCOLARIDADE COMPLEMENTAR PORTUGUESA  
6º ANO DE ESCOLARIDADE  
LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA

PROVA ESCRITA TEMPO: 1h e 30m

COTAÇÕES

I

1. ....	10 pontos
2. ....	10 "
3. ....	10 (5+5)
4.a) ....	10 pontos
b) ....	10 "
5.a) ....	10 (5+5)
b) ....	10 pontos
6.a) ....	10 (5+5)
b) ....	10 (5+5)
c) ....	10 pontos
7.a) ....	10 pontos
b) ....	20 (10+10)
8.a) ....	10 (5+5)
b) ....	10 (5+5)
	150
Composição	50
Total	200 pontos

14,8

Passemos agora a apresentar os outros documentos relativos à organização dos exames. Embora dispensem comentários, contextualização ou explicações, fica por fazer a análise ou estudo sociológico, ou apenas estatístico, que eles bem mereceriam.

**Exames | Calendário – inscrições**

ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA

Ano lectivo 1982-1983

SALAS A, B, C

CALENDÁRIO EXAMES - HORÁRIOS

Dia da Semana	Dia do mês	Horário	IVª CLASSE	CICLO PREPARATÓRIO	CURSO GERAL	CURSO COMPLEMENTAR	12º ANO
DO	12	9.00	-	-	-	-	
		11.00	-	-	-	-	
		16.30	-	DESENHO 20	DESENHO 87	Introd. à POLÍTICA 10	
SANTO ANTÓNIO DE LISBOA (Festa)							
3ªf.	14	9.00	-	-	Introd. à ECONOMIA 98 46	-	30/6 16.30H
		11.00	-	HISTÓRIA A 27	-	-	ALEMÃO + MATEM.
		17.30	-	-	INGLÊS FRANCÊS A 12 C 6	FILOSOFIA B 3	
4ªf.	15	9.00	-	-	Ciências AMBIENTE 98 49	-	5/7 16.30H
		11.00	-	MATEMÁTICA A 14	-	-	PORTUG. + FILOS.
		17.30	-	-	HISTÓRIA A 10	HISTÓRIA B 11	
5ªf.	16	9.00	ESCRITA C	-	PORTUGUÊS A 22	ITALIANO B 15	7/7 16.30H
		11.00	-	INGLÊS FRANCÊS B 14 A 16	-	-	FRANCÊS + GEOMET.
		17.30	-	-	MATEMÁTICA A 25	-	
6ªf.	17	9.00	-	-	FÍSICO- QUÍMICAS A 37	PORTUGUÊS C 2	12/7 16.30H
		11.00	-	CIÊNCIAS NATURAIS A 22	-	-	INGLÊS
		17.30	-	-	-	INGLÊS FRANCÊS B 3 A 5	
Sáb	18	9.00	ORAL C	PORTUGUÊS A 18	CIÊNCIAS SOCIAIS B 12	-	14/7 16.30H
		-	-	-	-	-	GEOGRAF.
		-	-	-	-	-	

Nota: Os exames de Domingo, dia 12/6/83 serão realizados no Colégio das Ursulinas, C.ne Clodia, 159; Os outros, durante a semana, no Instituto de Santo António dos Portugueses.

Esta outra folha apresentava esquematicamente o rascunho da composição e distribuição dos professores responsáveis pela vigilância durante a realização das provas escritas de exame. Já se apresentaram no capítulo anterior alguns impressos utilizados na EPER (como os das pautas que aparecem mais à frente), mas o exemplar de «boletim de inscrição para exame» que se mostra a seguir tem a particularidade de ostentar o primeiro carimbo (oval) da EPER que se utilizava nesses anos.

Ano lectivo 1982-1983

CALENDÁRIO EXAMES - HORÁRIOS - JÚRIS P. ESCRITAS

<i>DIA DA SEMANA</i>	<i>DIA DO MÊS DE JUNHO</i>	<i>HORARIO</i>	IVª CLASSE	CICLO PREPARATÓRIO	CURSO GERAL	CURSO COMPLEMENTAR	12º ANO
			-	-	-	-	
			-	-	-	-	
<b>DO</b>	<b>12</b>	<b>16.30</b>		<u>Desenho</u> J. Pires + Olívia	<u>Desenho</u> 2 MARIA + ETELVINA Rufina + Lurdes M.	<u>Int. Política</u> F. Pinho + Odete	
		<b>9.00</b>	-	-	<u>Economia</u> 1 A. Denis + M. Amélia F. Pinho + Onúlia	-	
<b>3ª</b>	<b>14</b>	<b>11.00</b>		<u>História</u> J. do Adro + A. Denis	-	-	
		<b>17.30</b>	-	-	<u>Franc./Inglês</u> Drauzon + Odete 1 Virginia + Antónia 2	<u>Filosofia</u> F. Pinho + Mariagrazia	
		<b>9.00</b>	-	-	<u>C. Ambiente</u> 2 J. Kolling + F. Pinho J. Pires + Rufina	-	
<b>4ª</b>	<b>15</b>	<b>11.00</b>		<u>Matemática</u> M. Amélia + J. Pires	-	-	
		<b>17.30</b>	-	-	<u>História</u> J. Pires + F. Pinho	<u>História</u> J. Peixoto + Nestor	
		<b>9.00</b>	-	-	<u>Português</u> J. Onúlia + J. Pires	<u>Italiano</u> Mariagrazia + Nestor	
<b>5ª</b>	<b>16</b>	<b>11.00</b>		<u>Franc./Inglês</u> 2 Carolina + M. Amélia Antónia + J. Pires	-	-	
		<b>17.30</b>	<u>ESCRITA</u> J. Pires Lucialina	-	<u>Matemática</u> 2 Margarida + Nestor F. Pinho + Lurdes M.	-	
		<b>9.00</b>	-	-	<u>F. - Químicas</u> 2 Margarida + Olívia Joaquim Pires + Nestor	<u>Português</u> Mariagr. + F. Pinho	
<b>6ª</b>	<b>17</b>	<b>11.00</b>		<u>C. Natureza</u> Olívia + J. Pires	-	-	
		<b>17.30</b>	-	-	-	<u>Ingl. - Francês</u> Ivay + J. Pires Odete + Drauzon	
		<b>9.00</b>	-	<u>Português</u> J. Onúlia + Nestor	<u>C. Sociais</u> J. Kolling + J. Pires	-	
<b>SA</b>	<b>18</b>		-	-	-	-	



Ano lectivo de \_\_\_\_\_

BOLETIM DE INSCRIÇÃO PARA EXAME

CICLO OU CURSO \_\_\_\_\_.

- DISCIPLINAS 1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_  
3. \_\_\_\_\_  
4. \_\_\_\_\_  
5. \_\_\_\_\_  
6. \_\_\_\_\_

Nome do Aluno \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_/\_\_/\_\_\_\_. Natural de \_\_\_\_\_

Freguesia de \_\_\_\_\_ Concelho de \_\_\_\_\_.

Nome do pai \_\_\_\_\_

Telefone do Aluno \_\_\_\_\_.

Deseja fazer exame das disciplinas indicadas. \_\_\_\_\_

Passaporte \_\_\_\_\_, emitido em (data) \_\_/\_\_/\_\_\_\_, em (lugar)

\_\_\_\_\_.

Data \_\_\_\_\_

assinatura do Aluno \_\_\_\_\_

-

Nome \_\_\_\_\_ pagou nesta Escola a propina correspondente a \_\_\_ disciplina(s) do (curso ou ciclo) \_\_\_\_\_.

(Carimbo e Assinatura Coordenador)

\*\*\* \*\*

Em anexo, conserva-se cópia do «Boletim de inscrição para exame no 12.º Ano de Escolaridade – Via de ensino» utilizado naqueles anos (frente e verso) [[«BoletimInscricaoExames12ºAno-1»](#)] e do modelo 612-INCM, destinado a fornecer ao Ministério da Educação estatísticas sobre os «Alunos matriculados no Ensino Primário segundo a idade e o sexo, por classes» [[«RelacaoAlunosMatriculados-idade,sexo»](#)].

18maio83

### Instruções finais

Falta completar esta sequência de documentos «originais» aqui reproduzidos em cópia com a circular de 18 de maio de 1983, contendo informações (e instruções) pertinentes na fase final do ano, como preparação para o cumprimento cabal das normas relativas aos exames e o fornecimento de dados indispensáveis para a conclusão de todo esse processo e a preparação do ano letivo seguinte. Solicitava-se o cumprimento fiel de tudo quanto indicado, «para que tudo fique bem feito e legal»... Conserva-se a versão original dessa comunicação, que serviu de matriz para as fotocópias distribuídas a cada professor.

Caro Colega,

Roma, 18 de Maio de 1983.

Aproximando-se o fim do ano lectivo, antes que a partida para férias torne impossível o contacto, seja-me permitido "exigir" mais este esforço da tua parte, além do trabalho que desempenhaste na Escola ao longo deste ano: entregar, até ao dia 29 deste mês de Maio, na secretaria da Escola (ou a algum dos responsáveis por ela), a seguinte documentação:

1) Número de horas de aula efectivamente leccionadas na(s) matéria(s) a teu cargo, incluindo a semana que termina no dia 5 de Junho, a serem "gratificadas" com a quantia estabelecida no início do ano (5.000 liras×Hora): é desnecessário apelar para a responsabilidade individual na contagem desse tempo, para facilitar o trabalho (de controlo) da secretaria. Especificar a matéria leccionada, curso/classe e horário.

2) Alguns dados para a organização do próximo ano:

a) Se podes continuar a colaborar na Escola no próximo ano, e a que matéria de que ciclo/curso te proporias; b) Há alguém no horizonte dos teus conhecimentos que poderia para o ano dar uma mão (possivelmente ambas), leccionando alguma matéria? Se pensas que sim, apresenta-a: habilitações, quem é, o que faz, endereço...

Nota: Também sobre este ponto, creio que é desnecessário recordar-te que a Escola ou é sentida como uma tarefa própria de cada um, ou não será possível manter e ainda menos desenvolver as suas potencialidades.

3) A fase conclusiva do ano, que se enxerta já na "projectação" do novo ano, é um tempo especialmente denso de encargos, a todos os níveis, mas sobretudo no que diz respeito à papelada que é necessário preparar para que tudo fique registado e legal: um preço elevado que se paga à burocracia... Sinto o dever de pedir a cada professor que contribua efectivamente para tornar menos oneroso às poucas pessoas que depois devem prestar contas dessa ingrata tarefa, cumprindo até ao fim todas as "formalidades" inerentes à parte que lhe cabe no processo de exames. Assim:

a) Quem tiver exames de passagem a fazer, organize e apresente na secretaria uma documentação o mais completa possível sobre as provas de passagem realizadas e os resultados conseguidos por cada Aluno. Uma avaliação geral da classe e observações particulares sobre cada Aluno, aprovados ou reprovados, seria muito útil para o professor que vier para o ano;

b) Os professores que fizerem parte de júris de exames (escritos e orais) recordem-se de "aprender" as normas relativas à realização de exames que se encontram na Secretaria, a fim de que os exames decorram no cumprimento dessas mesmas normas. Além disso, não se esqueçam de assinar depois os termos, pautas e actas onde esteja prevista a respectiva assinatura.

c) Todos os professores são convidados a restituir os livros e registos da Escola que tiverem utilizado durante o ano.

d) Os professores que prevejam não poder participar na última ASSEMBLEIA DE PROFESSORES que terá lugar a seguir aos exames (dia 23 ou 25 de Junho), dada a importância que essa reunião irá assumir, deveriam preparar um apontamento escrito, ao mesmo tempo conciso e claro, com as próprias ideias acerca dos pontos fundamentais relativos à organização e futuro da Escola debatidos durante este ano, que seriam depois tomado em consideração.

4) Esqueci alguma coisa?

Um muito obrigado, boas férias, e... bom trabalho!

*Fernando Pinho*

INSCRIÇÕES PARA EXAMES

Ciclo preparatório dos liceus

Número de Ordem	N O M E S :							
		PORTUGUÊS	HISTÓRIA	MATEMÁTICA	C. NATUREZA	INGLÊS	FRANCÊS	DESENHO
1.	Ana Paula Rodrigues Correia	•	•	•	•		•	•
2.	Ângela Maria Almeida de Brito					•		
3.	Antónia Arcângela Duarte	•	•	•	•		•	
4.	Antónia da Luz Monteiro		•		•			•
5.	Antónia Monteiro da Luz		•		•			•
6.	Artur Orlando Cabral Dias	•	•	•	•		•	•
7.	Carlota Silvéria Almeida	•	•		•		•	
8.	Celeste Oevaldina Lopes dos Reis		•		•			•
9.	Clara Maria Duarte					•		
10.	Crisolinda Júlia Ramos	•	•		•		•	•
11.	Esperança Manuel Rodrigues			•				
12.	Fátima Maria Aleixo Fortes		•		•			•
13.	Filomena Pires Dias	•		•			•	
14.	Georgina Silva Ambrósio	•	•	•	•	•		•
15.	Iracema da Cruz Costa	•	•		•		•	•
16.	Isabel Fontes Pinto		•		•		•	•
17.	Isaura Filomena Lopes			•				
18.	Joana Madalena Fatuda		•		•	•		•
19.	Joaquina de Castro Fernandes	•	•				•	•
20.	Josefa Gregória Delgado		•		•		•	•
21.	Lidia Silva Vieira			•				
22.	Maria Alice Guerreiro Correia			•		•		
23.	Maria da Ascensão Gonçalves					•		
24.	Maria Celina Mendes	•	•		•		•	•
25.	Maria de Fátima Delgado	•	•	•			•	
26.	Maria Júlia Fernandes Azevedo	•	•				•	•
27.	Maria Luisa Andrade Santos		•		•			•
28.	Maria Piedade Almeida		•		•			•
29.	Maria do Rosário Oliveira Neves	•	•				•	
30.	Maria do Rosário Ramos		•		•			•
31.	Maria Silva dos Reis Boucho	•			•		•	
32.	Quitéria Inocência Delgado	•	•		•	•		
33.	Rosa Maria Duarte			•				
34.	Severina Silvestra Alves dos Reis		•		•			
35.	Silvestra Maria Rodrigues	•	•	•		•		
36.	Silvestra Sofia dos Reis	•	•	•	•	•		•
37.	Teresa do Nascimento Monteiro			•		•		
38.	Virgínia da Luz Lima	•	•			•		•

18 27 14 22 11 15 20

127

INSCRIÇÕES PARA EXAMES

=====

CURSO GERAL (nocturno) - 1ª parte

Número de ORDEM	N O M E S : <u>1ª PARTE</u>	PORTUGUÊS	C. AMBIENTE	C. SOCIAIS	I. ECONOMIA	MATEMÁTICA	F.-QUÍMICA	INGLÊS	FRANCÊS	DESENHO	HISTÓRIA	
1.	Aida Maria Figueiredo Aragão		•									4
3.	Alda Maria Ferreira	•	•		•	•	•			•		6
3.	Alexandra Paula Andrino de Brito	•	•					•		•		4
4.	Alzira Fernandes *)		•	•	•					•	•	5
5.	Alzira do Rosário Pereira					•	•					2
6.	Ana Maria Ferreira Lopes Barbosa		•	•	•						•	4
7.	Ana Maria Neves Spencer	•	•		•	•	•			•	•	7
8.	Ana Paula Ferreira Pereira					•	•			•	•	4
9.	Ana Rosa da Rocha Pinto		•	•	•					•	•	5
10.	Antónia Gertrudes dos Santos	•				•	•					3
11.	Antónia Lau Ah King		•		•	•	•			•		5
12.	Antónia Maria Gomes Évora					•	•					2
13.	Arminda Antónia Vezo		•		•				•	•		4
14.	Bernardino Hopffer Cordeiro Almeida					•						1
15.	Celeste Faria Tavares de Almeida	•	•	•	•		•	•		•		7
16.	Celina Ana Duarte	•	•		•		•			•		5
17.	Celina Maria Antunes Pereira		•	•	•					•	•	5
18.	Clara Maria Duarte (59)		•		•			•				3
19.	Clara Maria Duarte (52)					•	•					2
20.	Constantina Ana Morais	•	•		•	•	•			•		6
21.	Constantina Tomar		•		•					•		3
22.	Cristina Antónia Lopes		•	•						•		3
23.	Leonor Rainha Morgado		•		•		•		•	•		5
24.	Elisete Casal Martins		•		•					•		3
25.	Emília Andrade Ferreira		•		•					•		3
26.	Esperança Manuel Rodrigues	•	•	•	•			•		•		6
27.	Filomena Rita Ferreira Pereira		•		•					•		3
28.	Firmina Lima Maurício	•	•		•					•		4
29.	Floriana Lurdes dos S. Lopes		•		•					•		3
30.	Francisca Ana Pires		•		•	•		•		•		5
31.	Francisca Antónia Brito					•				•		2
32.	Francisca Maria Chantre	•	•		•		•			•		5
33.	Helena dos Santos Firmino		•		•					•		3
34.	Isabel de Jesus Lopes				•							1
35.	Isaura Filomena Lopes		•							•		2

(10) (22) (2) (26) (23) (5) (3) (26) (6)  
↓ ↓ ↓ ↓ ↓ (Continua) ./.

\*) A ser autorizada pelos SEBSPE.

Continuação INSCRIÇÕES PARA EXAMES - CURSO GERAL (IIª PARTE)

Número de ORDEM	N O M E S :  IIª PARTE	PORTUGUÊS	C. AMBIENTE	C. SOCIAIS	I. ECONOMIA	MATEMÁTICA	F.-QUÍMICA	INGLÊS	FRANCÊS	DESENHO	HISTÓRIA	
36.	Jacinta Maria Ramos	•					•	•				3
37.	João Câncio Ascensão Silva				•			•		•		3
38.	Lídia Silva Vieira		•							•		2
39.	Maria Adelaide Vieira de Sousa		•	•	•	•	•			•		6
40.	Maria Alice de Jesus Ribeiro		•	•	•						•	4
41.	Maria Apresentação dos Reis		•						•	•		3
42.	Maria do Céu do Adro da Silva				•	•	•				•	4
43.	Maria da Conceição Jorge Monteiro		•				•			•		3
44.	Maria da Conceição Ramos	•	•		•	•	•			•		6
45.	Maria Cristalina Semedo					•	•					2
46.	Maria Dulce Pereira Maio		•		•					•		3
47.	Maria de Fátima Fernandes Azevedo						•			•		2
48.	Maria Fernanda Mendes		•		•					•		3
49.	Maria Fernanda Souto Costa		•							•		2
50.	Maria Helena de Brito Gonçalves				•		•					2
51.	Maria Helena Castelhamo Leite						•					1
52.	Maria José Pires									•		1
53.	Maria de Lourdes Moniz da Silva					•	•			•		3
54.	Maria de Lourdes Oliveira Neves					•						1
55.	Maria de Lourdes Ramos Fortes					•	•					2
56.	Maria de Lourdes Silos de Brito	•	•		•			•		•		5
57.	Maria da Luz Silva					•	•					2
58.	Maria Madalena Mendes Lopes				•					•		2
59.	Maria Manuela de Brito		•		•					•		3
60.	Maria Manuela Monteiro	•	•	•	•	•	•			•	•	8
61.	Maria Margarida de Jesus Pinto		•							•		2
62.	Maria Odete Lima	•	•		•	•	•		•	•		7
63.	Maria dos Reis Rodrigues	•	•		•					•		4
64.	Maria dos Santos Martins Lopes						•					1
65.	Martinha de Abreu						•			•		2
66.	Mercedes Vazquez Páramo						•					1
67.	Natália Maria Sousa	•	•		•	•	•				•	3
68.	Natalina Lopes Martins	•	•		•	•	•	•			•	7
69.	Nelson Neves de Lima Viegas	•	•		•		•			•		5
70.	Olivia de Freitas Candelária							•				1
71.	Riseth Filomena Silva Pina	•	•		•		•			•		5
72.	Rosa Anita Fagundes dos Santos				•	•	•					3
73.	Rosa de Castro Mendes	•	•		•		•	•		•		6
74.	Rosa Maria Duarte		•		•			•				3
75.	Rosa Pimentel Lopes		•		•					•		3
76.	Severina Silvestra Alves dos Reis								•			1
77.	Vigilia Teresa Martins	•	•	•	•		•		•	•		7

8=4; 7=5; 6=6; 5=11; 4=8; 3=21; 2=15; 1=10

22 49 11 46 25 37 12 6 57 10

(Fim).

INSCRIÇÕES PARA EXAMES

CURSO COMPLEMENTAR

Número de ORDEM	N O M E S							
		PORTUGUÊS	HISTORIA	I. POLÍTICA	FILOSOFIA	INGLÊS	FRANCÊS	ITALIANO
1.	Alina da Silva Martins		•	•			•	•
2.	Alzira do Rosário Pereira							•
3.	Ana Paula Ferreira Pereira					•		•
4.	Angelina Coelho Cabral							•
5.	Antonina da Silva Martins		•	•			•	•
6.	Bernardino Hopffer C. Almada	•	•	•	•		•	•
7.	Cândido Mateus Santos		•	•		•		•
8.	Domingas Natália de Boavida		•	•				•
9.	Glória de Gouveia		•	•				•
10.	Graca Maria Nunes Fernandes				•			
11.	Maria do Céu Araújo		•	•				•
12.	Maria Filomena Lólis		•	•				•
13.	Maria José Mendes Évora		•	•	•	•		•
14.	Maria Lúcia Chaves Almeida						•	
15.	Maria de Lourdes Oliveira Neves							•
16.	Olvívia de Freitas Candelária		•					•
17.	Rosa Dolores Bernardo de Pinho	•	•	•	•		•	•
		2	11	10	3	3	6	15

12º ANO

Número de ORDEM	N O M E S								
		PORTUGUÊS	FILOSOFIA	INGLÊS	FRANCÊS	ALEMÃO	MATEMÁTICA	GEO. DESCR.	GEOGRAFIA
1.	Antónia Vitorina Gomes	•		•		•			
2.	Graca Maria Nunes Fernandes		•		•				
3.	Margarida Agostinho da S. Dias	•		•		•			
4.	Maria Carlota Miranda P. de Almeida						•	•	•
5.	Maria Crescência Mota	•		•		•			
6.	Maria Dulce Araújo Évora	•			•	•			
7.	Maria Lúcia Chaves Almeida	•			•	•			
8.	Maria de Lourdes Jesus	•		•		•			
9.	Maria de Lurdes Ferreira Martins	•		•		•			
		7	1	5	3	7	1	1	1

Estas listas, utilizadas também como registo visual dos nomes dos alunos e das disciplinas de exame, serviram igualmente para um controlo imediato da situação de cada aluno e para registar alterações ao ponto de partida, logo após as inscrições, nomeadamente desistências ou integrações e faltas. Durante a realização das provas, foram utilizadas para controlo, anotações/

observações e, noutra cópia sem marcas, para rascunho dos resultados. O registo estatístico destes dados fornece os seguintes quadros gerais de aproveitamento, por disciplinas.

Ciclo Preparatório	Inscrições para exame	Desistências	Exames realizados	Aprovações	Retenções	% aprovações	% retenções
Português	18	1	17	14	3	82,4	17,6
História	28	4	24	24	0	100,0	0,0
Matemática	14	3	11	7	4	63,6	36,4
C. Natureza	22	3	19	19	0	100,0	0,0
Inglês	11	2	9	4	5	44,4	55,6
Francês	14	0	14	11	3	78,6	21,4
Ed. Visual/Desenho	20	4	16	16	0	100,0	0,0

Como se disse, uma análise dos resultados por alunos e médias obtidas, se viesse a ser feito, lançaria uma luz mais nítida sobre o trabalho realizado na Escola e os resultados obtidos pelos seus alunos. Limitamo-nos a mostrar aqui a pauta com esses resultados, completa, de duas disciplinas por nível de ensino. Todas as outras foram reunidas no opúsculo, de 34 páginas [«Exames-Pautas Enviadas SEBSPE-Todas»], para consultar em anexo.

ESCOLA PREPARATÓRIA D. \_\_\_\_\_

ENSINO PREPARATÓRIO – EXAMES DE CANDIDATOS AUTOPROPOSTOS

Disciplina M A T E M Á T I C A Ano lectivo de 19. 82 -1983.

**PAUTA**

Números	Números dos termos de exame	Nomes dos examinandos	Resultado do exame				
			Prova (w) Escrita B	Prova oral C	Classificação final		Aprovação ou reprovado
					A = $\frac{B+C}{2}$	N	
	1	Ana Paula Rodrigues Correia	50	—	—	3	Aprova
	2	Artur Orlando Cabral Dias	78	—	—	4	Aprova
	3	Esperança Manuel Rodrigues	50	—	—	3	Aprova
	4	Filomena Pires Dias	65	—	—	3	Aprova
	5	Georgina Silva Ambrósio	63	—	—	3	Aprova
	6	Isaura Filomena Lopes	91	—	—	5	Aprova
	7	Lídia Silva Viera	29	—	—	2	Reprov.
	8	Rosa Maria Duarte	37	—	—	2	Reprov.
	9	Silvestra Maria Rodrigues	29	—	—	2	Reprov.
	10	Silvestra Sofia dos Reis	33	—	—	2	Reprov.
	11	Teresa do Nascimento Monteiro	82	—	—	4	Aprova

\_\_\_\_\_ corte para poupar espaço - corte para poupar espaço \_\_\_\_\_

(a) Escrita ou prática.

A } Na escala de 0 a 100  
B }  
C }  
N—Na escala de 1 a 5

Observações \_\_\_\_\_

ROMA, Dato 22 / 06 / 19. 83.

\_\_\_\_\_ Visto. O Presidente do Conselho Directivo, \_\_\_\_\_

Modelo n.º 710 (Exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda) 01-050-1079 (A4-210 mm x 297 mm)

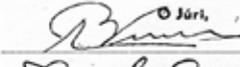
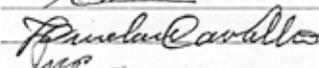
PAUTA

Números	Números dos termos de exame	Nomes dos examinandos	Resultado do exame				Aprovado ou reprovado
			Prova (a)	Prova oral	Classificação final		
					A = $\frac{B+C}{2}$	N	
B	C						
1.		Ana Paula Rodrigues Correia	52	70	61	3	Aprov.
3.		Antónia Arcângela Duarte	62,5	85	73,8	3	Aprov.
6.		Artur Orlando Cabral Dias	86	85	85,5	4	Aprov.
7.		Carlota Silvéria Almeida	46,5	60	53,3	3	Aprov.
10.		Crisolinda Júlia Ramos	57	67	62	3	Aprov.
13.		Filomena Pires Dias	60	70	65	3	Aprov.
14.		Georgina Silva Ambrósio	68,5	70	69,3	3	Aprov.
19.		Joaquina de Castro Fernandes	46,5	60	53,3	3	Aprov.
24.		Maria Celina Mendes	61,5	70	65,8	3	Aprov.
25.		Maria de Fátima Delgado	37	42	39,5	2	Reprovado
26.		Maria Júlia Fernandes Azevedo	58	65	61,5	3	Aprov.
29.		Maria do Rosário Oliv. Neves	40	60	50	3	Aprov.
31.		Maria Silva dos Reis Boucho	54,5	75	63,3	3	Aprov.
32.		Quitéria Inocência Delgado	42,5	45	43,8	2	Reprovado
35.		Silvestra Maria Rodrigues	46	45	45,5	2	Reprovado
36.		Silvestra Sofia dos Reis	64,5	60	62,3	3	Aprov.
38.		Virginia da Luz Lima	75	80	77,5	4	Aprov.

(a) Escrita ou prática.

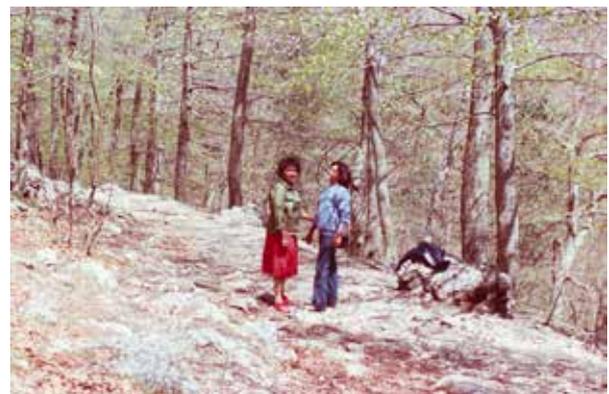
A }  
 B } Na escala de 0 a 100  
 C }  
 N — Na escala de 1 a 5

Data 22.6.1983

Júri,  
  


Observações \_\_\_\_\_

Visto, O Presidente do Conselho Directivo,





MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADES

PAIS ITALIA

AREA CONSULAR ROMA

EXAMES DO CURRÍCULO COMPLETO DE PORTUGUÊS

ANO LECTIVO DE 19<sup>82</sup>/83.

PROVAS ESCRITAS DO CURSO<sup>(a)</sup> GERAL NOCTURNO

DISCIPLINA CIENCIAS DO AMBIENTE - 1ª part

Nº	Nomes dos candidatos	ESCRITA	ORAL	RESULTADO FINAL	OBSERVAÇÕES
1	Alda Maria Ferreira	11,8	---	12	APROVADA
2	Alexandra Paula Andrino de Brito	6,4	---	---	REPROVADA
3	Ana Maria Ferr. Lopes Barbosa	8,8	13	11	APROVADA
4	Ana Maria Neves Spencer	9,5	---	10	APROVADA
5	Ana Rosa da Rocha Pinto	8,7	11	10	APROVADA
6	Antónia Lau Ah King	17,5	---	18	APROVADA
7	Arminda António Vezo	9,0	11	10	APROVADA
8	Celeste Faria Tav. Almeida	17,5	---	18	APROVADA
9	Celina Ana Duarte	14,7	---	15	APROVADA
10	Celina Mª Antunes Pereira	8,3	15	12	APROVADA
11	Clara Maria Duarte (59)	---	---	---	----
12	Constantina Ana Morais	13,6	---	14	APROVADA
13	Constantina Tomar	8,5	11	10	APROVADA
14	Cristina Antónia Lopes	10,7	---	11	APROVADA
15	Leonor Rainha Morgado	10,0	---	10	APROVADA
16	Elisete Casal Martins	16,9	---	17	APROVADA
17	Emília Andrade Ferréira	10,2	---	10	APROVADA
18	Esperança Manuel Rodrigues	5,7	---	---	REPROVADA
19	Filomena Rita Ferr. Pereira	12,4	---	12	APROVADA
20	Firmina Lima Maurício	8,8	15	12	APROVADA
21	Floriana Lurdes dos S. Lopes	8,1	13	11	APROVADA
22	Francisca Ana Pires	10,6	---	11	APROVADA
23	Francisca Maria Chantre	14,4	---	14	APROVADA
24	Helena dos Santos Firmino	8,1	16	12	APROVADA
25	Isaura Filomena Lopes	10,4	---	10	APROVADA
26	Maria Adelaide Vieira Sousa	18,4	---	18	APROVADA
27	Maria Alice Jesus Ribeiro	10,1	---	10	APROVADA
28	Maria da Conc. Jorge Monteiro	16,1	---	16	APROVADA
29	Maria da Conceição Ramos	16,1	---	16	APROVADA

DATA ROMA, 21 de JUNHO de 19 83.

O PRESIDENTE

*Luís António...*

O SECRETARIO

*Victor Adelle Eckert*

b)

Os resultados dos exames no Curso Geral eram particularmente preocupantes em algumas disciplinas, a começar pelo Português (mais de 1/3 de reprovações), mas especialmente nas duas disciplinas que são a *crux et martyrimum* de todos os estudantes, Matemática e Físico-Química. Nestas, mais de metade dos alunos não conseguiram aproveitamento. Não seria difícil encontrar explicações para esse «descalabro», que abrangia também uma outra disciplina geralmente considerada «secundária» (Desenho). Os professores, nas suas reuniões de avaliação, debruçaram-se sobre algumas das causas, que analisaram e às quais procuraram pôr remédio. Felizmente, o insucesso nessas disciplinas só muito marginalmente incidiria nos sucessos obtidos pelos alunos (alunas) na sua pessoal e vida profissional.



EXAMES DO CURRÍCULO COMPLETO DE PORTUGUÊS

ANO LECTIVO DE 1982/83.

PROVAS ESCRITAS DO CURSO<sup>(a)</sup> COMPLEMENTAR DOS LICEUS (nocturno)

DISCIPLINA INTRODUÇÃO À POLÍTICA

Nº	Nomes dos candidatos	ESCRITA	ORAL	RESULTADO FINAL	OBSERVAÇÕES
1	Alina da Silva Martins	7,5	* 9	8	Reprovado
2	Antonina da Silva Martins	9,5	—	10	APROVADA
3	Cândido Mateus Santos	14,5	—	15	APROVADO
4	Domingas Natália de Boavida	9,1	* 10	10	Repr.
5	Glória de Gouveia	9,5	—	10	APROVADA
6	Maria do Céu Araújo	11,5	—	12	APROVADA
7	Maria Filomena Lélis	12,0	—	12	APROVADA
8	Maria José Mendes Évora	12,5	—	13	APROVADA
9	Rosa Dolores Bernardo Pinho	14,0	—	14	APROVADA

corte para poupar espaço - corte para poupar espaço


DATA ROMA, 18 de junho de 1983.

O PRESIDENTE Fernando Pinho O SECRETÁRIO Nestor Adolfo Eckert b)

a) - Curso geral nocturno (liceus) - Complementar dos liceus (nocturno)  
 b) - Rubrica da Autoridade consular ou do Coordenador-Geral do Ensino

## Introdução à Política

Conserva-se em arquivo uma abundante documentação sobre a disciplina de *Introdução à Política* – e facilmente se compreende porquê, tendo quem escreve sido o professor desta disciplina durante muitos anos, desde 1981 até 1988: não só diversos materiais didáticos (os manuais adotados: a *Introdução à Política*, de Maurice Duverger, Estudos Cor, Lisboa, 1975; os dois volumes de *Textos de Introdução à Política*, de Pedro Almiro Neves, da Porto Editora, 1983), mas também apontamentos de outras obras, acetatos, despachos de agência e vários enunciados de *pontos* utilizados ao longo do ano, bem como o enunciado do exame de 1981. Sempre de 1981, guardam-se os originais de dois testes (realizados a 30 de janeiro e a 14 de abril) que, depois de terem sido corrigidos e entregues aos alunos, voltaram às mãos do professor, que os conserva com *reverente respeito*.

Reunida num opúsculo separado de 163 páginas [anexo «*IntrodPolitica-Testes-Materiais*»], toda esta documentação ilustra o modo de trabalhar do professor dessa disciplina e o desempenho dos seus alunos: oferece, pois, um retrato singular de uma realidade plural, pois o procedimento dos restantes professores e os resultados dos alunos nas outras disciplinas não eram certamente de qualidade inferior! Remetendo, pois, para a consulta do referido opúsculo, apresentam-se aqui, aleatoriamente, *algumas* respostas a *algumas* questões de *alguns* testes – apenas *algumas* e só de *alguns* alunos, por óbvias razões de espaço, e também porque poderão (com a devida autorização) ser lidas integralmente no referido suplemento – : o objetivo deste "abuso" destina-se a exemplificar e avaliar o nível *cultural* alcançado pelos alunos da EPER naqueles longínquos tempos.

Sem referência fica um dos testes realizados pelos alunos, que tinha entrado nos cromossomas de quem escreve quando frequentava a disciplina de Filosofia, nos tempos do seu antigo sétimo ano dos liceus, e que era uma forma simultaneamente desafiadora, traiçoeira e "lúdica" de avaliar os conhecimentos adquiridos pelos alunos: o "ponto totobola". O jovem professor dessa disciplina, Prof. Armando Marques da Silva, trouxera dos EUA essa forma de medição de conhecimentos ao frequentar, anos antes, a CUA.<sup>7</sup> Esse exercício tinha a vantagem de os alunos não precisarem de elaborar por escrito o que sabiam da matéria e a desvantagem de conter pelo meio uma ou outra "ra-toeira" que permitia verificar se os conceitos tinham sido devidamente assimilados: era uma maneira de convidar os alunos a "reverem" a matéria dada – e voltarem depois aos livros para verificarem se a haviam mesmo estudado bem. Este teste foi aplicado ano sim, ano não, em 1983, 1985 e 1987. Foram momentos que proporcionaram também gozo – aos alunos e ao professor, que tinha a tarefa da avaliação facilitada, aplicando às folhas de resposta dos alunos uma grelha "com os buracos certos": assinalando a vermelho as células onde não aparecesse a cruzinha do aluno, essas respostas estavam, à partida, erradas.

ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA - Ano letivo de 1982-83 6<sup>o</sup> - 22-05-87  
6<sup>o</sup> - 8/3/1985

INTRODUÇÃO À POLÍTICA: Ponto "totobola" (5<sup>a</sup>-f. 3/2/1983)

I<sup>a</sup> parte: PODER-ESTADO

	SIM	NÃO
1. O estado é uma sociedade perfeita que não depende de nenhuma outra e que domina as restantes.		
2. Uma comunidade humana, caracterizada pela posse em exclusivo de um território, pela existência de laços de solidariedade, de facto e de direito, a unir os seus membros, e pela diferenciação existente no seu seio entre governantes e governados é um estado.		
3. As modernas formas de estado aparecem ao mesmo tempo que se diferenciavam as diversas classes sociais.		
4. O marxismo-leninismo ensina que na fase superior do comunismo, quando as classes e as diferenças de classes tiverem desaparecido, o estado consolidar-se-á e assumirá o grau mais elevado da sua utilidade ao serviço de todos.		
5. A nação é a personificação jurídica do estado. O que constitui de direito um estado é a existência, em qualquer sociedade de homens, duma autoridade superior às vontades individuais.		
6. O Estado é a instituição das instituições; engloba o conjunto das outras instituições, sem que nenhuma outra instituição o inclua.		
7. Segundo Emile Durkheim, o estado é um órgão especial, encarregado de elaborar determinadas representações que valem para a comunidade, distinguindo-se claramente da sociedade política.		
8. "O Estado sou eu": esta frase, atribuída a Rousseau, significa que na monarquia absoluta o príncipe se identifica com o Estado, e o povo é excluído do poder.		
9. "Em qualquer País o poder exerce-se através de um certo número de organismos. O estado é constituído pelo conjunto destes organismos": Esta frase, tirada da literatura de divulgação comunista, reflecte a visão segundo a qual o estado é separado da sociedade política e é constituído pelos governantes e os seus agentes.		
10. O estado é o órgão habilitado a empregar o poder e a coerção. Constituído por peritos e especialistas da ordem e do bem-estar público, ele actua como um instrumento em relação ao corpo político. A sociedade política é o todo; o estado é apenas a parte dominante ou especializada: segundo estas afirmações, que são de Jacques Maritain, este autor católico redus, como Marx, o estado ao poder.		
II <sup>a</sup> PARTE: A AUTOCRACIA		
11. A autocracia é o sistema político no qual o soberano recebe o poder dele próprio e só reconhece autoridade acima dele vinda das Leis emanadas pelo parlamento.		
12. O sorteio é uma das formas de acesso ao poder, largamente usada hoje na designação dos presidentes da República, mas raramente usada na antiguidade, porque provocava lutas sangrentas entre os candidatos.		
13. A cooptação é uma forma de eleger ou designar para um cargo uma ou mais pessoas determinadas, segundo as preferências das pessoas que já integram ou são responsáveis pelos órgãos em que a pessoa a cooptar irá inserir-se.		
14. A autocracia é o regime em que existe apenas um centro único de força política; a monocracia é o regime em que os governantes só têm o seu poder por si próprios.		

As afirmações das noventa perguntas, ou questões, eram, em prática, uma transcrição quase literal do texto do manual adotado, tendo em vista precisamente a compreensão dos conteúdos expostos, sem excessiva "manipulação" dos enunciados, embora exigindo ideias bem claras acerca dos temas estudados: algumas eram exposições relativamente longas e a última era propositadamente a mais extensa. A referência em que largamente se baseava o conteúdo da disciplina era o manual de Maurice Duverger – o primeiro texto da "Prova escrita de Introdução à Política", elaborada em Lisboa, para o exame de 1981 era dele –, mas não faltavam referências a outros Autores, como Montesquieu. Karl Marx estava sempre no horizonte, como "fiscal" do pensamento então tido como correto e "obrigatório". Deixando de parte os materiais elaborados, nomeadamente acetatos escritos à mão, passemos a excertos das respostas dos alunos aos testes mencionados. Não se conservam os enunciados, mas as respostas permitem formulá-los.

7 – Catholic University of America, de Washington: as iniciais do nome da universidade formavam uma sigla estranha em português, pois, como ele dizia, brincando, aos seus alunos, para esse termo *não havia feminino*...

Reg. DIA	AGOSTINHO, Marquês	ADDO, José	ADDO, N. de Fátima	ROSAVIDA, Domingos Matéria	CAROL, Angélica Castro	CHAND, Maria Lucia	EVORA, Maria José Moraes	GOULART, Afonso de	LÉLIS, M. Romaneu	MAIA, Manuella	MUNES SIMÕES, M. Ester	RODRIGUES, Celso D.	SANTOS, Cândida	SANTOS, Maria do	Roque, Anália Maria	DOMINGOS, Maria Helena	OBSE Manuel Pontes Vieg
10/1	6	11	13	14	10	10	7	10	15	10	9	10	11	11	13	13	13
11/1	11	14	14	13	14	9	12	8	14	13	13	14	11	11	13	13	13
12/1	17	14	10	15	9	7	11	6	17	15	16	16	16	16	16	16	16
13/1	10	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
14/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
15/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
16/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
17/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
18/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
19/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
20/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
21/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
22/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
23/1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
24/1	16	15	16	16	12	15	12	16	16	16	16	15	15	15	15	15	15
25/1	13	15	11	15,5	7	15	14	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
26/1	6.4.82																

Radio

OGGETTO:

Conversazioni telefoniche mese di ag.set. '83

telefono N° 3894

bolletta N°

080401

Ammontare L. 42.950=

IL CAPO DEL SERVIZIO

1130 exames  
 48 Alunos  
 31 matérias reprovadas 22,7%

30 exames orais  
 Port. Fr. + Ingl.

C. Geral  
 10 disciplinas  
 204 exames  
 75 Alunos  
 37 Reprovados 18,9%

C. Compl.  
 8 disciplinas  
 48 exames  
 20 Alunos  
 3 Reprovações = 6,25%

TOTAL  
 143 Alunos, fixaram  
 388 exames, dos quais  
 123 orais (contando os  
 obrigatórios nos línguas + Port  
 ciclo sup e língua estrange.  
 C. Geral). ficaram  
 41 Reprovados, equivalente a  
 18,29% e bem  
 265 dispensados do oral.  
 = 81,71%

SEM CONTAR OS  
 ALUNOS DOS 4  
 PRIMEIROS ANOS DA  
 ESCOLA (auxílio =  
 ensino Básico)

Desistências / Ciclo 5  
 Geral 15  
 Compl. 5

- FONSECA, Manuel da - Cerromaior;
- " " " - O Fogo e as Cinzas;
- " " " - Poemas Completos;
- GOMES, S. Pereira - Obras Completas;
- GEDEÃO, António - Poesias Completas;
- SERRÃO, J. Veríssimo - A Historiografia Portuguesa, 3 vols.;
- MARTINS, Oliveira - Teoria do Socialismo.

Directivo - Presidente: Prof. Dr. Leo Inaguirre 11 votos;  
 Dr. José Abaide 6 votos; Sr. José Ferrás 1 voto; Sr. Gerardo  
 Kelling 1 voto; abstencions 1. - Vice-Presidente: Dr. José  
 Abaide 12 votos; Sr. José Ferrás 3 votos; Sra. D. Rufina  
 Anasua de Fonseca 2 votos; Sra. D. Maria Manuela  
 Borja 1 voto; Sr. Fernando Díez 1 voto; abstencions 1.  
 - Secretaris: Sr. José Oliveira Ferrás 5 votos; Sr.  
 Fernando Díez 4 votos; Sr. Alfredo Díez 4 votos; Sra.  
 D. Maria Manuela Borja 3 votos; Sra. D. Rufina  
 Anasua de Fonseca 2 votos; Sr. Francisco Chifalo 1  
 voto; abstencions 1. - Tesorero: Sr. Alfredo de Oliveira  
 Díez 15 votos; Sra. D. Rufina Anasua de Fonseca 2  
 votos; Sr. Roberto Rín 1 voto; abstencions 1. - Conselho  
 Fiscal e a Assembleia aciton por unanimidade  
 a proposit de convidar para Presidente deste Orgão de  
 Associaçõs e Conselho de Cabo Verde em Itihã, Dr.  
 Euclides do Brito. As eleições para os restantes dois  
 membros deram os seguintes resultados: Sra. D.  
 Manuela de Oliveira Borja 7 votos; Sr. Dr. Francisco  
 Chifalo 7 votos; Sra. D. Rufina Anasua de Fonseca

Roma, 10 de Setembro de 1983  
 D. Manuela Ferrás,  
 my main a Escola Portuguesa  
 meu apresenta a V. Ex. cia e  
 Dr. Presidente da República  
 a obra segue sempre com  
 o intencim e simpatia -  
 parabeniza muito cordial  
 melhor voto por meu  
 Feliz Natal  
 um ano novo cheio de  
 paz e prosperidade.  
 F. M. A.

1ª Estas fases têm origem remotas e nasceram por contradição ao Tratado de Santa Aliança (1815) no qual os monarcas deviam recuperar os territórios que possuíam antes de 1789, e baseado no princípio de legitimidade e ordem pública realizou-se com compensações, sem respeito pela etnia dos povos. Foi daí que partiu o atrito ou o "grito de vida a nação".

A Europa aristocrática procurava isolar e manter o seu regime. Mas as E.U.A já independente e com medo de perder a sua independência; declarou através do seu presidente Trotsky, que seria uma regressão qualquer intervenção estrangeira e que ajudaria outros estados se fossem precedidos: foi

o Sr. Dr. Vasco,

reabrir a discussão com a vontade o momento que lhe ha's anos me o Sr. Doutor e o Sr. Pádua de Freitas: a nome Escola continua a receber de Porto Estima uma atenção e atenção ao empenho que nos cabe de garantir.

Tenho para uma vez mais o prazer de transmitir os melhores votos por um feliz Natal e um novo Ano cheio de paz e prosperidade.

Fernando Pinho

Roma, 10 de Dezembro de 1983

Vista di cartina ai Responsabili Collegio Ameline e Istituto.

- Contatto - verifica funzionamento delle classi: organigramma "nuovo"
- Prospetto Alleni, suddiviso per razionalità, età, sesso, attività, classi. F
- Quadro attività
  - ecclésiasti: attività pastorale (di se ne incarica)
  - sociali: gite, incontri (cantaque), conferenze a No
  - culturali: giornale, cinema, visite guidate, gite,
  - scuolastici: "dopo scuola" inglese, altre materie e
- Organizzare la biblioteca (distrib. libri)
- Atti principali da compiere: proiezione
- Contatti con l'Amb. di Capo Verde → o il governo.
- Appello all'UNESCO (?)
- Sintesi norme sulla scuola: dal MEC -
- Organizzazione dell'anno prossimo: qualche professo
- Contatti con Jorge e Carlo (Opito).

Sr.ª D. Manuela Aguiar,

é ainda bem viva em todos nós  
a recordação da visita com que  
V. Ex.ª nos honrou a nossa Escola  
em Outubro passado.

É com muita alegria que  
lhe transmito os votos mais  
cordiais de todos os Alunos e  
Professores da Escola Portuguesa  
de Roma por um feliz Natal  
e um Novo Ano cheio de  
paz, serenidade e prosperidade.

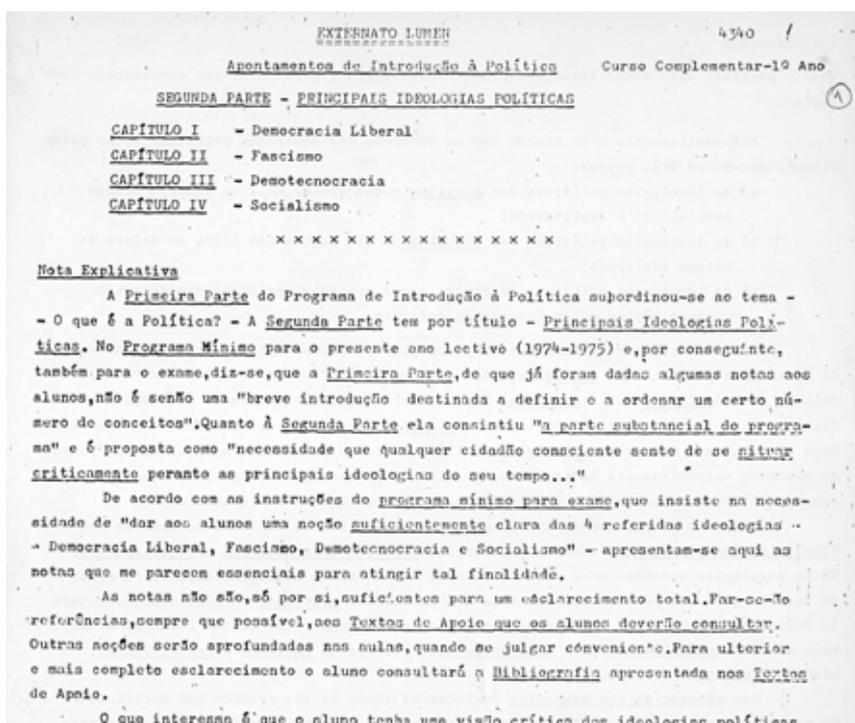
Fernando Pinho

Para terminar esta *entrada* na sala de aulas de uma das disciplinas, neste caso, do Curso Complementar, faltaria ainda referir e exemplificar, como fonte utilizada, a *sebenta* que serviu para a elaboração de materiais e preparação das aulas, vinda do Externato Lumen, um autêntico *Manual de História Política*, em fotocópias tamanho A3, contendo a matéria de todos os tópicos do programa.

Tinha a seguinte introdução, bem expressiva do clima e das intenções dessa disciplina: *A política, sobretudo quando é feita à esquerda, implica determinação, fidelidade aos princípios e, principalmente, coragem. Essa foi a lição cívica que nos legaram os nossos mestres. Jaime Cortesão, António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e essa grande figura político-militar da resistência antifascista que foi Norton de Matos. Com o sentido da modéstia própria, mas também com uma permanente preocupação de dignidade, a essa lição cívica temos procurado ser fiéis, durante toda a vida – e, principalmente, nas horas de derrota. Até porque o tempo nos tem ensinado que, em política, as derrotas são sempre transitórias— em especial para nós, homens de esquerda, que por formação acreditamos no progresso e nos valores humanos e, portanto, por princípio, recusamos fundamentar a ação política no egoísmo ou em motivações de tipo meramente pessoal. Pela mesma forma que as vitórias são efémeras, aquelas que são plenas e absolutas, não as simples vitórias eleitorais, que dão outro nível mais modesto de satisfação, aquelas que são perfeitas, como esse memorável primeiro de Maio de 1974, em que o destino parece ter parado para fixar o momento exato da história. [...]*



A documentação conservada inclui um conjunto de exames realizados na Escola em 1979 – Introdução à Economia (Curso Geral), Inglês, História e Introdução à Política (Curso Complementar) – e, à semelhança dos testes de Introdução à Política acima referidos, **7 exames** desse ano, na disciplina de *Introdução à Política* [no ficheiro «[ExamesIntrPolítica-19junho1979](#)»], e **15 testes de História**, no Curso Complementar, realizados nos dias 20 (8), 24 (6) e 27 (1) de abril de 1979, bem como alguns apontamentos da matéria exercícios de História que foram restituídos à Escola pelos SEBSPE. Toda essa documentação faz parte de um outro dossiê «[ExerciciosHistoria 20-27abril1979](#)». Pelo interesse histórico de que se reveste, mostra-se aqui apenas a primeira das 99 páginas desse *Manual* e o conteúdo da página 66, que apresenta um quadro comparativo sobre os dois sistemas económicos antagónicos.



# CAPITALISMO E SOCIALISMO

## – ALGUNS PRINCÍPIOS ECONÓMICOS –

### CAPITALISMO

Tipo de economia privada onde dominam as empresas particulares em livre concorrência dirigidas em função das oportunidades de lucro.

A maior parte dos meios de produção (terras e fábricas) e de distribuição (transporte e comércio) pertencem a entidades e empresas privadas.

Como a maior parte dos capitais é propriedade das sociedades privadas, os investimentos dependem fundamentalmente da iniciativa privada.

A economia é descentralizada dependente das múltiplas iniciativas particulares complementares ou concorrentes.

Cada empresa decide onde estabelecer as suas unidades e o que produz; organiza-se tendo em conta os seus próprios lucros.

Produz principalmente produtos de mais procura e os que permitem maiores lucros; nem sempre há interesse em produzir o que na verdade é mais útil. A escolha do consumidor é muitas vezes determinada pela publicidade que influencia a expansão de determinados setores.

O mercado consumidor assegura o equilíbrio entre a oferta e a procura, o que não evita que haja crises de super produção.

A concorrência deve permitir a melhoria de qualidade e o abaixamento de preços através da eliminação das empresas que não são rentáveis.

Como pode haver falência quando uma empresa funciona mal é necessário garantir a produtividade, o que implica uma certa seleção económica.

O comércio tem grande importância. Há numerosas empresas comerciais; algumas firmas dominam os mercados internacionais.

### SOCIALISMO

Tipo de economia coletiva planificada dirigida em função das necessidades de toda a população.

A maior parte dos meios de produção e distribuição pertence ao Estado como representante dos interesses da comunidade.

É o Estado que decide dos investimentos e pertence-lhe o capital.

A economia centralizada depende de um número limitado de organismos que coordenam as atividades de base.

Estabelecem-se planeamentos económicos elaborados pelo Estado em função das necessidades privadas que decidem a atividade de cada empresa: o que produz quanto a modalidades e destino de produção.

O Estado promove o desenvolvimento dos diversos setores de produção de acordo com o que é mais necessário de imediato ou para desenvolvimento do País. O consumo é estritamente condicionado pela produção.

É através da planificação que se procura ajustar a produção às necessidades – o que não evita que por vezes os produtos escasseiem ou haja atrasos que afetem as necessidades de consumo.

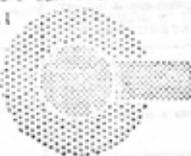
Não há concorrência, é o Estado que estabelece as normas de qualidade e fixa os preços.

No há falências, mesmo quando a empresa funciona mal, o que acarreta dificuldades de gestão para garantir a desejada produtividade.

As atividades comerciais têm uma importância relativamente pequena, o comércio interno é feito através de armazéns do Estado, o comércio externo é monopólio deste.

centro de informação e relações públicas

CIREP



# 12.º ANO DE ESCOLARIDADE

(ANO TERMINAL DO ENSINO SECUNDÁRIO)

## 1 - CRIAÇÃO

Decreto-Lei n.º 240/80  
de 19 de Julho

A informação dos cursos complementares do ensino secundário, iniciada em 1973 com o Despacho Normativo n.º 140-A/73, de 22 de Junho, deu origem ao 10.º e 11.º anos de escolaridade. A concepção orientadora desses novos cursos difere profundamente da anterior, no distinguir áreas de estudos, estabelecendo componentes da formação geral, específicas e vocacionais.

Independientemente das alterações que terão resultado da reforma do ensino, impõe-se desde já, com a criação do 12.º ano de escolaridade, completar o ciclo terminal do ensino secundário.

Pelo Decreto-Lei n.º 491/77, de 23 de Novembro, em substituição do Serviço Cívico Estudantil, foi criado o Ano Propedéutico, apoiado num sistema de ensino à distância por via televisiva, visando preparar o ingresso no ensino superior, limitado pela fixação do *numerus clausus*. Esta solução de recurso, apoiada num tipo de ensino claramente inadequado à faixa etária dos alunos e que se destina, veio contribuir para agravar desajustamentos sociais de índole variada, gerando uma situação a que é necessário pôr fim.

Com a instituição do 12.º ano, extingue-se o Ano Propedéutico, transferindo para aquele não só as características vestibulares relativamente ao ensino superior, mas também toda a experiência e ensinamentos que se foram acumulando.

Acresce, por outro lado, que neste 12.º ano de escolaridade deverão coexistir dois objectivos principais: preparação para o ingresso no ensino superior e início de uma profissionalização necessariamente orientada para a inserção directa na vida activa. A consecução de tais desideratos exige, todavia, o desdobramento deste ano terminal do ensino secundário em duas vias distintas: a do ensino e a profissionalizante, devendo esta última possibilitar também o acesso ao ensino superior.

Reconhecendo, embora, as carências existentes e as dificuldades que de certo se levantarão, tal não deve obstar e que funcione já no próximo ano lectivo, em estabelecimentos de ensino secundário oficial, particular e cooperativo, a via de ensino, iniciando-se simultaneamente a via profissionalizante nos estabelecimentos de ensino que, pela sua localização, equipamento e recursos humanos, estejam minimamente vocacionados e aptos para o funcionamento desses cursos. Os meios necessários poderão ser reunidos com a colaboração dos serviços oficiais dependentes de outros Ministérios e empresas privadas, com as quais será facultada a celebração de convénios.

Assim:

Ouvindo os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — É criado o 12.º ano de escolaridade, que passará a constituir o ano terminal dos cursos complementares do ensino secundário.

2.º — É extinto o Ano Propedéutico do ensino superior e revogada toda a legislação que lhe é aplicável.

Art. 2.º — A articulação, acompanhamento e supervisão pedagógica do 12.º ano serão da competência da Direcção-Geral do Ensino Secundário, cabendo à Direcção-Geral de Pessoal a superintendência administrativa.

Art. 3.º — O 12.º ano será estruturado em duas vias: a via de ensino e a via profissionalizante.

2.º — A via de ensino prepara especificamente para o prosseguimento dos estudos e terá como objectivo reforçar a informação e preparação nas disciplinas básicas adequadas ao ingresso nos diversos cursos do ensino superior.

3.º — A via profissionalizante prepara especificamente para um primeiro nível de qualificação profissional, mediante uma informação e prática em áreas tecnológicas diversificadas.

Art. 4.º — O plano de estudos da via de ensino terá âmbito nacional, sendo constituído por disciplinas obrigatórias e optativas.

2.º — O plano de estudos da via profissionalizante procurará enquadrar-se na satisfação das necessidades e perspectivas de desenvolvimento sócio-económico das regiões.

Art. 5.º — O elenco das disciplinas que integram os planos de estudos do 12.º ano de escolaridade será fixado por despacho do Ministro da Educação e Ciência.

Art. 6.º — O 12.º ano de escolaridade funcionará essencialmente como ensino presencial, sendo ministrado em estabelecimentos de ensino secundário oficial, particular ou cooperativo.

2.º — A via profissionalizante do 12.º ano poderá ainda funcionar em instituições de serviços oficiais dependentes de outros Ministérios, de empresas ou outras instituições privadas.

3.º — Nos casos previstos no número anterior, a colaboração de entidades ou serviços estranhos às escolas obedecerá a convénio a celebrar entre os estabelecimentos de ensino e aquelas entidades ou serviços, mediante parecer da Direcção-Geral do Ensino Secundário e homologação ministerial.

Art. 7.º — A frequência do 12.º ano de escolaridade depende de matrícula.

2.º — Podem matricular-se no 12.º ano os alunos que tiverem completado o 11.º ano e ainda aquelas cujas habilitações forem consideradas equivalentes ou suficientes para o efeito.

3.º — As condições de matrícula e a equivalência ou suficiência de habilitações, bem como o montante das propinas a satisfazer, serão fixadas, conforme os casos, por portaria do Ministro da Educação e Ciência ou em conjunto com o Ministro das Finanças e do Plano.

Art. 8.º — 1.º — A docência do 12.º ano de escolaridade será assegurada por professores do ensino secundário portadores de habilitação académica adequada.

2.º — Para a docência de disciplinas ou áreas específicas da via profissionalizante poderão, se necessário, recorrer-se a contratos com profissionais qualificados das áreas referidas.

3.º — O estatuto e habilitações dos docentes do 12.º ano, bem como as formas e regras de recrutamento dos profissionais referidos no número anterior, serão regulamentados por portaria do Ministro da Educação e Ciência.

Art. 9.º — 1.º — A aprovação em todas as disciplinas de qualquer dos planos de estudos da via de ensino do 12.º ano habilita à candidatura ao ingresso nos cursos do ensino superior, segundo regras a definir para cada curso por portaria do Ministro da Educação e Ciência.

2.º — A aprovação em todas as disciplinas de qualquer dos planos de estudos da via profissionalizante do 12.º ano habilita à candidatura ao ingresso em cursos correspondentes do ensino superior politécnico em condições de bonificação relativamente aos estudantes oriundos da via de ensino.

3.º — A correspondência entre os cursos e o regime de bonificação referidos no n.º 2 do presente artigo serão fixados por portaria do Ministro da Educação e Ciência.

4.º — Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, serão definidas oportunamente as condições que permitirão a alunos habilitados com o 12.º ano da via profissionalizante e com disciplinas do Ano Propedéutico a obtenção dos requisitos de candidatura ao ingresso no ensino superior.

Art. 10.º — 1.º — Sem prejuízo do disposto no artigo 6.º e enquanto não for possível garantir o regime de ensino presencial através da rede de estabelecimentos de ensino secundário, poderão admitir-se regimes mistos de frequência, a definir por portaria do Ministro da Educação e Ciência.

2.º — O estabelecimento dos regimes mistos previstos no número anterior caberá ao Instituto Português de Ensino à Distância, que, para o efeito, procederá em estreita ligação com a Direcção-Geral do Ensino Secundário.

Art. 11.º — O regime estabelecido por este decreto-lei vigorará a partir do ano lectivo de 1980-1981 e será revisto no âmbito de uma futura reorganização do ensino secundário.

Art. 12.º — As dúvidas suscitadas na aplicação do presente diploma serão resolvidas por despacho do Ministro da Educação e Ciência.

Art. 13.º — Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Julho de 1980. — Francisco Sá Carneiro.

Promulgado em 14 de Julho de 1980.

Publica-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

## 2 - ACESSOS

Portaria n.º 410/80  
de 19 de Julho

Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 240/80, de 19 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Ciência, o seguinte:

1.º Os candidatos habilitados com um curso complementar do ensino secundário (licial ou técnico) poderão matricular-se na via de ensino do 12.º ano de escolaridade desde que do plano de estudos desse curso complementar constem as disciplinas consideradas precedentes:

- a) Da disciplina base do curso do 12.º ano de escolaridade pretendido para a frequência; e
- b) De, pelo menos, uma das disciplinas de opção do mesmo curso.

2.º Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se desde já como disciplinas precedentes de cada uma das do 12.º ano de escolaridade:

- a) A disciplina homónima dos cursos complementares do ensino secundário (licial ou técnico), se existir;
- b) A disciplina de Português (Letras) do curso complementar do ensino licial e a mesma disciplina dos cursos complementares do ensino técnico — em relação à disciplina de Literatura Portuguesa do 12.º ano de escolaridade;
- c) A disciplina de Desenho de Arquitectura e Mobilário (do curso complementar de Equipamento e Decoração), a disciplina de Desenho e Composição (dos cursos complementares de Artes do Fogo e de Artes dos Tecidos) e a disciplina de Desenho e Composição Gráfica (dos cursos complementares de Artes Gráficas e de Imagem) — em relação à disciplina de Desenho;
- d) A disciplina de Ciências Físico-Químicas — em relação às disciplinas de Física e Química.

3.º A matrícula nos cursos da via profissionalizante do 12.º ano de escolaridade é facultada aos candida-

O decreto-lei 240/890, de 14 de julho de 1980 – instituindo o 12.º ano de escolaridade e extinguindo o Ano Propedéutico do ensino superior –, e as duas portarias, de 19 e 20 de julho seguinte, regulamentando o acesso, a estrutura geral, as matrículas, as propinas e a avaliação, foram reunidos num opúsculo pelo Centro de Informação e Relações Públicas (CIREP) do Ministério da Educação, e enviados às Escolas, mas, à EPER chegou como se viesse da Índia viajando numa caravela de Afonso de Albuquerque. O atraso compreende-se, visto a realização dos exames do 12.º ano na sua sede ter sido *arrancada a ferros* e ser um caso especial.

O normal teria sido os indivíduos que até à data da abertura da inscrição para exame tivessem completado 18 anos de idade e fizessem prova de habilitação precedente definida pela portaria n.º 429/80, de 19 de julho, apresentarem-se ao exame "na qualidade de autopropostos".

Além dos documentos organizados pelo CIREF em "caderno de consulta", chegou à EPER também a portaria n.º 684/81, de 11 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, que alterava o quadro II anexo à Portaria n.º 419/80, de 19 de julho, determinando que os *candidatos habilitados com um curso complementar do ensino secundário – liceal ou técnico* – poderiam matricular-se na via de ensino do 12.º ano de escolaridade, desde que do plano de estudos desse curso complementar constassem as disciplinas consideradas precedentes.

Em prática, acrescentava especificações aos artigos 3.º, 4.º, 5.º e 7.º do decreto-lei 240/80 e pode ter interesse recordar o que *mandava o Governo*, pelo ministro Vítor Pereira Crespo:

#### **Portaria 684/81, de 11 de Agosto**

Considerando o disposto nos artigos 3.º, 4.º, 5.º e 7.º do Decreto-Lei 240/80, de 19 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Ciência, o seguinte:

I

#### (Via de ensino)

1.º A via de ensino do 12.º ano de escolaridade organiza-se em cinco cursos, cada um dos quais proporciona habilitação suficiente para a candidatura ao ingresso em cursos de ensino superior identificados.

2.º Os cursos da via de ensino do 12.º ano de escolaridade são os constantes do mapa I anexo a esta portaria, no qual são igualmente identificados:

- a) As disciplinas nucleares do 2.º ano complementar que condicionam a matrícula em cada curso dos alunos provenientes daquele grau de ensino;
- b) As áreas de estudo do 11.º ano de escolaridade que condicionam a matrícula em cada curso dos alunos provenientes daquele grau de ensino;
- c) Os cursos de ensino superior a que cada curso permite o acesso em função das disciplinas nucleares referidas na alínea a) ou das áreas de estudo consideradas na alínea b).

3.º Os planos de estudo de cada curso do 12.º ano de escolaridade da via de ensino integram três disciplinas, discriminadas da seguinte forma:

- a) Uma disciplina base;
- b) Uma disciplina de escolha individual, entre as que constam de um conjunto de disciplinas para opção, orientada para a expectativa do curso superior desejado;
- c) Uma disciplina cujo desejo de frequência é priorizado, de entre o mesmo conjunto.

4.º Relativamente a cada curso, a disciplina base e o conjunto do qual são recolhidas as duas outras disciplinas são fixados no mapa I anexo a esta portaria.

5.º Para todas as disciplinas dos diversos cursos da via de ensino do 12.º ano de escolaridade, a carga horária é de quatro horas semanais.

6.º Podem matricular-se em cada curso da via de ensino do 12.º ano de escolaridade:

- a) Os candidatos habilitados com um curso complementar do ensino secundário (liceal ou técnico), desde que do plano de estudos desse curso complementar constem:

As disciplinas nucleares correspondentes a cursos de ensino superior suscetíveis de ser atingidos por meio do curso da via de ensino em que o candidato pretende matricular-se;

A disciplina considerada precedente da disciplina base do curso do 12.º ano de escolaridade pretendido para a frequência;

A disciplina considerada precedente de, pelo menos, uma das disciplinas de opção do mesmo curso;

b) Os alunos aprovados em áreas de estudo determinadas do 11.º ano de escolaridade ou portadores de habilitação considerada equivalente;

c) Os alunos que tenham frequentado o Ano Propedêutico e desejem completar o plano de estudos a que se refere o n.º 3.º desta portaria, aos quais são de aplicar as equivalências constantes do mapa II anexo a esta portaria.

7.º No ato de inscrição no 12.º ano de escolaridade, cada candidato terá em conta que:

- a) A disciplina base é de inscrição obrigatória;
- b) É garantida a frequência da disciplina de escolha individual;

c) Quando possível, deve ser priorizado o desejo de frequência de três outras disciplinas, sendo garantida a frequência de uma delas, de acordo com o número de inscrições e as possibilidades reais da escola.

8.º Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 6.º, consideram-se desde já como disciplinas precedentes de cada uma das do 12.º ano de escolaridade:

- a) A disciplina homónima dos cursos complementares do ensino secundário (liceal ou técnico), se existir;
- b) A disciplina de Português (Letras) do curso complementar do ensino liceal e a mesma disciplina

dos cursos complementares do ensino técnico - em relação à disciplina de Literatura Portuguesa do 12.º ano de escolaridade;

c) A disciplina de Desenho de Arquitetura e Mobiliário (do curso complementar de Equipamento e Decoração), a disciplina de Desenho e Composição (dos cursos complementares de Artes do Fogo e de Artes dos Tecidos) e a disciplina de Desenho e Composição Gráfica (dos cursos complementares de Artes Gráficas e de Imagem) - em relação à disciplina de Desenho;

d) A disciplina de História da Expressão Gráfica (dos cursos complementares de Artes dos Tecidos, de Artes Gráficas e de Imagem) - em relação à disciplina de História das Artes Visuais;

e) A disciplina de Ciências Físico-Químicas - em relação às disciplinas de Física e de Química;

f) A disciplina de Ciências Naturais - em relação às disciplinas de Geologia e de Biologia;

g) A disciplina de Desenho - em relação à disciplina de Geometria Descritiva.

9.º O acesso aos cursos do ensino superior considerados variantes das Línguas e Literaturas Modernas, das Línguas e Literaturas Clássicas e outras dependentes da aprovação no 4.º curso do 12.º ano de escolaridade é condicionado pela aprovação no 2.º ano do curso complementar ou no 11.º ano de escolaridade, nos níveis de línguas estrangeiras e línguas clássicas indicadas para cada curso superior no mapa III anexo a esta portaria.

10.º Os alunos que pretendem seguir os cursos referidos no número anterior têm de cumprir programas da via de ensino do 12.º ano nas disciplinas que tiverem continuidade no ensino superior e nas quais se matricularem de acordo com o disposto no n.º 3 desta portaria.

11.º No acto de inscrição, todos os alunos devem indicar no respetivo boletim se, relativamente às disciplinas de Francês e Inglês, optam pelo programa da via de ensino ou pelos programas de nível imediatamente inferior.

## II

(Via profissionalizante)

12.º A via profissionalizante do 12.º ano de escolaridade organiza-se em cursos, cada um dos quais proporciona formação pré-profissional orientada para atividades determinadas e constitui habilitação suficiente para acesso ao ensino superior po-

litécnico relativamente a cursos correspondentes.

13.º Os cursos da via profissionalizante já organizados constam do mapa IV anexo a esta portaria, sendo identificados, em cada caso, o curso complementar do ensino secundário (liceal ou técnico) e ou a componente de formação vocacional condicionantes da respetiva matrícula e as disciplinas que constituem o plano de estudos.

14.º Podem matricular-se em cada curso da via profissionalizante do 12.º ano de escolaridade:

a) Os candidatos habilitados com um curso complementar do ensino secundário (liceal ou técnico) que, caso a caso, é indicado no mapa IV anexo a esta portaria;

b) Os alunos aprovados em componentes de formação vocacional determinadas do 11.º ano de escolaridade ou outras habilitações reconhecidas como equivalentes por despacho ministerial.

## III

(Situações comuns às duas vias)

15.º Podem matricular-se condicionalmente em qualquer das vias do 12.º ano de escolaridade os candidatos a quem falte apenas uma disciplina para conclusão de um curso complementar do ensino secundário ou do 11.º ano de escolaridade.

16.º É permitida a inscrição simultânea no 12.º ano de escolaridade e em qualquer curso de ensino superior oficial, desde que os alunos possuam as respetivas condições de inscrição referidas nesta portaria.

17.º Dos planos de estudos de todos os cursos das vias de ensino e profissionalizantes do 12.º ano de escolaridade, para além das disciplinas ou atividades referidas nos n.os 3.º e 13.º desta portaria, constam ainda a Religião e Moral e a Educação Física, cuja carga horária é, respetivamente, de uma e duas horas semanais.

18.º Tanto em Religião e Moral como em Educação Física, a matrícula é de natureza facultativa.

19.º São revogadas as Portarias n.os 419/80 e 420/80, ambas de 19 de Julho, a Portaria 928/80, de 4 de Novembro, a Portaria 358/81, de 28 de Abril, e o Despacho Ministerial 267/80, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1980.

Ministério da Educação e Ciência, 17 de Julho de 1981. - O Ministro da Educação e Ciência, Vítor Pereira Crespo.

### **Tardamente enviado...**

A documentação oficial sobre o 12.º Ano terá chegado à Escola já no final do ano letivo. Conserva-se cópia das suas dez páginas, com a habitual *letra anã* do Diário da República, especificando minuciosamente tudo quanto era necessário *saber* quanto à estrutura do novo "ano terminal do Ensino Secundário".

A carta cujo esboço se reproduz e que "despoletou" o envio da documentação ousava propor que a especificidade da EPER fosse tida em consideração, se não no diploma em apreço, com normas expressamente elaboradas para os seus alunos, que os habilitassem, por exemplo, a entrar nos institutos e faculdades de ensino superior italianos em pé de igualdade com os alunos deste país: o curso complementar seria *passaporte* equiparável, mesmo que não servisse para entrada em universidades portuguesas, onde, porém os cabo-verdianos, não havendo no seu país o 12.º ano, eram admitidos com o 11.º ano.

Obviamente, raciocinando *col seno di poi*, estas são considerações que não regem, uma vez que a realidade era a do acesso ao ensino superior com reciprocidade no mundo da escola em ambos os países, e na Europa. Mas, não teria sido possível reconhecer a referida especificidade da EPER da mesma forma que se abria exceção para Cabo Verde? Os seus alunos, eram, afinal, cabo-verdianos.

Tendo a EPER a ambição de oferecer aos seus alunos o currículo completo da escolaridade até ao ensino superior, a história – ou historial – do 12º ano e das façanhas vividas pelos alunos "que lá chegaram" é uma etapa deveras *heroica*, que continuará nos próximos capítulos, pois conseguiu-se *escrever direito por linhas tortas*: o Italiano (Língua e Literatura) viria a ser reconhecido como língua alternativa ao Alemão nesse patamar final da escolaridade. Mas manter-se-ia uma *discriminação* que confirma o *castigo* a que estão sempre expostos os "Ícaros" da História: para o sucesso nesse nível de ensino contará sempre e apenas a nota de exame, a 100%, e não a média ponderada de ambas as classificações, em que a classificação interna de frequência, quantas vezes despudoradamente inflacionada pelas escolas, ainda hoje, "pesa" 3 vezes mais na classificação final – pois, os alunos continuavam a enfrentar os exames como alunos autopropostos!

14jun83

### **Cumprimento escrupuloso**

O primeiro processo de exames do 12.º Ano realizado na EPER, em 1983, teve um percurso atribulado na parte menos interessante, para os alunos, e mais preocupante, para os responsáveis pelo cumprimento escrupuloso de todas as regras, nomeadamente as do sigilo das provas. A sua chegada à Escola exigiu uma maratona de diligências que a carta enviada aos SEBSPE, em 14 de junho, revela nos seus contornos quase "quixotescos". Esse processo, incluindo o escrúpulo de reenviar para Lisboa os envelopes não utilizados (que, entretanto, já não eram segredo para ninguém, tendo as respetivas provas sido realizados em Portugal), poderiam ser aproveitados para uma saborosa cena de um filme... *surreal!*

*Devolvo aos Serviços que V. Ex.cia dirige os exemplares das provas de exame tão amavelmente enviados e entregues pelo pessoal da TAP/Air Portugal, sábado passado, dia 11 c.m., que não chegaram a ser abertos – informava o "Coordenador" da Escola, descrevendo a seguir a situação vivida em Roma.*

*Ao procurar saber, na quinta-feira, dia 9 do corrente, por que é que as provas de exame regularmente enviadas não tinham chegado à Embaixada, e ao mesmo tempo que sugeria a ideia do envio pessoal, através da TAP, no sábado seguinte, cruzaram-se vários telefonemas da Escola com os S.E.B.S.P.E., a Embaixada de Portugal em Roma e a TAP/Air Portugal, nenhum dos quais garantindo a entrega das provas até ao sábado seguinte. A azáfama justificava-se, por um lado, pela vontade inquebrantável de permitir que os alunos realizassem os exames*

*em Roma; por outro, compreendia-se a relutância em abrir exceções para o envio das provas, mesmo a uma Embaixada, ou através dos serviços da companhia aérea de bandeira: em ambos os casos, compreende-se que as possibilidades de quebra de sigilo, acidente ou outra qualquer peripécia que invalidasse as provas em todo o país fosse razão mais do que suficiente para inviabilizar tais hipóteses...*

*Prossegue a narrativa dessa azáfama: Quando o primeiro Secretário da Embaixada de Portugal, Dr. José Guilherme Ataíde, depois de ele mesmo ter contactado também os Serviços da TAP, decidiu ir ao aeroporto de Roma, no dia seguinte, não obstante fosse feriado em Portugal, para ver se conseguia encontrar as provas na mala diplomática do dia 6/6/83 (que ainda não tinha sido entregue), já o sr. Dr. Martins Ferreira me tinha comunicado que possivel-*

mente seguiria pela TAP uma cópia das referidas provas. Na incerteza, melhor duas meias-

Adivinha-se a apreensão e as perplexidades que essa faina terá provocado, sobretudo na Embaixada, sendo ainda por cima dia feriado! Coerentemente, como quem tinha recebido um presente envenenado, a Escola "devolve" os envelopes não utilizados, pois aconteceu que na sexta-feira (dia 10), nos foram entregues pelo Dr. José Ataíde as provas que seguiram pela mala diplomática do dia 6, e no sábado, no aeroporto, pelo pessoal da TAP, o envelope 7110, que agora devolvo, tal como o recebi. Ao pedir desculpa pelo incómodo, manifesto uma vez mais o sincero agradecimento em nome da Escola pela colaboração e compreensão demonstradas nesta ocasião, ...

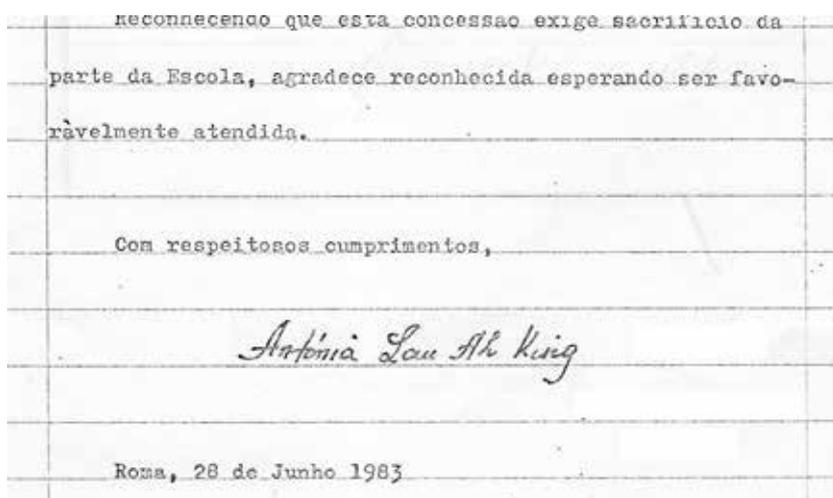
28jun83

### **Exames de segunda época (outubro 1983)**

Com a data de 28 de junho de 1983, conserva-se cópia de três pedidos dirigidos à Escola, e transmitidos aos SEBSPE, por alunas que tinham ficado retidas no Curso Geral e, com diversas motivações desejavam transitar nesse ano para o Curso Complementar. Uma das alunas era religiosa, vivia na *Casa Madonna di Fatima*, e aduzia como justificação para o pedido o facto de a Congregação (das Irmãs Franciscanas) ter "necessidade e urgência" de que ela terminasse o ensino liceal nos dois anos seguintes. Todas tinham dificuldade ou não teriam podido deslocar-se a Portugal para realizarem os exames na segunda época, e uma delas, que já era "enfermeira", assinando o pedido, datiloscrito em folha de papel de 25 linhas, com uma caligrafia invejável, especificava que tinha em vista o seu *aperfeiçoamento profissional*, depois de ter sido *autorizada pelo Ministério da Saúde da República Popular de Moçambique*. É lícito perguntar: quantos doentes, em Moçambique, estariam à espera que esta enfermeira lhes pudesse prestar serviços de maior qualidade, após a especialização – um *aperfeiçoamento profissional* que, nesse caso, terá ficado retido nas malhas da burocracia de um ministério...!

*ANTÓNIA LAU AH KING, Enfermeira Parteira Auxiliar, residente em Roma, Via Giusti 12, tendo vindo a frequentar o Curso Geral dos Liceus Noturno na Escola portuguesa em Roma, onde prestou provas de exame, vem expor o seguinte:*

*Faltando-lhe apenas a disciplina de Matemática para concluir o referido Curso em vista a um aperfeiçoamento profissional, e tendo sido autorizada pelos Serviços do Ministério de Saúde da Republica Popular de Moçambique, vem solicitar Ex.ma Direção da Escola Portuguesa lhe seja concedido repetir o exame de Matemática em setembro, pois ficou reprovada na prova escrita feita em junho.*



*Reconhecendo que esta concessão exige sacrifício da parte da Escola, agradece reconhecida, esperando ser favoravelmente atendida – com esta frase e respeitosos cumprimentos, terminava o pedido desta enfermeira...*

*Doía, não poder despachar, atender favoravelmente um pedido como este – e os das outras duas colegas da enfermeira [não eram «recursos», que também poderiam*

*ter apresentado] – e não se tratava de caprichos, mas de situações de vida que poderiam ter obtido da parte das "Autoridades" uma resposta facilitadora, indo ao encontro das legítimas aspirações de pessoas que pretendiam dar o seu melhor contributo à sociedade, preparando-se para assumir e desempenhar nela o seu papel.*

Estes, os outros dois pedidos, manuscritos:

Motivos que me levam a pedir para repetir a prova escrita de matemática, em Setembro, inicio que me faltava terminar o curso geral.

Costumava a estudar nessa escola; frequentando o 1.º ano e o 2.º ano em dois anos, limite máximo, pois a Congregação precisa de mais essa esta preparação, e pois deste período.

Ter mais tempo e facilidade para me preparar neste período de férias do que durante o ano.

Para de Deus Oliveira Pereira

5737731

Ex.ª Direcção da Escola Portuguesa em Roua:

Motivos que me levam a pedir para ser permitido repetir a prova de matemática do Curso Geral em Setembro.

- 1.º - O facto de ter reprovado em grupo que me impediu de concluir o Curso Geral, pois me faltava apenas esta disciplina.
- 2.º - Gostaria de fazer nesta Escola o Curso Complementar.
- 3.º - A Congregação tem necessidade e urgência de que eu termine nestes dois anos, próximos, este curso e com a matemática não me será possível.
- 4.º - Não tenho possibilidade de me deslocar a Portugal este ano, ou de fazer esta tentativa.

Espero a vossa compreensão e me tenham em conta para realizar o que espero de mim.

Agradecendo, envio cumprimentos.

Alzira do Rosário Pereira.

**AVALIAÇÃO 12.º ANO** [Despacho nº EJ/82]

Entretanto, tardiamente, foi chegando à EPER «toda» a documentação relativa ao 12.º Ano! Entre a documentação reunida no dossiê de 1982-83 conserva-se cópia do despacho nº 2/ EJ/82, de 12 de janeiro. relativo à *avaliação do rendimento escolar dos alunos do 12.º ano de escolaridade. Ao abrigo do Decreto-lei nº 47587 de 10 de março de 1967, determino...* Seguiam-se os *preceitos* de 13 *Disposições Gerais*, com base nos quais deveria ser feita a avaliação, as condições de utilização da 2ª época, constantes no despacho 68/81, de 21 de dezembro, o calendário de exames, as normas para a correção e classificação das provas escritas, por um júri nacional, a serem registadas em livro de termos, e outras 13 *Disposições específicas*, relativas às disciplinas e respetivas fórmulas de classificação, em ambas as vias de ensino (profissionalizante e de Ensino), mais 4 *Disposições aplicáveis aos alunos do ensino individual e doméstico ou de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo sem paralelismo pedagógico* – que eram *as fixadas para os alunos do ensino oficial*. Por fim, as restantes disposições relativas a "candidatos autopropostos". Era o caso dos alunos da EPER, para os quais, em prática, nada mudava em termos de processo burocrático, mas "tudo mudava" relativamente ao facto de, como se disse, ao contrário dos alunos das escolas em Portugal, não contar para a classificação de exame, a hoje chamada *Classificação interna de frequência*, isto é, a avaliação do trabalho realizado durante o ano. Assim, contando exclusivamente a nota de exame, não admira e compreende-se que os resultados dos exames realizados em Roma, corrigidos em Portugal, não correspondessem às expectativas, *destoassem* na pauta e desiludissem – alunos e professores –, pois a classificação obtida pelos alunos não tinha sido *equilibrada* com o valor de classificações que teriam tido em conta o trabalho realizado e os saberes adquiridos durante o ano e que não foram *testados* na prova final de exame (sem contar o nervosismo e outras circunstâncias que obviamente terão influído na prestação dos alunos).

**Resultados exames 12.º Ano em 1982-83**

Os resultados, comunicados por telefone – chamadas justificadas pelo interesse e importância das informações, para os alunos e a própria Escola – eram muito heterogêneos. Eis os apontamentos tirados durante as chamadas, recebendo as informações por disciplinas e por alunos:

**POR DISCIPLINAS**

Filosofia:	11/20;	Alemão:	Desistência da prova (= 0?)
Literatura:	7/20; 10/20; 6/20; 11/20; 8/20; 4/20	Geometria:	19/20;
Francês:	13/20; 14/20.	Matemática:	18/20
Inglês:	6/20; 5/20; 6/20; 4/20; 4/20.	Geografia:	13/20.
História	10/20		

**POR ALUNOS**

Cândido Mateus Santos:	História	10/20
Graça Maria Nunes Fernandes:	Filosofia	11/20
	Inglês	5/20
	Francês	13/20
Maria Carlota Proença de Almeida:	Geometria descritiva	19/20
	Matemática	18/20
	Geografia analítica	13/20
Antónia Vitorina Gomes:	Literatura Portuguesa	7/20
	Inglês	6/20
	Alemão	Folha em branco
Margarida Agostinho	Inglês	6/20
	Literatura Portuguesa	10/20
	Alemão	Folha em branco
Maria Crescência Mota	Inglês	4/20
	Literatura Portuguesa	6/20
	Alemão	Folha em branco



*Os alunos não estavam (estão) preparados para um ponto deste nível. Labutaram durante um ano inteiro, com quatro horas de lição (aula) por semana nesta disciplina oferecida pela Escola, regularmente seguidas (frequentadas) pelos alunos, e com horas extraordinárias com o professor, sobretudo a partir de abril, aulas que também eram dadas na Escola. Acontece que num ano não se consegue de maneira nenhuma estudar a matéria de cinco!*

Reconhecendo e assumindo indiretamente a própria responsabilidade (acreditando, com ingenuidade, que poderia haver para com a EPER uma "benevolência", um regime de exceção que tivesse em conta a sua especificidade...), prosseguia o esboço de carta: *Sinto um certo embaraço ao fazer presente a V. Ex.cia esta situação que aparentemente coloca a Escola de Roma em péssimo lugar. A culpa desta situação não pode porém recair sobre os alunos. E procurava justificar a impreparação da Escola, no caso em questão, que se devia também à ausência inicial de documentação oficial sobre o caso (e a "culpa" não era da EPER: tudo era "novo" nessa matéria), e à disponibilidade na Escola de um professor competente para lecionar esta disciplina: *Inicialmente, pensámos que a disciplina «cujo desejo de frequência é priorizado» (no nosso caso, o Alemão) correspondesse a um nível inferior de conhecimento da matéria e correspondesse a uma fase inicial, de um ano. Sucessivamente, à medida que fomos obtendo cópia da documentação relativa ao 12.º Ano, e depois de termos a certeza que não seria autorizada a substituição da 3ª disciplina do curso pelo Italiano, a vontade de prosseguir fez com que se mantivesse o caminho traçado, sabendo embora que seria muito difícil conseguir uma preparação adequada.**

O esboço da carta termina com duas considerações: *Atendendo à situação específica desta Escola, creio que o nível do Alemão, e também das outras disciplinas de opção, teria podido ser mais acessível para os nossos alunos. Na altura em que se pediram os exames não foi especificado este facto porque ainda não tinha chegado a documentação que o esclarece. Quanto às outras matérias (disciplinas), estudam-se todo o ano e todos temos consciência de que os resultados não serão excelentes. Por tudo isto – acrescenta ainda o esboço<sup>9</sup> – é necessário considerar que a finalidade dos alunos da Escola é a de entrar em institutos ou universidades italianas, estando portanto fora do esquema de preocupações que presidiram à instituição do 12.º Ano como pata-már preliminar de acesso às universidades portuguesas.*

15jul83

### **Exames do 12.º Ano**

No dia 15 de julho de 1983, em vez da carta cujo esboço ficou acima transcrito (como se disse, não tem data mas terá sido *rabiscado* próximo desta data, servindo certamente de rascunho da carta-relatório que a Escola enviou aos SEBSPE sobre como decorreram os exames do 12.º Ano, incluindo uma referência explícita à situação que se verificara relativamente à disciplina de Alemão. O documento, dirigido à responsável pelos S.E.B.S.P.E., Maria Teresa Rio Carvalho, retoma as ideias esboçadas nesse esboço. Ei-lo, integralmente:

*Os exames do 12º ano decorreram normalmente, nos dias e no horário correspondentes aos mesmos exames realizados em Portugal. Esteve sempre presente o Secretário da Embaixada de Portugal em Roma, Dr. José Guilherme Ataíde e eu, além de um ou outro professor dos Alunos que realizaram as provas. Foram respeitados os tempos atribuídos às diferentes matérias.*

*Ao fim de mais esta tarefa, devo recordar de novo que o exame de Alemão, como já fiz presente telefonicamente ao Sr. Dr. Martins Ferreira, não pôde ser realizado, por o nível ser demasiado elevado para os Alunos.*

*O Alemão, proposto pela Escola como terceira matéria do curriculum, pretendia corresponder ao máximo a três anos de lecionação (e, mesmo assim, a um nível bastante baixo), pensando-se no início do ano que essa matéria fosse idealmente a continuação do latim, grego ou alemão do curso complementar dos liceus, matéria que neste Escola é desde há tempos substituída pela disciplina de Língua e Cultura Italiana. Houve no início do ano hesitação sobre o programa (que recebemos só em 1983) e o esforço, verdadeiramente louvável dos Alunos e do professor em pre-*

9 – Todo o parágrafo a seguir aparece rasurado, certamente por parecer inoportuno ou descabido, pois, tratando-se de exames de nível nacional, únicos, não poderia ter havido «adaptação» à especificidade da EPER.

pararem-se para enfrentarem de qualquer modo o exame, não foi recompensado: todos tiveram que desistir.

Aparentemente, não está previsto um nível inferior para esta língua: se assim for, francamente, não vejo como os Alunos possam completar o 12º ano, e já não ousou sequer sugerir soluções alternativas para o caso – exame ad hoc, Italiano em outubro? Lamento porém que, tratando-se de Alunos cabo-verdianos (espero que os três portugueses consigam superá-lo – um deles desistiu das restantes provas, depois da desilusão do Alemão), que têm por objetivo seguir cursos de nível superior em ateneus italianos, e que se tivessem feito o antigo curso complementar em Cabo Verde poderiam mesmo entrar em universidades portuguesas, não se lhes reconheça precisamente esse título de estudo, que todos têm, visto a sua situação arrastar-se desde há muito tempo e o 12º ano, para eles, representar mais uma formalidade do que uma condição indispensável para o fim que desejam conseguir. Por parte da Escola houve uma certa indefinição e incerteza durante este ano, pelo que diz respeito ao 12º ano. Se for possível recorrer a uma solução de compromisso para o caso que se criou, é evidente que no futuro não se deveriam produzir outras situações "irregulares", mesmo que – e oxalá que isso não aconteça, a disciplina de Italiano não possa vir a ser considerada válida para integrar o curriculum do 12º ano nesta Escola.

Aguardando os resultados e eventuais alternativas para os problemas pendentes, não me resta que agradecer uma vez mais muito sinceramente pela atenção e "paciência" com que sempre fomos atendidos pelos Serviços que V. Ex.cia dirige.

23jun83

### Última Assembleia-geral de Professores

A ata da última reunião de professores de 1982/83 foi redigida pela Prof.<sup>a</sup> Manuela Borges e sintetiza os temas abordados. Além de 25 dos 34 professores da EPER, participou nessa assembleia também o Prof. Magnino, na qualidade de presidente da AEPER. Foi dirigido um agradecimento ao Padre José Pires, pela colaboração prestada durante 3 anos à Escola, e foram depois

analisados os resultados dos exames e a muitos alunos que se haviam inscrito des terem frequentado as aulas, obtiveram a própria EPER, em termos de imagem.

261 exames requeridos, verificaram-se 15 sido nas disciplinas de Matemática e Desenho (53%), metade (6/12) a Inglês, (75%). Das 36 desistências desde o mor correspondiam a faltas ou desistências, condição, não considerados válidos por os al do nível inferior a que se haviam submeti

No Curso Complementar, 17 alunos insc e ninguém desistiu, mas onze foram inv condição, não obtiveram aproveitamentaram-se 35 aprovações e 2 reprovações. É interessante conhecer um apontament aos alunos que realizaram exames sob c

- Vi[r]gília Teresa Martins, com o certificado já constavam no certificado, mas falta Matemática, para completar o ciclo;
- Francisca Antónia de Brito – falta só Matem. para concluir (Livro de termos: 3/17);
- Maria Adelaide Vieira de Sousa – concluiu o Curso Geral, com média de

No dia 23 de junho de 1983 efectuou-se a última reunião de professores correspondente ao ano lectivo de 1982-1983. Estavam presentes 25 dos 34 professores existentes, e o Presidente da Associação Prof. Magnino

A reunião iniciou-se com a leitura da acta da reunião anterior que foi aprovada e assinada.

Seguiu-se um agradecimento ao Padre José Pires pela colaboração prestada durante 3 anos à Escola Portuguesa em Roma.

Proseguiu-se com a informação dos dados relativos ao aproveitamento dos alunos durante o ano lectivo que terminava fazendo-se nota que em relação ao ciclo houve uma grande diferença entre os alunos inscritos e aqueles que requeriam exame e se apresentaram. Quanto ao curso geral dos 17 alunos inscritos num total de 261 exames requeridos verificaram-se 151 aprovações, 36 desistências e 73 reprovações, tendo sido

14,7.

- *Elisete C. Martins: enganou-se e fez exames com o nome de Albina C. Martins? Verificar, mas contudo não concluiu o curso geral;*
- *Antónia Gertrudes dos Santos tem História e C. Sociais repetidos, mas não acabou o Curso geral. Porque repetiu as duas disciplinas?*
- *Martinha de Abreu concluiu o Curso Geral.*
- *Maria de Lourdes Oliveira Neves, falta Matemática para concluir o C. Geral (7.63): pediu exames em setembro.*
- *Encerrar Termos Virgínia A. Amaral Livro 2/26 (C. Complementar).*

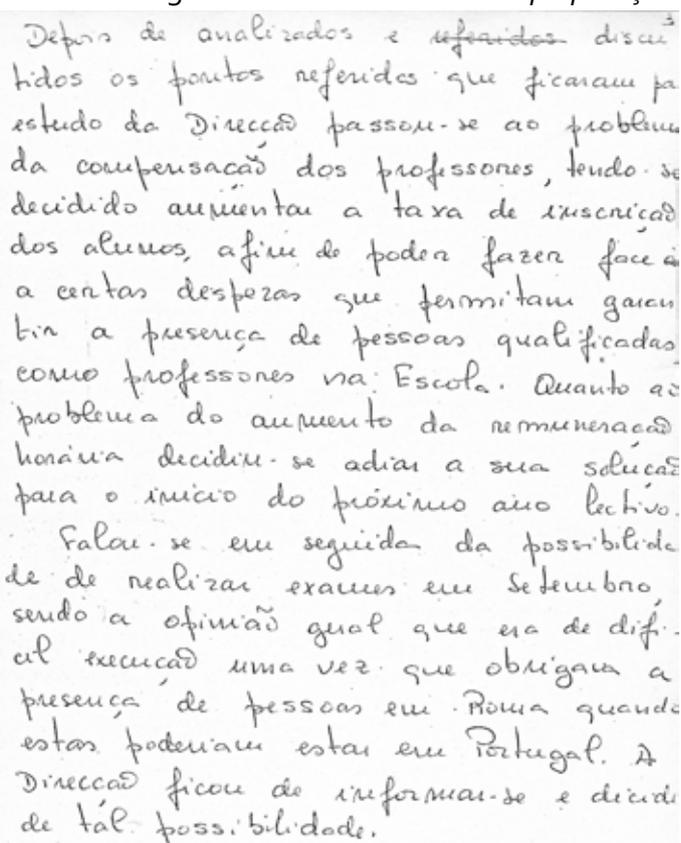
... ..

Os professores questionavam-se sobre o que não tinha funcionado, e debateram algumas propostas de solução, tendo em vista o ano letivo seguinte. Incidir e investir na *preparação de base na língua portuguesa*, verificar mais rigorosamente o nível de preparação dos alunos relativamente ao nível em que se matriculavam, combater *faltas e pontualidade, seja dos alunos seja dos professores*, criar com *urgência uma sala de leitura*.

Estes pontos, sumariamente *analisados e discutidos*, ficaram para estudo da Direção. *Passou-se ao problema da compensação dos professores, tendo-se decidido aumentar a taxa de inscrição dos alunos, a fim de poder fazer face às despesas que permitam garantir a presença de pessoas qualificadas como professores na Escola.* A decisão sobre o aumento da remuneração horária seria tomada no início do próximo ano letivo.

Embora afigurando-se difícil propor aos alunos a possibilidade de realizar exames em setembro, a Direção ficou de informar-se e decidir.

O encontro terminou com a intervenção do Prof. Magnino que informou o corpo docente da EPER sobre a Associação. [[«AtaAssGeralProfs-23jun83»](#)].



Depois de analisados e referidos discutidos os pontos referidos que ficaram para estudo da Direcção passou-se ao problema da compensação dos professores, tendo-se decidido aumentar a taxa de inscrição dos alunos, a fim de poder fazer face às despesas que permitam garantir a presença de pessoas qualificadas como professores na Escola. Quanto ao problema do aumento da remuneração horária decidiu-se adiar a sua solução para o início do próximo ano lectivo. Falou-se em seguida da possibilidade de realizar exames em setembro, sendo a opinião geral que era de difícil execução uma vez que obrigava a presença de pessoas em Roma quando estas poderiam estar em Portugal. A Direcção ficou de informar-se e decidir de tal possibilidade.

28jun83

### **Agradecimento às Irmãs Ursulinas**

Roma, 28 giugno 1983

*A nome di tutti gli Insegnanti e degli Allievi della Scuola, un sentito grazie per tutto quanto ci ha permesso ancora una volta di portare a termine l'anno scolastico. Allo stesso tempo, a come loro, una parola di scusa per quelle piccole cose che potrebbero aver funzionato meglio.*

Estas palavras acompanhavam o cheque de 750.000 liras, valor da gratificação simbólica que tinha sido decidida pelo Conselho Diretivo e incluído na previsão de despesas desse ano.

11jul83

### **Uma nova oferta de livros**

No dia 11 de julho de 1983, a *Escola acusava a receção* e agradecia ao Prof. Doutor Fernando de Mello Moser mais um precioso contributo que, com as obras recebidas, e aqui seguidamente

referenciadas, tornaram o património bibliográfico da EPER uma verdadeira Biblioteca, com um *fundo documental* que incluía obras de vulto, entre as quais a Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura! Estas, as palavras de agradecimento dirigidas ao *Presidente da Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* – ao todo, 162 títulos, que se juntavam ao acervo que se ia progressivamente enriquecendo e tornava *invejável* um património que tornava a EPER, sob esse aspeto, num verdadeiro centro cultural em Roma. Repare-se no endereço ao qual são enviados os livros: «Escola Portuguesa **do** Instituto...»: lapso ou involuntária identificação das duas instituições?

  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES  
 SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
 INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

Exmo. Senhor  
 Director da Escola Portuguesa do Instituto  
 de Sto. António dos Portugueses  
 Via Dei Portoghesi, Nº 2  
 00186  
 ROMA  
 ITÁLIA

Sua referência:	Sua comunicação:	Nossa referência:	Data:
ASSUNTO:		Procº 11 541	
		PUB/83	006213 * 22 JUN. 1983

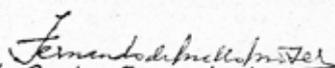
OFERTA DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Satisfazendo um pedido apresentado por V. Exa. à Embaixada de Portugal em Roma e transmitido a este Instituto através da Direcção-Geral das Relações Culturais Externas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, temos o prazer de enviar, como oferta, à biblioteca dessa Escola, as obras cujos títulos constam da listagem anexa, que seguem, em correio separado.

Agradeço a V. Exa. se digne acusar a sua recepção, devolvendo aos nossos serviços, o duplicado da listagem devidamente assinado.

Com os meus melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE,

  
 (Prof. Doutor Fernando de Mello Moser)

*Chegaram regularmente nestes dias à Escola Portuguesa de Roma as obras literárias que o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa houve por bem oferecer à nossa Biblioteca.*

*Não tenho palavras para transmitir a V. Ex.cia os sentimentos de gratidão que experimento pessoalmente, e que serão partilhados no próximo ano por todos os Professores e Alunos da*

*Escola Portuguesa de Roma, podendo beneficiar de tão valioso apoio ao próprio estudo; tenho a certeza que será sempre com profunda alegria e renovada simpatia que as obras que acabam de chegar – e que eu mesmo terei o prazer de catalogar e arrumar nestes meses de férias – serão lidas e consultadas por todos.*

*Um agradecimento particular pelas obras de*

maior valor incluídas na oferta, especialmente agora a parte mais importante da nossa (ainda) Enciclopédia Luso-Brasileira, que constituem a pequena Biblioteca.

Em ANEXO, seguia a listagem assinada das obras oferecidas... DEZ folhas, que se reproduzem para se ter uma ideia dos meios didáticos com que a EPER contava nesses anos de crescimento e consolidação do seu desenvolvimento – e para se ter saudade de semelhante espólio cujo destino-paradeiro atual se desconhece! [Para poupar espaço, foi cortado o cabeçalho do papel timbrado do Instituto nas páginas 2-9, que se repete idêntico ao da primeira página].

  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

ORIGINAL

Proc.º 11 541  
PUB/83

LISTAGEM DE OBRAS OFERECIDAS À BIBLIOTECA DA ESCOLA PORTUGUESA DO INSTITUTO  
DE ST.º. ANTÔNIO DOS PORTUGUESES EM ROMA

- NAMORA, Fernando	- <u>O Trigo e o Joio;</u>
- " "	- <u>Um Sino na Montanha;</u>
- " "	- <u>Resposta a Matilde;</u>
- " "	- <u>O Rio Triste;</u>
- " "	- <u>Encontros;</u>
- " "	- <u>Os Clandestinos;</u>
- " "	- <u>Deuses e Demônios na Medicina, I e II vols.;</u>
- " "	- <u>Cidade Solitária;</u>
- " "	- <u>Os Adoradores do Sol;</u>
- " "	- <u>Cavalgada Cinzenta;</u>
- " "	- <u>Casa da Malta;</u>
- " "	- <u>Diálogo em Setembro;</u>
- " "	- <u>As Frias Madrugadas;</u>
- " "	- <u>O Fogo na Noite Escura;</u>
- " "	- <u>Estamos no Vento;</u>
- " "	- <u>Domingo à Tarde;</u>
- " "	- <u>Minas de San Francisco;</u>
- " "	- <u>Marketing;</u>
- " "	- <u>O Homem Disfarçado;</u>
- " "	- <u>As Sete Partidas do Mundo;</u>
- " "	- <u>Retalhos da Vida de Um Médico;</u>
- " "	- <u>A Noite e a Madrugada;</u>
- " "	- <u>A Nave de Pedra;</u>

- ROCHA, A. Crabbê - Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral;
- CIDADE, Hernani - A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina, 2 vols.
- PIMPÃO, A.J. da Costa - Obras Completas de Gil Vicente;
- FERREIRA, J. Gomes - Relatório de Sombras ou a Memória das Palavras II;
- " " " - Coleccionador de Absurdos ;
- " " " - O Sabor das Trevas;
- " " " - Gaveta de Nuvens;
- " " " - A Memória das Palavras I ou o gosto de falar de mim;
- " " " - 5 Caprichos Teatrais;
- " " " - Imitação dos Dias;
- " " " - Poeta Militante, 1ª e 2ª vol.;
- " " " - O Enigma da Árvore Enamorada;
- " " " - A Poesia Contínua;
- " " " - Aventuras de João Sem Medo;
- " " " - Intervenção Sonâmbula;
- " " " - Tempo Escandinavo;
- " " " - Revolução Necessária;
- CASTRO, Ferreira de - Emigrantes;
- " " " - A Selva;
- " " " - A Curva da Estrada;
- RIBEIRO, Aquilino - O Romance de Camilo, I, II, III;
- " " " - Aldeia;
- " " " - Um Escritor Confessa-se;
- " " " - Cinco Reis de Gente;
- " " " - Luis de Camões, vol. I e II;
- " " " - Alemanha Ensanguentada;
- " " " - O Malthadinhos;
- " " " - Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais;
- " " " - Mônica;
- " " " - Aventura Maravilhosa de D. Sebastião;
- " " " - Quando os Lobos Uivam;

- RIBEIRO, Aquilino - Dom Frei Bertolameu;
- " " " - A Retirada dos Dez Mil;
- " " " - Áreas Encoiradas;
- " " " - Andam Faunos pelos Bosques;
- " " " - O Romance da Raposa;
- " " " - De Meca a Freixo de Espada à Cinta;
- " " " - As Três Mulheres de Sansão;
- " " " - A Casa Grande de Romarigães;
- " " " - Volfrâmio;
- " " " - É a Guerra;
- " " " - Leal da Câmara;
- " " " - Jardim das Tormentas;
- SARAIVA, A. José - O Homem que Matou o Diabo;
- " " " - Luis de Camões;
- " " " - Para a História da Cultura em Portugal, 2 vols.;
- PESSOA, Fernando - Livro do Desassossego, 2 vols.;
- " " " - Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional;
- " " " - Ultimatum e Páginas de Sociologia Política;
- " " " - Da República (1910-1935);
- " " " - Quadras ao Gosto Popular;
- " " " - Poesias Inéditas, 1930-1935;
- " " " - Poesias - de Álvaro de Campos;
- " " " - Novas Poesias Inéditas;
- " " " - Mensagem;
- " " " - Poemas de Alberto Caeiro;
- SERRÃO, Joel - Dicionário de História de Portugal, 6 vols.;
- COELHO, J. do Prado - Dicionário de Literatura, 5 vols.;
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 20 vols.;
- SILVA, A. de Moraes - Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, 5 vols.
- MACHADO, José Pedro - Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 5 vols.;
- RÉGIO, José - Fado;
- " " " - Ensaio de Interpretação Crítica;

- RÉGIO, José - Poemas de Deus e do Diabo;  
 - " " - Jacob e o Anjo;  
 - " " - O Príncipe com Orelhas de Burro;  
 - " " - As Encruzilhadas de Deus;  
 - " " - Três Peças em um Acto;  
 - " " - El-Rei Sebastião;  
 - " " - Cântico Suspenso;  
 - " " - Biografia;  
 - " " - A Velha Casa, 5 vols.;  
 - " " - Hã Mais Mundos;  
 - " " - Mas Deus É Grande;  
 - " " - Jogo da Cabra Cega;  
 - " " - Páginas de Doutrinas e Crítica da "Presença";  
 - " " - Histórias de Mulheres;  
 - FERREIRA, Vergílio - Rápida a Sombra;  
 - " " - Cântico Final;  
 - " " - Estrela Polar;  
 - " " - Alegria Breve;  
 - " " - Carta ao Futuro;  
 - " " - Espaço do Invisível, 1ª, 2ª e 3ª vols.;  
 - " " - Contos;  
 - " " - Invocação ao meu Corpo;  
 - " " - Apelo da Noite;  
 - " " - Signo Sinal;  
 - " " - Conta Corrente, 2 vols.;  
 - " " - Mudança;  
 - " " - Vagão "J";  
 - REDOL, Alves - Gaibóus;  
 - " " - Anúncio;  
 - " " - Glória - Uma Aldeia do Ribatejo;  
 - " " - Olhos de Águia;  
 - " " - Uma Fenda na Muralha;

- REDOL, Alves - Porto Mauis;  
 - " " - A Barca de Sete Lemas;  
 - " " - O Cavalo Espantado;  
 - " " - Avieiros;  
 - " " - Os Homens e as Sombras;  
 - " " - Constantino Guardador de Vacas;  
 - " " - Fanga;  
 - " " - Víndima de Sangue;  
 - " " - Horizonte Cerrado;  
 - " " - Histórias Afluentes;  
 - " " - Marês;  
 - ANDRADE, Eugénio - As Palavras Interditas;  
 - " " - Os Afluentes do Silêncio;  
 - " " - O Peso da Sombra;  
 - " " - Obscuro Domínio;  
 - " " - Matéria Solar;  
 - " " - Memória Douro Rio;  
 - " " - Coração do Dia Mar de Setembro;  
 - " " - Óstinato Rigore;  
 - " " - Primeiros Poemas;  
 - " " - Vespéra da Água;  
 - " " - Trocar de Rosa;  
 - " " - Límiar dos Pássaros;  
 - " " - Rosto Precário;  
 - " " - Poemas de Garcia Lorca;  
 - " " - Poemas e Fragmentos de Saldó;  
 - " " - Cartas Portuguesas Atribuídas a Mariana Alcoforado;  
 - HERCULANO, Alexandre - Eurico o Presbítero;  
 - " " - História de Portugal, 4 vols.;  
 - " " - Lendas e Narrativas, I e II;  
 - " " - O Bobo;  
 - " " - Poesias, tomo I;  
 - " " - Opúsculos, 2 vols.;

- DINIS, Júlio - Uma Família Inglesa;  
 - " " - As Pupilas do Senhor Reitor;  
 - NOBRE, António - Sô;  
 - CORTESÃO, Jaime - Os Descobrimientos Portugueses, 6 vols.;  
 - QUENTAL, A. de - Sonetos;  
 - LAPA, M. Rodrigues - Lições de Literatura Portuguesa;  
 - " " - Historiadores Quinhentistas;  
 - BOCAGE - Opera Omnia, 1ª vol.;  
 - " " - Obras Completas;  
 - MARTINS, Oliveira - História de Portugal;  
 - " " - Temas e Questões;  
 - " " - Portugal Contemporâneo, I e II Vols.;  
 - CORREIA, J. David Pinto - A Peregrinação de Fernão M. Pinto;  
 - SIMÕES, J. Gaspar - Eca de Queiroz - Vida e Obra;  
 - VERDE, Cesário - O Livro de Cesário Verde;  
 - RECKERT, Stephen - Do Cancioneiro de Amigo;  
 - VICENTE, Gil - Os Autos das Barcas;  
 - " " - Auto da Alma;  
 - " " - Farsa de Inês Pereira;  
 - " " - Auto da Barca do Inferno;  
 - " " - Quem Tem Farelos;  
 - " " - Exortação da Guerra;  
 - BRANCO, C. Castelo - O Judeu, 1ª e 2ª vols.;  
 - " " - Teatro, I, II e III vols.;  
 - " " - O Esqueleto;  
 - " " - A Bruxa de Monte Córdova;  
 - " " - Noites de Lamego;  
 - " " - As Três Irmãs;  
 - " " - As Coisas Espantosas;  
 - " " - Esboços de Apreciações Literárias;  
 - " " - Horas de Paz, 1ª e 2ª vols.;  
 - " " - Agulha em Palheiro;  
 - " " - Anos de Prosa;  
 - " " - O Olho de Vidro;  
 - " " - Quatro Horas Inocentes;

- BRANCO, C. Castelo - Mistérios de Lisboa, 3 vols.;  
 - " " - Cenas Inocentes da Comédia Humana;  
 - " " - Cavar em Ruínas;  
 - " " - Um Livro;  
 - " " - Correspondência Epistolar, 2 vols.;  
 - " " - Divindade de Jesus;  
 - " " - Estrelas Funestas;  
 - " " - Anátema;  
 - " " - Cenas da Foz;  
 - " " - Memórias do Cárcere, 2 vols.;  
 - " " - Cousas Leves e Pesadas;  
 - " " - Luta de Gigantes;  
 - " " - Lágrimas Abençoadas;  
 - " " - Cenas Contemporâneas;  
 - " " - O Santo da Montanha;  
 - " " - A Neta do Arcediago;  
 - " " - A Filha do Arcediago;  
 - " " - O Demônio do Ouro, 2 vols.;  
 - " " - Estrelas Propícias;  
 - " " - A Filha do Doutor Negro;  
 - " " - Livro Negro de Padre Dinis, 2 vols.;  
 - " " - Delitos da Mocidade;  
 - " " - Mistérios de Fafe;  
 - " " - O Sangue;  
 - " " - Os Brilhantes do Brasileiro;  
 - " " - O Retrato de Ricardina;  
 - " " - A Corja;  
 - " " - Eusébio Macário;  
 - " " - A Freira no Subterrâneo;  
 - " " - Amor de Salvação;  
 - " " - Riquezas do Pobre e Misérias do Rico;

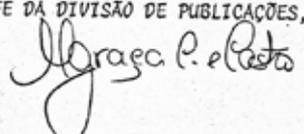
- BRANCO, C. Castelo - <u>Perfis Biográficos</u> ;	- TORGA, Miguel - <u>A Criação do Mundo</u> , 5 vols.;
- " " " - <u>A Filha Regicida</u> ;	- " " " - <u>Libertação</u> ;
- " " " - <u>Mosaico e Silva</u> ;	- " " " - <u>Contos da Montanha</u> ;
- " " " - <u>Carrasco de Victor Hugo</u> ;	- " " " - <u>O Paraíso</u> ;
- " " " - <u>Livro de Consolação</u> ;	- " " " - <u>Cântico do Homem</u> ;
- " " " - <u>Amores do Diabo</u> ;	- " " " - <u>O Outro Livro de Job</u> ;
- " " " - <u>Maria da Fonte</u> ;	- " " " - <u>Lamentação</u> ;
- " " " - <u>A Queda dum Anjo</u> ;	- " " " - <u>Câmara Ardente</u> ;
- " " " - <u>No Bom Jesus do Monte</u> ;	- " " " - <u>Pedras Lavradas</u> ;
- " " " - <u>A Brasileira de Prazins</u> ;	- " " " - <u>Fogo Preso</u> ;
- " " " - <u>Romance de um Homem Rico</u> ;	- " " " - <u>Penas do Purgatório</u> ;
- " " " - <u>José Balsamo</u> ;	- " " " - <u>Víndima</u> ;
- " " " - <u>A Mulher Fatal</u> ;	- " " " - <u>Traço de União</u> ;
- " " " - <u>Perfil do Marquês de Pombal</u> ;	- " " " - <u>Terra Firme</u> ;
- " " " - <u>Novelas do Minho</u> , 2 vols.;	- " " " - <u>Poemas Ibéricos</u> ;
- " " " - <u>Amor de Perdição</u> ;	- " " " - <u>Rua</u> ;
- " " " - <u>Onde Está a Felicidade?</u> ;	- " " " - <u>Portugal</u> ;
- " " " - <u>Doze Casamentos Felizes</u> ;	- VIEIRA, P. António - <u>Sermões</u> , 15 volumes;
- CABRAL, Alexandre - <u>As Novelas de Camilo</u> , 2 vols.;	- JUNQUEIRO, Guerra - <u>"Os Simples"</u> ;
- FERREIRA, António - <u>Poemas Lusitanos</u> ;	- " " " - <u>Finis Patriae</u> ;
- " " " - <u>A Castro</u> ;	- GAMA, Sebastião da - <u>Diário</u> ;
- ESPANCA, Florbela - <u>Sonetos</u> ;	- " " " " - <u>Serra-Mãe</u> ;
- DANTAS, Júlio - <u>A Ceia dos Cardeais</u> ;	- " " " " - <u>O Segredo É Amar</u> ;
- MIRANDA, F. de Sã - <u>Obras Completas</u> , 2 vols.;	- " " " " - <u>Pelo Sonho é que Vamos</u> ;
- GARRETT, Almeida - <u>Obras Completas</u> , 2 vols.;	- ANDRESEN, S. de Mello Breyner - <u>O Cristo Cigano</u> ;
- " " " - <u>Frei Luís de Sousa</u> ;	- " " " " " - <u>Antologia</u> ;
- " " " - <u>Viagens na Minha Terra</u> ;	- " " " " " - <u>Geografia</u> ;
- " " " - <u>Folhas Caídas</u> ;	- BERARDINELLI, C. Serda da Motta - <u>Sonetos de Camões</u> ;
- TORGA, Miguel - <u>Orfeu Rebelde</u> ;	- LISBOA, Irene - <u>Uma Mão Cheia de Nada Outra de Coisa Nenhuma</u> ;
- " " " - <u>Odes</u> ;	- " " " " - <u>Queres Ouvir? Eu Conto</u> ;
- " " " - <u>Antologia Poética</u> ;	- COELHO, A. Borges - <u>A Revolução de 1383</u> ;
- " " " - <u>Novos Contos da Montanha</u> ;	- FONSECA, Manuel da - <u>Aldeia Nova</u> ;
- " " " - <u>Diário</u> , 12 vols.;	- " " " " - <u>Seara de Vento</u> ;
- " " " - <u>Nihil Sibi</u> ;	
- " " " - <u>Bichos</u> ;	
- " " " - <u>Mar</u> ;	

.70

  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
 INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

- FONSECA, Manuel da - Cerromaior;  
 - " " " - O Fogo e as Cinzas;  
 - " " " - Poemas Completos;  
 - GOMES, S. Pereira - Obras Completas;  
 - GEDEÃO, António - Poesias Completas;  
 - SERRÃO, J. Veríssimo - A Historiografia Portuguesa, 3 vols.;

- MARTINS, Oliveira - Teoria do Socialismo.

P.º CHEFE DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES,  


## Contabilidade

Os documentos seguintes ilustram a *folha de pagamentos* da EPER nesse ano, mostrando os montantes de gratificação atribuídos aos professores, a cada um segundo o tempo *oferecido* à Escola. Tais gratificações, que a maioria recebia só no fim do ano, foram sempre entendidas como uma forma simbólica de agradecimento (gratificação) pelo contributo prestado à Escola, em regime de voluntariado.

Os Serviços de Secretaria elaboraram um impresso próprio para registar os subsídios recebidos por cada Professor – alguns, mensalmente, e não apenas no final do ano – que colaborava indicando o número de horas de leccionação efetuadas, que eram obviamente controladas.

*ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA*

00167 Roma (Italia) - Via Innocenzo IV, 18 - Tel. ~~6281621~~  
3070610

Roma, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_.

SUBSÍDIO DE LECCIONAÇÃO

Nome \_\_\_\_\_

Disciplina(s) \_\_\_\_\_

Curso/Classe/Ano \_\_\_\_\_

HORAS LECCIONADAS

Mês (meses) \_\_\_\_\_ de 19\_\_.

Dias \_\_\_\_\_

Número de horas \_\_\_\_\_

Total a receber \_\_\_\_\_

SUBSÍDIOS ANTERIORES

Mês (meses) \_\_\_\_\_

Número de horas \_\_\_\_\_

Total recebido \_\_\_\_\_

RECIBO

Recebi da Escola Portuguesa de Roma, a título de reembolso despesas e gratificação pelas horas de leccionação acima indicadas, a quantia de liras italianas \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )  
por extenso

Roma, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_.

(Assinatura) \_\_\_\_\_



A ESCOLA PORTUGUESA DE ROMA - SUBSIDIOS DE LECCIONAÇÃO E SECRETARIA CORRESPONDIDOS NO ANO LECTIVO DE 1982-1983

ENTREGUE	HORA		NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.	MAR.	AVRIL	MAIO	JUNHO	Total	ASSINATURA
	ENTRADA	SÁDIA (ou 1000)										
ALFREDO DE OLIVEIRA DINIS	→	→	→	→	→	→	→	→	→	23/435	435.000	C. S. DAVIS
LUCIALINA CABRAL	→	→	→	→	→	→	→	→	→	27/280	280.000	Lucialina Cabral
ANGELINA COLHO CABRAL	→	→	→	→	→	→	→	→	→	28/390	390.000	Angelina Colho Cabral
ANTONIA VITORINA GOMES	→	→	→	→	→	→	→	→	→	28/322,5	322.500	Antonia Vitorina Gomes
ANTONIO CARLOS DA C.S. VARELA	→	→	→	→	→	→	→	→	→	25/142,5	142.500	Antonio Carlos da C.S. Varela
BERNARDINO ALEXANDRE DE BRITO	→	→	→	→	→	→	→	→	→	18/80	80.000	Bernardino Alexandre de Brito
CAROLINA MARIA RAMOS PIMENTEL	→	→	→	→	→	→	→	→	→	21/405	405.000	Carolina Maria Ramos Pimentel
ETELVINAPINESLOPES NUNES	→	→	→	→	→	→	→	→	→	29/145	145.000	Etelvina Pineslopes Nunes
EUGENE PHILIPPE-DRAMOU	→	→	→	→	→	→	→	→	→	55/235	235.000	Eugene Philippe Dramou
FERNANDO BERNARDO DE PINHO	→	→	→	→	→	→	→	→	→	45/750	750.000	Fernando Bernardo de Pinho
HENRIQUE LUIS DE OLIVEIRA	→	→	→	→	→	→	→	→	→	75/375	375.000	Henrique Luis de Oliveira
ILDA JOAQUINA DE MENESES	→	→	→	→	→	→	→	→	→	80/400	400.000	Ilda Joaquina de Menezes
IVAN BOUGAARDT	→	→	→	→	→	→	→	→	→	50/250	250.000	Ivan Bougaardt
JOÃO GERALDO KOLLING	→	→	→	→	→	→	→	→	→	43/215	215.000	João Geraldo Kolling
JOAO DA SILVA PEIXOTO	→	→	→	→	→	→	→	→	→	110/550	550.000	João da Silva Peixoto
JOSE ORNELAS CARVALHO	→	→	→	→	→	→	→	→	→	22,5/112,5	112.500	Jose Ornelas Carvalho
JOSE PIRES LOPES NUNES	→	→	→	→	→	→	→	→	→	42/210	210.000	Jose Pires Lopes Nunes
JOSE DA SILVA DO ADRO	→	→	→	→	→	→	→	→	→	63/315	315.000	Jose da Silva do Adro
MARIA AMÉLIA ANICETO PEREIRA	→	→	→	→	→	→	→	→	→	41/205	205.000	Maria Amélia Aniceto Pereira
MARIA CARLOTA	→	→	→	→	→	→	→	→	→	66,5/332,5	332.500	Maria Carlota
MARIA CARVALHO LOPES DA CRUZ	→	→	→	→	→	→	→	→	→	60/300	300.000	Maria Carvalho Lopes da Cruz
MARIA FILOMENA GOMES ARAUJO	→	→	→	→	→	→	→	→	→	54/270	270.000	Maria Filomena Gomes Araujo
MARIA DE LOURDES JESUS	→	→	→	→	→	→	→	→	→	26/130	130.000	Maria de Lourdes Jesus
MARIA DE LURDES F. MARTINS	→	→	→	→	→	→	→	→	→	22/110	110.000	Maria de Lourdes F. Martins
MARIA DO ROSÁRIO DA S. DURANES	→	→	→	→	→	→	→	→	→	56/280	280.000	Maria do Rosário da S. Duranes
MARIA DULCE ARAUJO EVORA	→	→	→	→	→	→	→	→	→	60/300	300.000	Maria Dulce Araujo Evora
MARIAGRAZIA RUSSO	→	→	→	→	→	→	→	→	→	58/290	290.000	Mariagrazia Russo
MARIA MANUELA DE O.T. BORGES	→	→	→	→	→	→	→	→	→	30/150	150.000	Maria Manuela de O.T. Borges
MARIA ODETE MARTINS	→	→	→	→	→	→	→	→	→	58/290	290.000	Maria Odetete Martins
MARIA OLIVIA DIAS	→	→	→	→	→	→	→	→	→	48/240	240.000	Maria Olivia Dias
NESTOR ADOLFO ECKERT	→	→	→	→	→	→	→	→	→	50/250	250.000	Nestor Adolfo Eckert
PAULO PIRES	→	→	→	→	→	→	→	→	→	43/215	215.000	Paulo Pires
QUERUBIM JOSE PEREIRA DA SILVA	→	→	→	→	→	→	→	→	→	890/650	890.000	Querubim Jose Pereira da Silva
RUFINA MARQUES DA FONSECA	→	→	→	→	→	→	→	→	→	57/285	285.000	Rufina Marques da Fonseca
VIRGINIA MARIA ABRANTES AMARAL	→	→	→	→	→	→	→	→	→	145/725	725.000	Virginia Maria Abrantes Amaral
Mariagrazia Russo	→	→	→	→	→	→	→	→	→	145/725	725.000	Mariagrazia Russo
RUFINA Marques da Fonseca	→	→	→	→	→	→	→	→	→	9/45	45.000	Rufina Marques da Fonseca
Maria de Lurdes F. Martins	→	→	→	→	→	→	→	→	→	10/50	50.000	Maria de Lurdes F. Martins
Fernando B. de Pinho	→	→	→	→	→	→	→	→	→	7/35	35.000	Fernando B. de Pinho
										10/50	50.000	
										6/30	30.000	
										18/90	90.000	
										7/35	35.000	
										6/30	30.000	
										4/20	20.000	
										4/20	20.000	
										5/25	25.000	
										12/60	60.000	
										9/45	45.000	
										2/10	10.000	
										10/50	50.000	
										4/20	20.000	
										2/10	10.000	
										18/90	90.000	
										7/35	35.000	
										6/30	30.000	
										4/20	20.000	
										4/20	20.000	
										5/25	25.000	
										12/60	60.000	
										9/45	45.000	
										2/10	10.000	
										10/50	50.000	
										4/20	20.000	
										2/10	10.000	
										18/90	90.000	
										7/35	35.000	
										6/30	30.000	
										4/20	20.000	
										4/20	20.000	
										5/25	25.000	
										12/60	60.000	
										9/45	45.000	
										2/10	10.000	
										10/50	50.000	
										4/20	20.000	
										2/10	10.000	
										18/90	90.000	
										7/35	35.000	
										6/30	30.000	
										4/20	20.000	
										4/20	20.000	
										5/25	25.000	
										12/60	60.000	
										9/45	45.000	
										2/10	10.000	
										10/50	50.000	
										4/20	20.000	
										2/10	10.000	
										18/90	90.000	
										7/35	35.000	
										6/30	30.000	
										4/20	20.000	
										4/20	20.000	
										5/25	25.000	
										12/60	60.000	
										9/45	45.000	
										2/10	10.000	
										10/50	50.000	
										4/20	20.000	
										2/10	10.000	
										18/90	90.000	
										7/35	35.000	
										6/30	30.000	
										4/20	20.000	
										4/20	20.000	
										5/25	25.000	
										12/60	60.000	
										9/45	45.000	
										2/10	10.000	
										10/50	50.000	
										4/20	20.000	
										2/10	10.000	
										18/90	90.000	
										7/35	35.000	
										6/30	30.000	
										4/20	20.000	
										4/20	20.000	
										5/25	25.000	
										12/60	60.000	
										9/45	45.000	
										2/10	10.000	
										10/50	50.000	
										4/20	20.000	
										2/10	10.000	
										18/90	90.000	

## **Um ofício em jeito de balanço**

Não é o último documento relativo ao ano de 1982-83 que se conserva, mas poderá ter cabimento apresentar neste ponto da nossa narrativa, em jeito de balanço do ano, a carta seguinte, com a data de 14 de julho, dirigida à responsável pelos SEBSPE. Faz referência a documentos anteriores e, mantendo a data de 14 de julho, abrange o trabalho até ao dia 24 desse mês, referindo-se à organização do ano seguinte e perspetivando algumas das linhas programáticas decididas na também já referida assembleia de final de ano e manifestando algumas expectativas. É um documento-charneira entre 1982-83 e 1983-84.

*Em fotocópia, remeto aos Serviços dirigidos por V. Ex.cia a documentação relativa aos exames do Ciclo preparatório e dos Cursos Geral e Complementar dos liceus (noturno), realizados na Escola Portuguesa de Roma de 12 até 24 de junho:*

- Pautas com os resultados finais dos três níveis de ensino;
- Termos dos exames realizados também nesses três níveis;
- Atas das reuniões dos júris que avaliaram os exames escritos e orais dos mesmos níveis de ensino;
- E, ainda, cópia da prova de exame de Italiano (Curso Complementar) elaborado na Escola, bem como uma síntese do programa desenvolvido.

*Não é o caso de fazer agora uma análise pormenorizada dos resultados obtidos pelos Alunos que realizaram as provas de exame. Houve bastantes reprovações, sobretudo nas disciplinas de Matemática, do Curso Geral, e Físico-Química, bem como em Desenho, do mesmo Curso, tendo havido um certo "desencontro" entre o programa desenvolvido e o enunciado da prova de exame. Na avaliação de todos os exames procurou-se adotar por parte de todos os professores critérios rigorosos, cientes de que favorecer a passagem de alunos imprevistos significa prestar-lhes um mau serviço.*

*Na reunião final dos professores da Escola, fazendo uma avaliação geral dos resultados, emergiu claramente a vontade de garantir no próximo ano, desde o início, uma séria orientação pedagógica, segundo os vários cursos, um reforço geral dos horários de lecionação, sobretudo nas disciplinas de Português e Matemática, a todos os níveis, e a colocação dos Alunos nos diferentes níveis das matérias lecionadas, controlada pelos orientadores pedagógicos. Tudo isto implicará um notável esforço de organização, um aumento da carga horária de algumas disciplinas – em prática uma hora*

*a mais por dia, de que beneficiarão as disciplinas acima mencionadas – e, por conseguinte, (é bom dizê-lo desde já), também um aumento das despesas que a Escola deverá enfrentar e para as quais contamos com a compreensão dos S.E.B.S.P.E. Em anexo, envio cópia do projeto dos horários/disciplinas para o próximo ano, ainda em rascunho, mas que será grosso modo aplicado assim.*

*Face ao elevado número de reprovações em algumas disciplinas, muitos Alunos solicitaram à Secretaria da Escola a possibilidade de repetirem um ou outro exame. Os pedidos foram examinados na Assembleia final dos Professores, na qual se decidiu deixar à responsabilidade do Coordenador, segundo as possibilidades concretas da Escola (examinadores na época de exames) o seu atendimento. Tratando-se de casos devidamente justificados (junto, envio cópia de alguns dos pedidos motivados por escrito), e achando que será possível pela nossa parte satisfazê-los, desde já apresento a V. Ex.cia o pedido de autorização de exames em outubro, nas disciplinas de Matemática do Curso Geral (5 Alunos) e em Inglês do Ciclo preparatório (2 Alunos).*

*Gostaria de deixar ainda expresso um certo desapontamento que todos nós sentimos por não ter sido possível este ano a presença de um Delegado do Ministério durante os exames, não só para supervisionar a sua realização, mas sobretudo para uma troca de informações diretas sobre as condições em que trabalhamos e a realidade da Escola Portuguesa de Roma. Esperamos que esse contacto por parte do Ministério com a Escola de Roma se considere apenas adiado e possa realizar-se o mais brevemente possível.*

*Por fim, desejo exprimir oficialmente um sincero agradecimento e louvor pela atenção e amabilidade exemplares com que os problemas da nossa Escola têm sido até hoje considerados pelos Serviços que V. Ex.cia dirige: oxalá que no futuro encontremos a esse nível*

*o mesmo apoio, que é ao mesmo tempo um encorajamento para continuarmos a trabalhar e a prestar o mais eficazmente possível o serviço insubstituível que a Escola Portuguesa de*

*Roma presta à numerosa comunidade de expressão portuguesa residente não só em Roma como em outras cidades de Itália.*

20jul83

### **O fascínio discreto da Gulbenkian**

Já em período *formal* de férias para alunos e professores, mas não para a Direção da EPER, a 20 de julho, tendo tido notícia *da publicação, em edição da Fundação Gulbenkian, através do seu Serviço de Educação, da obra de F. Heinemann, «A Filosofia no Sec. XX» (3ª ed.), a Escola dirigiu ao Diretor desse Serviço o seguinte pedido, com o cuidado de... não abusar da generosidade de outrem: esse contributo seria pago, a não ser que...*

*A Escola Portuguesa de Roma, que recentemente beneficiou da importante oferta de um conjunto de livros por parte da Fundação Gulbenkian, terá no próximo ano letivo cerca de duas dezenas de Alunos no Curso Complementar dos Liceus, que deverão adquirir uma visão de conjunto da filosofia na sua problemática hodierna. Penso que a tradução da obra de Heinemann, agora editada pela Fundação Gulbenkian, representará certamente um valioso auxílio, não como livro de texto obrigatório,*

*mas certamente de consulta.*

*Não ousando pedir a oferta de mais esta obra que deveria figurar na nossa pequena biblioteca, embora o nosso orçamento anual seja muito modesto e a Escola esteja ao serviço da Comunidade de língua portuguesa imigrada em Itália, agradecia que nos fossem enviados dois exemplares, juntamente com a fatura, indicando também as modalidades de pagamento da mesma.*

13ago83

### **Programas de Língua e Literatura Italiana**

Finalmente, a 13 de agosto de 1983, a Escola apresentava aos SEBSPE, *para consideração*, uma proposta de programa de Italiano, relativo aos Cursos Geral, Complementar e 12º ano, elaborada pela Prof.<sup>a</sup> desta disciplina na Escola, Mariagrazia Russo. Redigida em Italiano, a proposta incluía, além da definição dos programas, uma indicação dos objetivos a atingir e o método a seguir para os alcançar. A apresentação da proposta, que os Leitores deste trabalho quererão certamente conhecer, mesmo tratando-se de um documento muito extenso, porque abrangia também os três anos do Curso Geral, ilustra bem o ponto de vista da Escola e as circunstâncias que tornavam não só *óbvio* o seu reconhecimento como disciplina de opção na EPER, mas também as considerações acerca da oportunidade de a propor apenas nos últimos três anos de escolaridade – por conseguinte, também no 12.º Ano.

*A professora Mariagrazia tinha-a elaborado tendo presente a situação concreta dos Alunos da Escola Portuguesa de Roma, os quais, vivendo junto de famílias italianas, adquirem necessariamente um conhecimento bastante completo ao nível da expressão e compreensão da língua, independentemente da escola. Os programas visavam portanto aprofundar ulteriormente esse conhecimento, ao nível gramatical, e completá-lo de modo sistemático com todos aqueles elementos que tornassem os Alunos verdadeiramente capazes de compreender a cultura de Itália até um nível pré-universitário. Pretendia-se, além disso, oferecer aos Alunos desta disciplina um programa suficientemente rico, que os motivasse a seguirem assiduamen-*

*te as lições, encontrando nelas sempre novos elementos de interesse.*

*Em nosso entender – prosseguia a carta do Coordenador –, não parece conveniente introduzir esta disciplina a partir do ciclo preparatório dos liceus, porque consideramos o Italiano de facto uma língua suficientemente conhecida por todos os Alunos ao nível que seria pretendido para esse ciclo.*

*Continuaria portanto a ser obrigatória a opção entre Inglês e Francês nesse curso. Não só: atendendo à importância dessas línguas para a formação cultural de uma pessoa, pensamos que a língua estrangeira iniciada no ciclo deverá continuar no curso geral, sendo estudada*

portanto durante cinco anos consecutivos; o Italiano, em nossa opinião, seria de propor com um programa intenso (atendendo a quanto se disse acima) apenas nos três anos correspondentes aos Cursos complementar e 12.º ano, nos quais é praticamente possível desenvolver

o programa que agora apresento à consideração da Senhora D. Maria Teresa, solicitando o reconhecimento da disciplina de Língua e Literatura Italiana a esses níveis, a partir do próximo ano letivo de 1983-84.

\*\*\* \*\*

Não se transcrevem aqui integralmente as 23 páginas (15, em cópia digitalizada) da **Proposta**, nem sequer o preâmbulo que a introduzia, apresentando os «Objetivos», dos pontos de vista formativo e prático, pois a cópia integral do documento [[«Italiano 1983-PropostaGlobale 23pagine»](#)], articulado por níveis de ensino (curso geral, curso complementar e 12.º ano), indicando minuciosamente os objetivos, e contendo as indicações metodológicas para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, está acessível no separador Anexos.

No CORSO GERAL, em três anos, o programa previa que "L'uso costante di sussidi audiovisivi di ogni tipo motiverà all'apprendimento della lingua italiana e contribuirà a far cogliere nella loro realtà gli elementi linguistici entro un contesto di significati.

No final, l'alunno dovrà essere in grado di utilizzare la conoscenza della lingua almeno per gli essenziali impieghi pratici: capacità di capire leggere ed esprimersi nella lingua straniera. Partendo dalle intenzioni comunicative del parlante ed analizzando gli elementi linguistici, l'alunno dovrà essere in grado alla fine del corso di individuare gli indicatori (fonologici, lessicali e sintattici) che evidenziano le funzioni della lingua e quelle dell'atto linguistico ed i rapporti semantico-grammaticali.

No CORSO COMPLEMENTAR, os objetivos especificavam: L'acquisizione di una sempre più sicura padronanza del linguaggio in tutte le sue funzioni è uno degli obiettivi fondamentali dell'insegnamento della lingua e cultura italiana nel corso complementare. Esso si propone di promuovere nell'alunno la capacità di esprimere una più ricca realtà interiore ossia il suo pensiero, i suoi sentimenti, come segno di una cresciuta e crescente capacità linguistica. Si tratta di conseguire il rafforzamento dell'educazione linguistica attraverso un più adeguato sviluppo dell'insegnamento della lingua italiana, con riferimento alla sua origine latina e alla sua evoluzione storica. Nel corso complementare l'insegnamento della lingua italiana, in continuità con gli apprendimenti precedenti, contribuisce alla maturazione e allo sviluppo della comprensione e della produzione del parlato e dello scritto mediante l'interdipendenza dell'ascoltare, parlare, leggere e scrivere secondo le diverse funzioni e varietà della lingua, dirette sia al dominio dei contenuti sia alla graduale

acquisizione della correttezza formale. Il primo obiettivo è volto a sviluppare la capacità di capire e di organizzare la struttura dei discorsi parlati e scritti nelle rispettive caratteristiche, in quanto il parlato e lo scritto comportano tecniche e modalità espressive diverse per quanto complementari. Il secondo obiettivo si raggiunge mediante la buona percezione del parlato, una pronuncia largamente accettabile, la lettura corrente ed espressiva, lo scritto corretto anche dal punto di vista ortografico.

Ciò consentirà di utilizzare la lingua italiana in quanto veicolo essenziale di valori culturali e mezzo espressivo di più ampia fruizione, sia nella comunità nazionale sia nell'incontro con la propria e le altre culture. Seguiam-se as indicações metodológicas e, relativamente à leitura, esclarecia-se: Con gli alunni del corso complementare non ci si fermerà all'approccio del testo, ma si cercherà di effettuare una vera e propria analisi testuale, invitando gli studenti a riflettere sugli elementi pertinenti del testo e sull'estensione del senso generale.

Il linguaggio delle opere letterarie di prosa e poesia sarà considerato anche come espressione della tradizione linguistica che ha fornito la base principale della lingua nazionale nell'uso colto come nell'uso popolare. I testi letterari andranno visti pertanto, oltre che come espressione della personalità dell'autore, anche nel loro aspetto estetico e come documento della civiltà, della vita sociale, delle consuetudini e degli usi linguistici.

Si promuoverà tanto la lettura libera e corrente non mortificata da commenti minuti, limitati quindi a sobri richiami intesi alla comprensione generale del passo, quanto la lettura guidata dall'insegnante in ordine alla comprensione dell'insieme e dei particolari, ampliando i contenuti del testo attraverso osservazioni, eserci-

tazioni orali e scritte e sul significato generale, sugli aspetti essenziali, su elementi lessicali.

Sarà utile anche la riformulazione orale e scritta di quanto letto. Si curerà che la lettura sia scorrevole, attenta alla funzione della punteggiatura, realizzata con buona pronuncia italiana. La lettura in classe non può considerarsi sufficiente, e l'insegnante, perciò favorirà, in tutti i modi la lettura personale e l'incoraggiamento a leggere indirizzando all'uso della biblioteca della scuola e all'accesso alle biblioteche pubbliche. (p. 11).

O programa elaborado pela Prof. Mariagrazia não esquecia o elemento *fundante* das línguas latinas: *Nel contesto della evoluzione dell'italiano, il latino andrà visto, cioè, come il momento genetico della lingua italiana; andrà anzi considerato come la sua componente maggiore, presente e riscontrabile nel lessico, nelle strutture, nella tradizione popolare e dotata, nella lingua scientifica, etc. Si terrà anche conto che il latino è alla origine della lingua portoghese e di tutte le lingue romanze ed è elemento costitutivo nella formazione e della realtà della cultura europea.* (p. 7).

Finalmente, no ano conclusivo da escolaridade pré-universitária, equivalente em Itália ao diploma de «Maturità», o ensino da disciplina de Língua e Literatura Italiana si innesta sull'effettivo grado di sviluppo e di preparazione conseguito nel corso dell'istruzione precedente. A tale scopo non è sufficiente una preparazione linguistica, ma è necessario che la scuola predisponga la sua organizzazione didattica avendo presenti i caratteri metodologici inerenti alle attività educative realizzate nei cicli precedenti e preconstituendo, in tal modo, una situazione scolastica nella quale si attui una progressione nei processi di apprendimento. L'obiettivo che si intende conseguire in questo 12° anno è quello di aprire il varco per l'interpretazione completa dei testi letterari moderni e contemporanei. Lo

studente dovrà cioè essere in grado di leggere, comprendere linguisticamente ed interpretare in tutte le sue possibili chiavi di lettura (storico-letterarie, psicologiche, semantiche, strutturalistiche, ecc.) i testi adeguatamente scelti dal programma di corso. Tale insegnamento in cooperazione ed in conformità alla lingua e letteratura portoghese, dovrà consentire di realizzare una unità interdisciplinare nel sapere unitario fornito dalla scuola. (p. 9).

Depois de propor uma lista completa de autores e obras a serem apresentados, lidos, comentados, abrangendo o decadentismo italiano, as inquietações do início do séc. XX, *Il primo Novecento*, o período entre as duas guerras mundiais, o Neorrealismo e a Vanguarda italiana... a Proposta de programa sugeria como Manual para a disciplina a **Guida al Novecento**, de Salvatore GUGLIELMINO. Finalmente, o exame *potrà svolgersi secondo i modelli della scuola italiana; elaborando un ampio componimento su um tema a scelta tra 4 stabiliti dalla commissione, che mostri non solo la capacità di espressione della lingua italiana, ma anche la effettiva conoscenza del programma in tutte le coordinate da esso stabilite*,<sup>10</sup> *o secondo i modelli della scuola portoghese, commentando ed analizzando stilisticamente, metricamente e strutturalisticamente un brano di poesia lirica stabilito dal programma e rispondendo eloquentemente a domande formulate su uno dei tre testi di prosa previsti come lettura obbligatoria del programma:* Luigi PIRANDELLO – *Uno, Nessuno, Centomila*; Cesare PAVESE, *Prima che il Gallo Canti*; Pier Paolo PASOLINI, *Ragazzi di Vita*.

10 – Tenha-se presente que, para esse exame, os alunos italianos dispõem de... 6 (seis) horas de tempo [se o governo *pentastellato/lega* que governa a Itália desde março de 2018 se mantiver no poder e vingarem as «novidades» que pretende ensaiar no Ministério da Educação, essa modalidade histórica de concluir os estudos liceais passará à história...].

\*\*\* \*\*

